O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 15 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47265
estadão.com.br

Moeda de troca com o Congresso __A8

Governo Lula mantém repasses federais sem transparência

Planalto adota modelo que preserva práticas do orçamento secreto

O Palácio do Planalto adotou modelo de repasse das verbas federais que mantém em segredo o nome dos parlamentares que definirão o destino dos recursos públicos geridos pelos ministérios. No começo do mês, uma portaria assinada por três ministros estabeleceu o rito de pagamento das emendas parlamentares, mas sem providências para tornar públicos os nomes dos congressistas atendidos pelo governo. Na prática, o modelo restabelece, em grande parte, o orçamento secreto adotado por Jair Bolsonaro e criticado por Lula. "Vejo um regime para frustrar decisão do STF (*contra orçamento secreto*) e manter tudo exatamente igual", diz a procuradora Élida Graziane, do Ministério Público de Contas de São Paulo, especialista em finanças públicas.

R$ 100 bilhões
é o total de recursos do Orçamento de 2023, cuja liberação pode ser negociada pelo governo com o Congresso

Lula veta anúncios sem aval da Casa Civil

O presidente Lula proibiu que os 37 ministros anunciem medidas em estudos nas pastas antes da anuência prévia da chefia da Casa Civil. __A9

Caso dos Diamantes __A10

Ex-ministro depõe na PF e agora diz que joias seriam para a União

Quando peças avaliadas em R$ 16,5 milhões foram apreendidas pela Receita em Cumbica, Bento Albuquerque havia dito que se tratava de presente para Michelle Bolsonaro.

Marcelo Godoy __A10
Os almirantes e o cumprimento do dever

ARMADA DE COLOMBIA / EFE

Colômbia acha 'narcossubmarino' com 2,6 toneladas de cocaína

Embarcação levava a droga para a América Central quando teria ocorrido vazamento de gases tóxicos. Estava à deriva no Pacífico ao ser encontrada pela Marinha colombiana, com dois sobreviventes em estado delicado e dois cadáveres a bordo. __A13

Segurança pública __A16

Força Nacional vai combater onda de ataques do crime organizado no RN

Ministro da Justiça, Flávio Dino, autorizou envio de tropas para conter incêndios e violência em 20 cidades.

Estradas __A14

Trecho Norte do Rodoanel em SP é leiloado e obra será retomada

Previsão de conclusão agora é junho de 2026. O investimento será de R$ 3,4 bilhões e o pedágio, R$ 6,50.

Futebol __A19

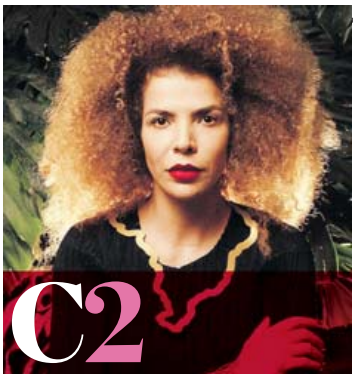
Copa do Mundo de 2026 terá 104 jogos e 12 grupos com 4 seleções cada

Fifa mudou formato da competição, que terá, pela primeira vez, 48 seleções e será disputada nos EUA, México e Canadá.

'Vem Doce' __C1

Mix de ritmos no novo álbum de Vanessa da Mata

Décimo disco da cantora, que fará turnê a partir de maio, tem reggae, samba, afrobeat, pop e trap

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Tensão no Pacífico __A16
China ataca venda pelos EUA de submarino nuclear à Austrália

E&N Falência de bancos __B21
Clientes nos EUA correm para pesos-pesados de Wall Street

E&N Meta corta empregos __B23
Dona do Facebook, WhatsApp e Instagram vai demitir 10 mil

Notas e Informações __A3
Denúncias genéricas, um grave problema

Felipe Matos __B24
Os efeitos da quebra do 'banco das startups'

Roberto DaMatta __C5
As exigências dos cargos e seus encargos

Violência __A17

Polícia prende bando que usava app de transporte para sequestrar mulheres

Três suspeitos são acusados de usar aplicativos para sequestrar, extorquir dinheiro, roubar e estuprar mulheres.

Tempo em SP
18° Mín. 28° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Mandatos fixos para ministros do STF dividem candidatos a integrar a Corte

A fixação de mandatos para ministros do STF divide opiniões dos favoritos a suceder a Ricardo Lewandowski na Corte. O advogado de Lula, Cristiano Zanin, já disse a interlocutores que vê méritos no atual modelo – em que os ministros permanecem até os 75 anos – como forma de manter no cargo juristas com conhecimento de posições antigas da Corte, o que daria estabilidade às decisões. O advogado Pedro Serrano, do Prerrogativas, defende nos bastidores a maior rotatividade como forma de refletir a alternância de poder no País. Já Lewandowski, que tenta emplacar Manoel Carlos Almeida Neto como seu sucessor, tem batido na tecla de que, após o 8 de janeiro, a mudança poderia ser lida como um enfraquecimento do STF.

● **OUVIDOS.** Caso a mudança prospere no Congresso, não há a expectativa de que ela passe a valer já para o escolhido, mas sim para as futuras indicações ao STF. Porém, a opinião dos membros da Corte está sendo levada em conta por Rodrigo Pacheco ao colocar o tema em debate.

● **LIMITE.** Pessoas próximas a Cristiano Zanin se queixaram de ataques que o advogado tem sofrido em razão da briga familiar envolvendo o sogro, Roberto Teixeira, e a separação do escritório deles. A exploração do caso por rivais ao STF tem sido tratada como abaixo da linha da cintura.

● **AGUARDE.** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não pretende pautar a mudança na Lei das Estatais enquanto o STF não decidir sobre o tema — André Mendonça pediu vista. O argumento é o de que isso poderia soar como uma afronta à Corte. O impasse está travando nomeações.

● **CADÊ?** A bancada do PSD no Senado se reuniu com ministros do partido que estão no governo para reclamar da falta de espaço em cargos no 2.º escalão. Os ministros, por sua vez, relataram que eles mesmos enfrentam dificuldades. Carlos Fávaro (Agricultura), André de Paula (Pesca) e Alexandre Silveira (Minas e Energia), além de Pacheco, participaram da conversa.

● **CADÊ? 2.** A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi apontada como uma das responsáveis por barrar indicados, enquanto antigos adversários do PT, como Elmar Nascimento (União-BA) e Arthur Lira, foram contemplados na Codevasf.

● **GAME OVER.** O ministro Jader Filho (Cidades) apresentou a prefeitos seus secretários, inclusive Hailton Madureira, indicando que, para ele, não há mais discussão sobre o escolhido para ocupar a Secretaria de Habitação, alvo de disputa no MDB.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial, segurando a imagem da irmã Marielle Franco, assassinada há cinco anos

● **COMO FICA.** O líder do PL, Altineu Côrtes (PL-RJ), tem sido cobrado por integrantes do partido a dar uma resposta sobre o compromisso assumido por Arthur Lira (PL-AL) de que as emendas parlamentares entregues a deputados novatos seriam pagas sem distinção entre governistas e membros da oposição.

● **COMO FICA 2.** "Não pedi emenda nenhuma, mas, se houve uma oferta, não faz sentido agora condicionar o pagamento apenas a quem estiver com o governo", afirma Julia Zanatta (PL-SC).

PRONTO, FALEI!

Antonio Neto
Presidente do PDT de São Paulo

"Já passou da hora de o governo mandar uma mensagem para a sociedade de que mudou de fato, e que é possível termos empregos e direitos."

CLICK

Divulgação - 13/03/2023

Ilan Goldfajn
Presidente do BID

Reuniu-se com o secretário de Negócios Internacionais de SP, Lucas Ferraz, e conversou sobre investimentos que o banco pode financiar no Estado.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Denúncias genéricas, um velho e grave problema

Denúncias do 8/1 expõem problemas habituais do sistema de Justiça, bem conhecidos da população pobre e negra. Sem investigação, é impossível ter uma acusação fundamentada

As denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos atos do 8 de Janeiro ignoram as condutas individuais e foram redigidas em bloco, muitas vezes com textos idênticos, mostrou reportagem do **Estadão**. Com razão, muita gente tem criticado esse modo de proceder do Ministério Público, que revela uma apuração frágil e traz problemas sérios. Para que possa se defender adequadamente, toda pessoa tem o direito de saber do que está sendo acusada efetivamente, isto é, qual ação (ou omissão) suscitou a denúncia contra ela.

Eventos multitudinários, como os atos do 8 de Janeiro, trazem dificuldades especiais para identificar o que cada pessoa fez. Em alguns casos, talvez seja mesmo impossível fazer uma descrição detalhada do comportamento de cada um dos envolvidos. No entanto, é inegável a existência de muito material gravado pelas câmeras de seguranças dos edifícios públicos, além de que os próprios invasores das sedes dos Três Poderes compartilharam nas redes sociais sua atuação criminosa. É possível, portanto, identificar as ações concretas de muitas pessoas – e isso deveria constar das denúncias.

Reconhecer esse equívoco no modo de proceder da PGR não significa defender a impunidade dos invasores. É justamente o contrário. Para que os crimes praticados no 8 de Janeiro não fiquem impunes, é imprescindível que o Ministério Público utilize todos os elementos de prova disponíveis, sem deixar-se levar pela precipitação ou por eventual pressão da opinião pública. Mais do que aparentar proatividade ante os atos golpistas, é preciso ser efetivamente zeloso, atuando dentro da lei, sem atrasos e sem afobações.

Cabe advertir, no entanto, que denúncias genéricas ou investigações frágeis não são problemas exclusivos dos procedimentos relativos ao 8 de Janeiro. Não é nenhuma discriminação ou perseguição do sistema de Justiça contra os bolsonaristas. A questão é prévia e mais profunda. Habitualmente o Estado tem imensas dificuldades em apurar crimes.

Essa deficiência investigativa é facilmente admitida quando se trata de criticar a impunidade no País ou o baixíssimo grau de resolução dos homicídios, por exemplo. Mas ela também gera outro efeito, muito presente no dia a dia da Justiça: a apresentação de denúncias frágeis e genéricas, baseadas em elementos probatórios falhos.

A rigor, isso não é nenhuma novidade. Se não investiga bem, o Estado necessariamente não tem condições de oferecer uma denúncia adequada. Como os últimos anos mostraram abundantemente, não há delação capaz de suprir a falta de investigação. Sem apuração, o resultado é um só: denúncias genéricas, frágeis e, muitas vezes, inconsistentes. Essa realidade, que agora, com as denúncias da PGR sobre o 8 de Janeiro, revolta a muitos, é sentida diariamente pela população mais pobre, especialmente pelos negros.

O problema não é apenas da polícia ou do Ministério Público. A Justiça tem sido conivente com denúncias malfeitas. Como disse ao **Estadão** o subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, coordenador do grupo que apresentou as acusações relativas ao 8 de Janeiro, "a jurisprudência admite a narrativa genérica da participação de cada agente". Trata-se de uma questão séria. No curto prazo, a concordância do Judiciário com esse tipo de prática esconde a deficiência investigativa. O caso termina com uma condenação, dando a entender que o crime foi solucionado adequadamente. No médio e longo prazos, ela alimenta o círculo vicioso, uma vez que a polícia e o Ministério Público ficam sem incentivos para atuarem de forma diferente.

Como era de esperar, os procedimentos criminais do 8 de Janeiro não estão isentos das muitas deficiências que se observam diariamente no Judiciário. Mais do que transigir com abusos ou defender que esses processos tenham tratamento privilegiado, é tempo de exigir uma melhora de todo o sistema de Justiça, a começar pela investigação, que é a base de tudo e deve alcançar também os possíveis mandantes. ●

O susto bancário nos Estados Unidos

Rapidez com que reguladores lidaram com falência do Silicon Valley Bank e do Signature Bank foi exemplar, mas deixa implícitos a gravidade da situação e o risco de recessão nos EUA

A quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank mudou o cenário macroeconômico nos Estados Unidos e no mundo. A pronta reação do Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), instituição com função semelhante à do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) brasileiro, do Federal Reserve (Fed) e do Departamento do Tesouro foram importantes para debelar o risco de um colapso no sistema bancário norte-americano. O presidente dos EUA, Joe Biden, contribuiu para conter o pessimismo ao garantir que os clientes terão acesso ao dinheiro que tinham nesses bancos, mesmo que o valor supere o limite de US$ 250 mil a cada depositante. Biden frisou, também, que o rombo não será bancado pelo contribuinte – algo que a história mostra que deve ser interpretado com mais ceticismo.

O SVB era a 16.ª maior instituição financeira dos Estados Unidos e a principal do Vale do Silício, polo de tecnologia norte-americano. Foi o primeiro banco a falir desde a crise financeira de 2008, o que naturalmente assustou os investidores, mas por causas absolutamente distintas. Era conhecido como o banco das startups, um segmento de negócios de alto risco e que foi bastante afetado pelo ciclo de alta das taxas de juros conduzido pelo Fed.

Anunciado na quinta-feira passada, o prejuízo de US$ 2 bilhões derrubou as ações do SBV e levou a uma corrida de saques. No dia seguinte, uma sexta-feira, os reguladores financeiros fecharam o SBV, mas o temor de que a crise tivesse efeitos sistêmicos já havia atingido, também, o Signature Bank, instituição com forte atuação em criptoativos. Milhares de clientes retiraram os recursos que estavam depositados no banco, e já no domingo ele foi fechado pelas autoridades. A maioria dos ativos do Signature Bank não estava segurada, mas os reguladores asseguraram a cobertura do valor integral dos depósitos.

O Fed foi além e anunciou uma linha emergencial para financiar bancos que passem pelo mesmo tipo de problema, com prazo de um ano e condições especiais. Os eventos recentes, no entanto, voltaram a levantar dúvidas sobre a regulação e a supervisão do setor, especialmente de instituições regionais e de médio porte, que possuem requisitos de capital e liquidez mais frouxos. Biden destacou que o sistema é seguro, mas defendeu regras prudenciais mais rígidas para o setor bancário. Desta vez, segundo ele, os membros da administração das instituições não serão poupados, mas demitidos e responsabilizados. A despeito do susto da falência dos bancos, a velocidade com que as autoridades agiram para impedir o contágio foi surpreendentemente exemplar – e, por isso mesmo, preocupante, pois deixa implícita a gravidade da situação.

O fechamento dos bancos trouxe novos elementos a serem analisados pelo mercado e pelo Fed – e, consequentemente, para os bancos centrais no mundo todo. Com os preços ainda bastante pressionados e o desemprego em níveis historicamente baixos nos EUA, o mercado apostava em um aumento mais acentuado na taxa de juros, principalmente depois que o presidente do Fed, Jerome Powell, reiterou o compromisso em trazer a inflação de volta à meta de 2%. Mas até a inflação passou a ter outro peso nessa conjuntura, e parte dos investidores já acredita que o Fed poderá até dar uma pausa no aperto monetário.

Em tese, isso tenderia a facilitar o trabalho do Banco Central (BC) brasileiro. A instituição já teria que lidar com muitas questões internas, tais como inflação elevada, taxa de desemprego baixa, inadimplência recorde e uma possível crise de crédito de empresas. O cenário internacional, marcado por política monetária mais dura nos Estados Unidos, era um ingrediente a mais a turvar as análises, sobretudo porque havia muitas sinalizações de que o ciclo de alta seria mais longo e que os juros seriam mais altos do que o esperado. As dificuldades do setor bancário norte-americano, no entanto, podem indicar uma recessão nos EUA, o que seria muito ruim para um país como o Brasil, cuja economia está em franca desaceleração e, portanto, ainda há mais pressão sobre o BC. ●

ESPAÇO ABERTO

Nem só de guerra vivem as grandes causas

Nicolau da Rocha Cavalcanti

“Um pessimismo tão profundo, tão sereno como o seu não precisava mostrar-se indignado”, escreveu Susan Sontag sobre Jorge Luis Borges, em 1996, por ocasião dos dez anos da morte do escritor argentino. Publicado na coleção de ensaios *Questão de Ênfase* (Cia. das Letras, 2005), o texto *Uma carta para Borges* é de enorme lucidez. “Quando os livros se tornarem ‘textos’ com que ‘interagiremos’ segundo o critério da utilidade – disse Susan a respeito das tecnologias anunciadas então (não muito diferentes das que se anunciam agora) –, a palavra escrita terá se transformado simplesmente em mais um aspecto da nossa realidade televisual regida pela publicidade. Esse é o glorioso futuro que está sendo criado para nós, como algo mais ‘democrático’. É claro, isso significa nada menos que a morte da interioridade – e do livro”.

Aqui, detenho-me na primeira passagem, a de que Borges não precisava mostrar-se indignado. “Precisava, antes, ser inventivo – e você foi, acima de tudo, inventivo”, afirmou Susan Sontag.

Temos muito a aprender com Borges, nestes tempos em que – para mostrar capacidade de reflexão e de crítica, para não transparecer acomodamento perante a realidade social e política, para aparentar mínima autonomia diante da cultura dominante – parece ser preciso esbanjar ininterruptamente indignação. Não bastaria falar, expor, argumentar. Espera-se o grito. E o enfrentamento.

“Nenhuma vida racista importa”, diz o adesivo fixado no caixa do restaurante a que, de vez em quando, vou no centro de São Paulo. A comida é muito boa, com preço justo, feita por gente competente e comprometida com a coletividade. Adoro ir lá. Mas o adesivo do caixa me alerta. Naturalizamos no Brasil o racismo. Estamos a caminho de naturalizar a agressividade como resposta ao racismo – e a tantas outras violências, injustiças e desigualdades.

Para levar adiante boas causas, é imprescindível ser agressivo? É preciso desumanizar quem pensa e atua de maneira diferente? A civilidade e a cordialidade tornam-se desnecessárias (ou mesmo desaconselháveis) quando se referem às pessoas do grupo antagônico?

> ***Guerrear é preciso, mas só guerrear pode confinar a luta ao curto prazo, limitando seu horizonte maior de transformação***

Formuladas assim, todas essas perguntas parecem recomendar um categórico não. Mas, na vida real, o tema é mais complexo. Não se faz omelete sem quebrar os ovos. Despertar a sensibilidade adormecida – ou a consciência embrutecida – exige provocação. Não concordo com os dizeres do adesivo do caixa. Todas as vidas importam. E antes: não tenho eu o direito de definir quais vidas não importariam. Mas reconheço na frase uma comunicação inteligente, que explicita uma verdade fundamental: o racismo é intolerável.

Mais que brusquidão, as grandes causas pedem inventividade: novos olhares, novos matizes, novos sentidos possíveis, novas contradições. Não podemos abandonar *A Biblioteca de Babel* nem *As ruínas circulares*: “Depois de nove ou dez noites compreendeu com alguma amargura que nada podia esperar daqueles alunos que aceitavam com passividade sua doutrina, e sim daqueles que arriscavam, às vezes, uma contradição razoável. Os primeiros, embora dignos de amor e afeição, não podiam ascender a indivíduos; os últimos preexistiam um pouco mais” (*Ficções*, Cia. das Letras, 2007).

A capacidade inventiva de Borges mostra não apenas que a imaginação supera em potência os nossos berros exaltados. Recorda-nos de que não nos cabe acomodar com o modo como lutamos nossas causas. É preciso cuidar do tom. O discurso importa. A escolha das palavras é decisiva não por um formalismo ou por boas maneiras, mas pelo sentido humano que elas contêm, que elas expressam, que elas produzem. Com as palavras nos conectamos com os outros. Somos palavra.

Sei que as causas não vêm “promover o diálogo”. Não são preleções acadêmicas. Necessitam gerar engajamento. Vêm denunciar a violência, a arbitrariedade, a corrupção. Buscam transformar a sociedade. Vêm combater os autoritários e os intolerantes. E, na guerra, às vezes, é preciso expor os inimigos em praça pública. Tudo isso é verdade. Mas – eis o ponto – nem só de guerra vivem as grandes causas.

Guerrear é preciso, mas só guerrear pode confinar a luta ao curto prazo, limitando seu horizonte maior de transformação. Pode, ainda, enviesar os objetivos, numa substituição da justiça pela vingança, o que seria triste. Quem um dia se entusiasmou por um ideal de justiça não se pode contentar com humilhar o adversário.

Sempre, mas especialmente nas grandes causas – que necessariamente são longas, são batalhas de gerações –, não importa apenas o resultado, mas o caminho percorrido até chegar ao destino. Mais: importa quem nos tornamos ao longo do caminho. Magnânimos ou mesquinhos. Corajosos ou simplesmente espertos. Rebeldes ou apenas enfezados.

A verdadeira vitória nunca é a aniquilação do lado contrário. É o reenquadramento dos afetos, numa mudança de compreensão, numa abertura a novas e maiores aspirações, num renovado olhar sobre nós mesmos e sobre os outros. A guerra não é capaz de tanto. E, por haver tanto a se indignar e a transformar, é preciso ser inventivo. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail:** forum@estadao.com

Congresso Nacional

A barragem

Lula abre ‘porteira’ dos cargos para obter aliados no Congresso e barrar CPI (**Estado**, 14/3). E a barragem transbordou de novo. Não um desastre como o de Brumadinho, de tão funesta memória, mas o causado pelo Planalto, talvez mais destruidor em face do escancaramento da sordidez dos parlamentares no Congresso Nacional que, em troca de cargos e da concretização de projetos particulares, são instados a votar favoravelmente aos projetos do governo e, de quebra, travar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) julgada inconveniente às estratégias do poder central. Sem novidades no *front*, portanto. Trata-se de mais uma das muitas corrosões morais propiciadas pelo sistema político eleitoral em vigor, que clama por urgente reforma, nunca debatida, pois os que deveriam construí-la são os mesmos que se beneficiam do nauseabundo escambo de interesses. Triste cenário que, se consolidado por falta de reavaliação, resultará na lenta decomposição da sociedade brasileira.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@hotmail.com
Rio de Janeiro

Lula arrependido

Lula está arrependido de ter feito o “L” de Lira na Câmara. É aprender a dançar a música que ele toca ou a conviver com a verdadeira democracia.

Jorge Alberto Nurkin
jorge.nurkin@gmail.com
São Paulo

Contas públicas

O novo arcabouço fiscal

A expectativa em torno do novo arcabouço fiscal tem aumentado a pressão sobre a equipe econômica, especialmente sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Embora o ministro já tenha anunciado alguns tópicos que, em tese, norteiam a proposta que será apresentada ao presidente Lula e, se aprovada pelo chefe do Executivo, será submetida ao crivo do Congresso Nacional, a apreensão em torno do que foi desenhado tem aumentado consideravelmente nos últimos dias. Afinal, o endividamento público tem crescido de maneira expressiva, tornando a sustentabilidade das contas públicas algo cada vez mais difícil ou mesmo inalcançável, salvo em situações muito atípicas, quando há injeção de recursos no Tesouro. Espero, sinceramente, que e regra a ser apresentada seja exequível, capaz de manter os investimentos públicos e, ao mesmo tempo, controlar o endividamento. O Brasil arrecada trilhões com a carga tributária atual, mas temos um Estado inchado, perdulário e pouco eficiente.

Willian Martins
martins.willian@yahoo.com.br
Guararema

Mágica

Desperta curiosidade saber qual a mágica do novo arcabouço fiscal proposto pelo ministro Fernando Haddad. Haverá permissão para gastar mais do que se arrecada? Se for nessa linha, vale lembrar os ensinamentos do maior pecuarista do Brasil, Sebastião Ferreira Maia, o Tião Maia, na década de 1970. Perguntado por um repórter da Rádio Cultura de Araçatuba, na Praça do Boi Gordo, qual o segredo do sucesso e quem era o economista que lhe dava assessoria, foi incisivo na resposta: “Se você gastar menos do que ganha, não vai precisar de assessoria nenhuma, mas, se ao contrário gastar mais do que ganha, não vai existir no mundo economista capaz de lhe salvar da bancarrota. Essa premissa vale, obviamente, para as contas públicas.

Deri Lemos Maia
derimaia@yahoo.com.br
Araçatuba

Ensino superior

Depois dos 40

Segundo o Censo de Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC), o número de calouros com 40 anos ou mais em universidades triplicou entre 2012 e 2021, uma alta de 171%, bem maior do que a variação de ingressantes, de 43,1%. Diante dos números, causa espécie a descabida e abominável demonstração de etarismo de três jovens universitárias de Biomedicina da Unisagrado, faculdade particular de Bauru, no interior paulista, que postaram comentários depreciativos contra a colega de classe Patrícia Linares, de 44 anos. Quando alguém acima dos 40 anos ingressa numa faculdade, seja ela a primeira em sua vida escolar ou uma nova, deve merecer de seus colegas admiração e respeito pelo esforço e dedicação, jamais reprovação e desrespeito pela diferença etária. Às preconceituosas alunas, nota zero, com reprovação e condenação da sociedade; a Patrícia Linares, nota 10, com os aplausos e incentivos para que siga adiante e se forme com louvor merecido.

J. S. Decol
decoljs@gmail.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Democracias precisam de escolas de governo

Diogo G. R. Costa

O futuro do governo está sendo construído em escolas. No livro *The Fourth Revolution*, John Micklethwait e Adrian Wooldridge começam a contar a história da mudança de paradigma de governo no século 21 a partir do caso da Academia de Lideranças de Shanghai. Esse centro de formação dos futuros governantes chineses, inaugurado em 2005 por Hu Jintao, não tem objetivos tão teóricos – as academias do partido servem a esse propósito –, mas ofertam programas práticos de gestão pública. Quando um executivo assume o comando de uma estatal ou um governador de uma província é indicado, o governo central manda as novas lideranças estudarem, e se atualizarem, em Shanghai. A Academia de Lideranças de Shanghai, escrevem Micklethwait e Wooldridge, "é uma organização empenhada na dominação mundial".

A China não é um caso isolado. Cingapura tornou-se um vale do silício de governança, atraindo lideranças de outros países para estudarem seus casos de sucesso em gestão pública. A Índia lançou, recentemente, uma plataforma de capacitação online em governo com potencial de se tornar a maior do mundo. Governos asiáticos hoje entendem que capacidade de Estado começa com capacitação de pessoas.

A liderança asiática em capacitação em governo revela questões mais profundas das democracias ocidentais. Suas instituições ainda sofrem com crise de confiança. Seus governos ainda estão atrasados em acompanhar as grandes disrupções econômicas e tecnológicas das últimas décadas. Nenhuma transformação tecnológica consegue superar uma incapacidade de transformarmos pessoas.

Em 2014, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passou a reunir algumas dessas principais organizações, estatais ou privadas, de capacitação e desenvolvimento do serviço público em sua Rede de Escolas de Governo. Por meio da rede, instituições de diversos países podem se ajudar a superar os desafios de transformação de pessoas. Mas a rede também revela o tamanho dos desafios. Uma pesquisa feita em 2021 entre a OCDE e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) descobriu que menos de 20% das escolas da rede ofertam programas em automação e inteligência artificial.

> ***A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas já é um mapa que pode ficar cada vez mais detalhado. Mas ainda depende de voluntarismo***

Os desafios também revelam a oportunidade do protagonismo do Brasil. Em 2019, enquanto as demais escolas discutiam novas versões de matrizes de competências transversais – o sistema de conhecimento, habilidades e atitudes que todos os servidores devem deter –, o Brasil ainda não tinha sequer a versão 1.

Hoje, não apenas o governo brasileiro adotou uma matriz de competências transversais, mas avançou e criou sua própria matriz de competências de liderança. A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, lançada em 2019, permitiu um mapeamento geral das necessidades de desenvolvimento dos diversos órgãos da administração federal.

Para satisfazer boa parte dessas necessidades, a Enap, como principal escola de governo do Brasil, desenvolveu mais de 500 cursos, incluindo doutorado profissional em gestão pública, *bootcamps* tecnológicos e cursos online abertos, gratuitos e acessíveis a qualquer cidadão pela plataforma Escola Virtual de Governo. Hoje, o Brasil não tem apenas a maior escola da rede da OCDE em número de alunos, mas também tornou-se uma liderança em inovação e desenvolvimento de servidores para toda a rede.

Essa inovação em desenvolvimento é necessária para que o País se antecipe ao futuro do trabalho no serviço público. Pesquisas da Enap descobriram que podemos economizar até 1 em 4 servidores que irão se aposentar até 2030. E requalificar, para funções mais inteligentes, 1 de cada 5 servidores que não devem se aposentar até 2030.

Essa revolução digital já está acontecendo. Em 2022, o Brasil saltou para a vice-liderança global do ranking de maturidade digital do Banco Mundial. E não faltam recursos. Apenas em gratificações para servidores realizarem cursos e concursos, o governo brasileiro já chegou a ultrapassar o valor de R$ 400 milhões ao ano.

O que falta é estratégia em nível do governo como um todo. A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas já é um mapa que pode ficar cada vez mais detalhado. Mas ainda depende de voluntarismo. Faltam instrumentos para que, quando governos definem novas políticas transversais, ou novas visões de governo, as competências necessárias possam ser desenvolvidas por todo o serviço público.

O Brasil tem um grande potencial para se tornar um líder em governo inovador, mas para isso é preciso que seus programas de capacitação assumam um protagonismo na pauta de reformas administrativas. É necessário que o governo entenda que o futuro do País está sendo construído em suas escolas de governo e que é preciso tratá-las como ativo estratégico para garantir o sucesso do País no século 21. Nossas escolas poderão, assim, ser organizações empenhadas na inovação mundial. ●

MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA COLUMBIA UNIVERSITY, É PRESIDENTE DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

TEMA DO DIA

COLOMBIA/REPRODUÇÃO

Tráfico

Submarino é encontrado na Colômbia com 2,6 toneladas de cocaína e dois corpos

A Marinha do país vizinho anunciou ter encontrado um submarino à deriva em suas águas marinhas, no Oceano Pacífico, com um imenso carregamento de cloridrato de cocaína, neste domingo, 12. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Alguma dúvida de quem são os verdadeiros financiadores do tráfico?"
LEILIANE CAROLINA

● "Só pode ser o fantasma do Pablo Escobar."
ROBERTO RODRIGUES

● "É tanta coisa ruim acontecendo e vindo à tona, nem dá tempo para se atualizar."
LIS CÁSSIA

● "A droga é transportada de uma forma que fica impossível rastrear. Se a tripulação não tivesse morrido, ela chegaria no seu destino."
ELISABETH NOGUEIRA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ASSESSORIA BAKE AND CAKE GOURMET/DIVULGAÇÃO

Paladar

Veja 5 receitas diferentonas de pipoca doce. ●
https://bit.ly/42blUVn

Saúde

IA ajuda a detectar câncer que médicos não percebem. ●
https://bit.ly/3lc20J5

Newsletter

Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3gdgSEg

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Poderes

Governo usa modelo sem transparência para repasses indicados pelo Congresso

Gestão Lula adota padrão de negociação que mantém em segredo o nome de parlamentares que definem destino de verbas federais; procuradora aponta 'continuidade' do orçamento secreto

DANIEL WETERMAN
FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou um modelo de transferência de recursos federais bilionários do Orçamento da União sem transparência. A intenção é manter mecanismos que atendam parlamentares e ampliem a base de apoio do Executivo no Congresso. O Palácio do Planalto elaborou uma forma de negociação que mantém em segredo o nome dos congressistas que definirão para onde vão os recursos públicos de ministérios. O modelo retoma uma prática amplamente adotada no orçamento secreto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e fortemente criticada por Lula na campanha eleitoral.

No começo do mês, três ministros do governo assinaram portaria para estabelecer como vai ser o processo de pagamento de emendas parlamentares – verbas indicadas por deputados e senadores para suas bases eleitorais e repassadas pelo Executivo em troca de apoio político no Legislativo.

O documento não estabelece nenhuma medida para tornar público quem serão os congressistas atendidos pelas verbas controladas pelo governo. Além disso, Lula vetou uma proposta que identificava parte dos recursos de maior interesse dos parlamentares e permitia um nível de acompanhamento dos repasses.

Parte do montante é o espólio do orçamento secreto, derrubado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Inclui ainda outras verbas incluídas pelos parlamentares no Orçamento de 2023. No total, Lula terá até R$ 100 bilhões para negociar, dos quais R$ 16 bilhões foram incluídos na peça orçamentária a pedido de representantes do Centrão, que pressionam Lula a liberar o dinheiro.

São verbas para bancar, por exemplo, pavimentação de ruas, construção de rodovias, compra de tratores e manutenção de postos de saúde. Como o **Estadão** revelou, durante o funcionamento do orçamento secreto, parlamentares escolhidos a dedo pelo governo Bolsonaro promoveram compras com indícios de sobrepreço, contratação direcionada de empresas de amigos e familiares dos políticos e concentração de recursos em redutos do Centrão. Em dezembro, o Supremo declarou o orçamento secreto inconstitucional.

PORTARIA. Parte da premissa do orçamento secreto foi ressuscitada na portaria assinada pelos ministros Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). O documento entregou a Padilha o poder de centralizar a negociação com o Congresso de verbas controladas diretamente pelo Executivo, sem necessidade de equidade na divisão dos recursos ou transparência na indicação.

A fonte dos recursos é o dinheiro que alimentou o esquema de Bolsonaro, mas que fora transferido para outra rubrica orçamentária, chamada de RP2 – antes era RP9.

Veto
Presidente vetou proposta que identificava parte dos recursos e permitia acompanhar repasses

Com Bolsonaro, a negociação sobre quem teria acesso ao dinheiro estava exclusivamente nas mãos de um grupo de parlamentares, entre eles o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Agora, a decisão terá de passar pela pasta de Padilha. O que não significa que Lira perdeu força. Como comanda a pauta da Câmara e do Centrão, as negociações passarão obrigatoriamente por ele.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por exemplo, tem R$ 2 bilhões para obras, que vão desde a compra de tratores até a pavimentação de ruas. Os parlamentares escolhidos pelo governo Lula poderão dizer em que cidade irão aplicar os recursos como "pagamento" por votarem a favor do governo. Também foram reservados R$ 54 milhões para abastecimento de água no sertão de Alagoas, reduto de Lira.

A procuradora Élida Graziane, do Ministério Público de Contas de São Paulo, disse que a portaria do governo Lula restabelece o orçamento secreto.

'CONTINUIDADE'. "Não vejo uma mudança de um modelo para outro, eu vejo uma continuidade, com um regime híbrido para frustrar a decisão do Supremo e manter tudo exatamente igual", afirmou a procuradora. "Há uma fortíssima tendência de a execução repetir o que foi o orçamento secreto, que é liberar o dinheiro sem aderência ao planejamento, de forma discriminatória, sem transparência em relação aos beneficiários e escolhendo o beneficiário sem nenhum filtro".

O Supremo declarou o orçamento secreto inconstitucional por se tratar de um esquema sem transparência, sem planejamento, que concentrou recursos em redutos eleitorais sem equilíbrio regional e envolveu desvios. Lula criticou o mecanismo durante a campanha eleitoral, classificando o modelo como uma "excrescência".

Em resposta ao **Estadão**, a assessoria de Padilha afirmou que a destinação dos recursos para a rubrica RP2 segue uma decisão do Congresso "em conformidade com o padrão da Lei Orçamentária adotada há muitos anos". O governo prometeu dar transparência aos atos, mas, questionado pela reportagem, não apontou onde o cidadão poderá consultar os nomes dos parlamentares beneficiados pelos recursos.

"Até o momento, ainda não houve empenho de nenhum valor nessa rubrica. No futuro, ao serem empregados, esses recursos cumprirão critérios técnicos e seguirão absolutamente todos os padrões de transparência da administração pública, com relação a proponentes, órgãos federais envolvidos e ritmo de execução e de liberação de recursos", destacou Padilha.

O Planejamento, comandado por Tebet, disse que os ministérios não são obrigados a seguir a indicação de parlamentares para as verbas do RP2. Questionado como será dada transparência e como garantir que a negociação não repita o orçamento secreto, a pasta respondeu: "As dotações classificadas com RP2, oriundas ou não de emendas, são executadas pelos órgãos sem o requisito de observância de indicações parlamentares, recaindo sobre o órgão a gestão da execução da despesa".

VETO. Outra medida que reduz a transparência foi a decisão de Lula de vetar uma proposta na Lei Orçamentária Anual (LOA) que separava os recursos autorizados pelo Congresso após a aprovação da PEC da Transição em uma fonte específica. Na prática, a medida colocava uma "digital" nas verbas e permitia um mínimo de acompanhamento do caminho do repasse.

Agora, a gestão petista misturou as programações às demais despesas que estão sob controle do Palácio do Planalto, tornando impossível identificar o que é recurso direto do governo e o que é liberação para atender a interesse de aliados. O Executivo argumentou que a "digital" colocada pelo Congresso não cumpria o objetivo de identificar tecnicamente a fonte do recurso para bancar as despesas. ●

Para entender

A distribuição de verbas para congressistas

Governo Bolsonaro

- Recursos do orçamento secreto eram carimbados como emenda de relator-geral (RP9) e liberados pelos ministérios conforme pedido de parlamentares aliados
- Quem definia os beneficiados e a divisão interna era cúpula do Congresso, com controle maior do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)
- Os nomes dos parlamentares contemplados foram mantidos em segredo, assim como os critérios para a distribuição dos recursos
- Em 3 anos, governo Bolsonaro liberou R$ 45 bi do orçamento secreto para atender aliados em troca de apoio político no Congresso

Governo Lula

- O Executivo define o pagamento da maior parte dos recursos para investimentos e manutenção dos órgãos públicos, com o carimbo das despesas discricionárias (RP2)
- Foi criado um modelo de repasse da verba concentrando a negociação no gabinete do ministro Alexandre Padilha, que receberá as indicações de parlamentares
- Governo não é obrigado a atender os parlamentares na hora de destinar a verba, mas é pressionado a liberar conforme a indicação de deputados e senadores
- Não há nenhum instrumento para dar transparência a essas indicações
- Lula terá R$ 100 bi para gastar livremente e atender aliados, incluindo espólio do orçamento secreto, recursos negociados na PEC da Transição e verba para novatos

---

"Há tendência de a execução repetir o que foi o orçamento secreto, que é liberar o dinheiro sem aderência ao planejamento, de forma discriminatória, sem transparência"
Élida Graziane
Procuradora do Ministério Público de Contas de SP

"No futuro, ao serem empregados, esses recursos cumprirão critérios técnicos e seguirão absolutamente todos os padrões de transparência"
Secretaria de Relações Institucionais

"Dotações classificadas com RP2, oriundas ou não de emendas, são executadas pelos órgãos sem o requisito de observância de indicações"
Ministério do Planejamento

Governo

Lula enquadra ministros e veta anúncio sem aval da Casa Civil

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquadrou ontem os 37 ministros ao proibir que eles façam anúncios de medidas em estudo nas pastas sem aval prévio da Casa Civil ou do próprio chefe do Executivo. Lula disse que a "genialidade" de alguns ministros precisa passar pelo crivo das áreas responsáveis pela análise de medidas do governo.

"É importante que nenhum ministro e nenhuma ministra anuncie publicamente qualquer política pública sem ter sido acordado com a Casa Civil, que é quem consegue fazer que a proposta seja do governo", disse. "Todas as propostas de ministros deverão ser transformadas em propostas de governo e só será transformada em proposta de governo quando todo mundo souber o que será decidido", afirmou.

A cobrança foi feita durante discurso na abertura da reunião ministerial. No fim de semana, o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, disse que o governo preparava um programa de passagens a R$ 200. O governo não tinha sido consultado. No fim do dia, França admitiu o erro. "O programa tem tanto impacto que era melhor a Casa Civil participar. Não é um programa de governo, aí que está o erro, é das empresas", disse. ●

Operação 'Habeas Pater'

Desembargador e filho são alvo da PF por suspeita de venda de sentença

PEPITA ORTEGA

Uma operação da Polícia Federal deflagrada ontem investiga suspeita de envolvimento do desembargador Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1), e de seu filho, o advogado Ravik de Barros Bello Ribeiro, com a venda de sentenças para investigados por tráfico de drogas. A Operação Habeas Pater apura possíveis crimes de corrupção ativa e corrupção passiva.

Com base em Minas e autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a operação cumpriu 17 mandados de busca e apreensão – nove em Brasília, sete em Belo Horizonte e um em São Luís. Durante as diligências, foram apreendidos maços de dinheiro; o valor não foi divulgado. O STJ proibiu contato entre os investigados.

DROGAS. A ofensiva foi realizada de forma simultânea a outra operação – a Flight Level 2 –, que mira grupo suspeito de tráfico de drogas ao qual o magistrado federal e seu filho estariam ligados. Essa frente apura crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Pai e filho são os principais investigados no inquérito que culminou na ação de ontem.

A primeira fase da Flight Level, de abril de 2021, investigou esquema suspeito de transporte de drogas em aviões privados. Agora, os investigadores dizem que os envolvidos na etapa inicial da operação seriam uma "célula de uma organização criminosa maior voltada ao tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e crimes financeiros".

Cândido Ribeiro Filho chegou ao TRF-1 em 1996, após ser indicado em lista tríplice "por merecimento", segundo informa a Corte regional. Antes de ingressar na magistratura, atuou como advogado e no Ministério Público do Maranhão. Em 1988, passou a titular da 2.ª Vara da Justiça Federal do Estado, onde ficou até 1996.

Ravik de Barros Bello Ribeiro fundou seu escritório em 2012 e tem inscrição ativa nas seccionais do Distrito Federal, Rio e Maranhão. O criminalista foi servidor do Ministério do Desenvolvimento Social e do Instituto Nacional do Seguro Social e atuou como assistente parlamentar no Senado.

Procurados, Cândido Ribeiro Filho e Ravik Bello Ribeiro não haviam se manifestado até a noite de ontem. ●

Marcelo Godoy

email: marcelo.godoy@estadao.com; *twitter:* @MarceloGodoy000

Os almirantes e o cumprimento do dever

Conta-se que, diante do inimigo, quando se aproximava do Riachuelo, o almirante Barroso transmitiu à frota uma mensagem: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever". Com esse espírito, Hélio Leôncio Martins, então capitão-tenente, subiu em um caça-ferro para proteger comboios no Atlântico, na 2.ª Guerra. Testemunhou um submarino do Eixo explodir um petroleiro na costa venezuelana.

Mais tarde, o almirante Leôncio foi o primeiro comandante do porta-aviões Minas Gerais. Era sincero nas respostas. Ao ser indagado sobre se a Marinha estava preparada para o conflito, disse: "Zero... Pode pôr zero. Zero mesmo. Não sabíamos nada de defesa antissubmarina, não tínhamos arma, nem equipamentos". O caça-ferro Juruena, com o qual fez a guerra, só foi incorporado à Marinha em novembro de 1942, três meses após iniciado o conflito. E foi no mar que o Brasil sofreu as maiores baixas – 1,5 mil mortos –, embora a memória lembre mais da perda dos cerca de 600 pracinhas e aviadores na Itália. "Cada passagem de comboio era uma vitória." E Leôncio teve muitas. Morreu em 2016. Honrou cada sílaba da frase de Barroso.

A Marinha tem agora um novo dever a cumprir. Lidar com o papel de seus almirantes no governo de Jair Bolsonaro. Foi do comandante da Força, Almir Garnier, que surgiram duas extravagâncias: o desfile de carros de combate em Brasília, no dia da votação da PEC do voto impresso, e a ridícula recusa de transmitir o cargo ao almirante Marcos Olsen. Elas expuseram a politização na Marinha.

> ***A Marinha terá de lidar com o legado das extravagâncias de Garnier e das andanças de Bento***

Já a revelação do caso das joias trazidas escondidas da Arábia Saudita para Bolsonaro e sua mulher, Michelle, por outro almirante – Bento Albuquerque – só atesta a degradação que o bolsonarismo impôs ao País. Em uma das andanças, Bento esbarrou em um fiscal que cumpria o seu dever.

Pior. A voz do almirantado que se insurgiu contra a partidarização da Força Naval, o contra-almirante da reserva Antonio Nigro, foi punido com uma repreensão, em 2022. E isso em um governo que abafou o caso do general da ativa Pazuello. Se há punições que têm o valor de uma medalha, Nigro teve a sua.

Sobre as joias, escreveu: "Não me surpreende o fato de Bolsonaro ter incorporado ao seu acervo pessoal parte dos presentes. Nem tampouco o protagonismo de militares partidarizados na façanha de omitir o desvio das joias. Louvável a dignidade da conduta dos agentes de carreira da Receita. Exemplar a resistência deles contra investidas de autoridades de mais elevado nível hierárquico". Nigro tem razão. Não disse nada de ofensivo, só reconheceu na conduta do fiscal o mesmo material que moveu Barroso e Leôncio: o cumprimento do dever. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

---

Presentes sob investigação

Bento Albuquerque muda versão e diz à PF que joias eram da União

Ex-ministro depõe e afirma que bens iriam para o Estado; antes, havia declarado que eram presente para Bolsonaro e Michelle

ADRIANA FERNANDES
ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

O ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque disse ontem, em depoimento à Polícia Federal, que desconhecia o conteúdo dos pacotes recebidos durante viagem à Arábia Saudita e que estes seriam destinados à União. A versão contraria declarações do próprio almirante dadas no dia da apreensão do estojo de joias de R$ 16,5 milhões em Guarulhos, em outubro de 2021, e quando o caso foi revelado pelo **Estadão**, no início deste mês.

No aeroporto, após os diamantes terem sido retidos pela Receita Federal, o então ministrou afirmou aos fiscais que as joias – colar, anel, par de brincos e relógio – eram presente para o então presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama Michelle Bolsonaro.

A comitiva do ex-ministro de Minas e Energia trouxe da Arábia Saudita dois estojos de joias e tentou entrar no Brasil de forma ilegal. Uma das caixas foi retida na alfândega; a outra passou na bagagem do grupo e seguiu para Brasília. Bento disse que esse segundo estojo – contendo relógio e outros itens – era para Bolsonaro. "Quando chegamos em Brasília, abrimos o outro pacote, tinha relógio... Era uma caixa... Tinham mais coisas", afirmou ele ao **Estadão** no último dia 3.

'PERSONALÍSSIMO'. As afirmações do ex-ministro no depoimento de ontem – Bento foi ouvido por policiais federais em Brasília, por meio de videoconferência – também vão de encontro ao que foi dito pela defesa de Bolsonaro e por um dos filhos do ex-presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Eles classificaram as joias como "bens personalíssimos" e defenderam a permanência dos objetos no acervo pessoal do ex-chefe do Executivo.

Na semana passada, ao se manifestar sobre os presentes enviados pelo regime saudita, o advogado Frederick Wassef afirmou que Bolsonaro, "agindo dentro da lei, declarou oficialmente os bens de caráter personalíssimo recebidos em viagens, não existindo qualquer irregularidade em suas condutas". Na mesma linha, Flávio disse que as joias eram "personalíssimas, independentemente do valor".

Bento ficou no cargo até maio de 2022. Seis meses depois, passada a eleição, o segundo pacote de joias que entrou irregularmente no País foi despachado para o Alvorada. O documento assinado por funcionário do palácio traz um campo que questiona se o item foi visualizado por Bolsonaro. A resposta diz: "Sim".

Quem é quem

BENTO ALBUQUERQUE
Ex-ministro de Minas e Energia

Almirante de esquadra da Marinha, o então ministro representou o Brasil em viagem à Arábia Saudita em 2021. Ao retornar ao País, sua comitiva tentou passar de forma ilegal pela alfândega do aeroporto de Guarulhos com joias

MAURO CID
Ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro

Tenente-coronel, considerado o "faz-tudo" de Jair Bolsonaro, enviou uma solicitação à Força Aérea Brasileira (FAB) para que um emissário do governo viajasse de Brasília até Guarulhos para tentar retirar as joias retidas no aeroporto

MARCOS ANDRÉ SOEIRO
Ex-assessor de Bento Albuquerque

O tenente da Marinha integrou a comitiva da Arábia Saudita. As joias avaliadas em R$ 16,5 milhões estavam com ele no desembarque no aeroporto de Guarulhos

JAIRO MOREIRA DA SILVA
Ex-servidor da Ajudância de Ordens

O primeiro-sargento da Marinha foi enviado ao aeroporto de Guarulhos, em uma aeronave da FAB, para tentar resgatar os diamantes retidos pela Receita

JULIO CESAR GOMES
Ex-chefe da Receita

Ex-oficial da Marinha e aliado da família Bolsonaro, então secretário da Receita pressionou servidores para tentar reaver as joias retidas

JOSÉ ROBERTO BUENO JR.
Ex-chefe de gabinete de Bento Albuquerque

Contra-almirante da Marinha, pressionou a Receita em favor do governo e assinou ofícios da pasta pedindo a liberação dos diamantes

TCU. Bolsonaro também já mudou de versão sobre o assunto. Primeiro, disse que não tinha conhecimento das joias. A mesma postura foi adotada por Michelle. Uma semana depois, reconheceu que recebeu um pacote e, agora, sua defesa disse que ele vai entregar esse segundo estojo ao Tribunal de Contas da União (TCU). Ontem, Michelle embarcou para Orlando, nos Estados Unidos, onde está seu marido.

Além de Bento, a PF vai ouvir o assessor Marcos André Soeiro, que estava na comitiva da Arábia Saudita e transportava a bagagem que foi inspecionada pelos auditores da Receita, no aeroporto de Guarulhos. No Brasil, é obrigatória a declaração ao Fisco de qualquer bem que entre no País cujo valor seja superior a US$ 1 mil.

PRESSÃO. Como mostrou o **Estadão**, Bolsonaro atuou diretamente não apenas para receber o estojo de joias que entrou no País, mas para reaver o conjunto de diamantes que ficou retido. Nessa movimentação, o então presidente envolveu ministérios e militares. Logo após auditores do Fisco apreenderem um dos pacotes, a equipe de Bento acionou a direção da Receita em Brasília para liberar os bens.

Em nota, a Receita afirmou que não houve, por parte do governo Bolsonaro, a intenção de incorporação do bem ao patrimônio da União. "Não cabe incorporação de bem por interesse pessoal de quem quer que seja, apenas em caso de efetivo interesse público", informou a instituição.

Além da PF, investigam o caso das joias Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União e Comissão de Ética da Presidência da República. O TCU vai ficar com a guarda do segundo pacote de joias enquanto durar a apuração. Na Câmara dos Deputados, há coleta de assinaturas para instalação de uma CPI. No Senado, o caso será alvo da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. ●

NA WEB
Áudio: Bento Albuquerque diz que joias eram para Michelle e Bolsonaro
www.estadao.com.br/

São Paulo

Tarcísio chega à posse da Alesp com apoio de 60 dos 94 deputados nas redes

Engajamento de aliados do governador é mais do que o dobro do da oposição; nova legislatura paulista toma posse hoje

PEDRO VENCESLAU
SAMUEL LIMA

Tarcísio de Freitas (Republicanos) já recebeu apoio público nas redes sociais de 60 dos 94 deputados estaduais que tomam posse hoje na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O governador, no entanto, ainda não criou uma rede própria de aliados e depende da retaguarda de políticos do "bolsonarismo raiz" para garantir a aprovação na Casa de projetos do interesse do Executivo.

Os dados são da empresa de análise digital de reputação de marcas Codecs, que, a pedido do **Estadão**, fez um levantamento com base nas postagens de todos os parlamentares da nova legislatura entre 1.º de janeiro, quando Tarcísio deu início ao seu mandato, até 8 de março. As publicações foram classificadas como positivas, neutras ou negativas.

O material analisado abrange 3,8 mil conteúdos sobre a gestão estadual publicados no Twitter, Facebook e Instagram. Ainda que a quantidade de menções positivas e negativas seja semelhante, o engajamento da base de apoio de Tarcísio representa mais do que o dobro da oposição.

De acordo com o levantamento, 53 parlamentares publicaram somente postagens positivas à gestão. Sete deputados fizeram, em geral, mais elogios ao governador, mas também manifestaram críticas pontuais a políticas de gestão, como o veto ao projeto que estabelecia validade indeterminada ao laudo médico de autismo.

CRÍTICAS. A oposição tem 23 parlamentares atuantes nas redes. Destes, 21 mobilizam a militância apenas com posts negativos a respeito do governo do Estado. No caso dos outros dois, predominam críticas a Tarcísio, mas também apareceram elogios ao atendimento à população atingida pelas chuvas, por exemplo.

A oposição passa principalmente pela bancada do PSOL. O partido, que tem cinco deputados, foi responsável por mais da metade dos posts contrários a Tarcísio desde o início do ano. Carlos Giannazi foi o que mais publicou material negativo e o que obteve o maior engajamento.

O levantamento mostra ainda que oito deputados mencionaram o governo apenas de forma neutra, sem declarar apoio ou criticar a gestão. Outros dois não fizeram postagens sobre o assunto e um deles não tem contas monitoradas.

Segundo o estudo, quem sustenta a engrenagem da popularidade do governo na arena digital são os parlamentares do chamado "bolsonarismo raiz" – grupo que se elegeu com pautas da direita radical e adota a estratégia de atacar adversários regularmente para mobilizar apoiadores.

Deputados como Agente Federal Danilo Balas, Major Mecca, Bruno Zambelli e Gil Diniz, todos do PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, lideram com folga o engajamento em posts favoráveis ao governo. Sozinhos, foram responsáveis por 770 mil de 1,2 milhão de interações (soma de curtidas, comentários e compartilhamentos) em posts classificados como positivos a Tarcísio.

Apontado como potencial presidenciável em 2026, Tarcísio já fez gestos que incomodaram bolsonaristas, mas a insatisfação não se reflete nas redes. Reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva três vezes, entregou medalha ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, sancionou lei que garante medicamentos a base de cannabis no SUS e retomou o projeto de criar o Centro Internacional da Diversidade na Avenida Paulista, com foco na comunidade LGBT+. Ele também cultivou pontes com a direita ao sancionar a lei que retira a exigência de comprovante de vacinação contra covid-19 para acessar locais públicos e privados no Estado.

Oposição
21 deputados postaram conteúdos negativos ao governo; dois alternaram críticas e elogios

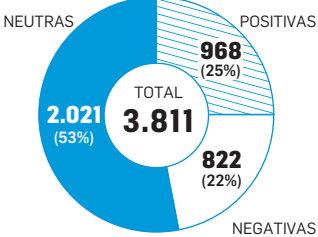
HISTÓRICO. Para o cientista político Rodrigo Prando, professor do Mackenzie, Tarcísio não tem um histórico de atuação nas redes sociais e, por isso, precisa da retaguarda dos bolsonaristas para manter a base ativa nos ambientes digitais. "O governador tem feito vários movimentos de diálogo com adversários do bolsonarismo e de afastamento do discurso mais radical da direita, mesmo assim, ainda conta com o apoio dos deputados leais ao ex-presidente. Esse apoio nas redes deve se refletir nas votações importantes da Assembleia", afirmou.

O cientista político Marco Antonio Teixeira, professor da FGV, disse que os deputados estaduais da direita mais radicalizada enxergam em Tarcísio um líder que encarna os valores do bolsonarismo mesmo sem Bolsonaro. "Com o ex-presidente fragilizado, o governador paulista é o que restou do bolsonarismo politicamente viável. Por isso, Tarcísio joga em duas frentes: dialoga com Lula de um lado, mas acaba com a obrigatoriedade da vacina em outro". ●

TERMÔMETRO

Menções positivas a Tarcisio de Freitas são puxadas por 'bolsonaristas raiz' da bancada do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro; citações negativas vem do PSOL

Menções

Menções positivas por partido

Menções negativas por partido

FONTE: CODECS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Para entender

SP é o único a dar posse a deputados no dia 15

● **Peculiaridade**
A Assembleia paulista é a única do País a dar posse aos deputados em 15 de março. A Casa mantém a data firmada pela Constituição de 1967, que instituiu a posse do presidente da República no dia 15

● **Motivo**
A Constituição de 1988 antecipou a posse do presidente para janeiro, mas a mudança em São Paulo gerou questionamentos na Justiça porque a própria Carta estabelecia que o mandato dos deputados é de 4 anos. Decisão do STF manteve a posse no dia 15

Ex-ministro atuou no primeiro escalão de três governos

OBITUÁRIO

Eliseu Padilha, 1945-2023
ex-prefeito, ex-deputado federal e ex-ministro

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

DAVI MEDEIROS

Morreu na noite de anteontem, aos 77 anos, o ex-ministro Eliseu Padilha. Ele lutava contra um câncer no estômago descoberto havia um mês, segundo nota divulgada pela família, e, desde sábado passado, estava internado em estado grave no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre. O ex-ministro deixa mulher, seis filhos e cinco netos.

Com extenso currículo na política, Padilha passou pelo Legislativo e pelo Executivo e atuou no primeiro escalão dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). Era advogado, empresário e político. Também foi vice-presidente nacional do MDB e vice-presidente da Fundação Ulysses Guimarães.

Nascido em Canela (RS), em 1945, Padilha se formou em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Filiou-se ao MDB em 1966, e, em 1989, foi prefeito de Tramandaí (RS). Atuou como deputado federal pelo Rio Grande do Sul ininterruptamente por 16 anos, de 1995 a 2011, e depois por mais dois anos, de 2013 a 2015. De 1997 a 2001, comandou o Ministério dos Transportes no governo FHC.

Em 2015, na gestão Dilma, atuou como ministro da Secretaria da Aviação Civil. No ano seguinte, após o impeachment, assumiu a Casa Civil do governo Temer. Ele ainda ocupou interinamente o cargo de ministro do Trabalho por um breve período em 2018, acumulando as duas pastas.

PESAR. Políticos e autoridades manifestaram pesar pela morte do ex-ministro. "Líder habilidoso e dedicado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, que serviu como ministro de três presidentes da República", escreveu no Twitter o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Em nota, Temer lamentou a perda do amigo e "companheiro de longa data." "Padilha foi um companheiro de todas as lutas, sempre ao meu lado e ocupando diversos cargos importantes na República", afirmou. "Foi um homem devotado ao nosso país. Fará falta." ●

Disputa global

Venda de submarino nuclear dos EUA para Austrália amplia crise no Pacífico

Pequim acusa americanos, britânicos e australianos de ignorarem preocupações globais com acordo para construir embarcações movidas a energia atômica

WASHINGTON

O acordo de cooperação militar entre EUA, Austrália e Reino Unido (Aukus, na sigla em inglês), planejado para conter a China no Pacífico, teve um novo capítulo ontem, quando os EUA se comprometeram com a venda de submarinos nucleares para os australianos, provocando uma reação imediata do governo chinês.

Pequim acusou os países de embarcarem em um "caminho perigoso". "Isso é típico de uma mentalidade da Guerra Fria", disse o porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin. "A venda provocará uma corrida armamentista, quebrará os mecanismos internacionais de não proliferação nuclear e prejudicará a paz e a estabilidade regional."

TENSÃO. É a primeira vez que os EUA vendem submarinos nucleares para um aliado em 65 anos. A Austrália deve comprar de três a cinco modelos da classe Virginia, que pode empregar mísseis de cruzeiro e começou a ser fabricada em 2000.

Na segunda-feira, o presidente dos EUA, Joe Biden, apareceu em um estaleiro ao lado de Anthony Albanese, premiê australiano, e Rishi Sunak, do Reino Unido. "Estamos mostrando como as democracias podem oferecer a própria segurança e prosperidade", disse Biden. "E não apenas para nós, mas para o mundo todo."

Pelo acordo, a Austrália gastará mais de US$ 100 bilhões nos próximos anos para comprar os submarinos e criar sua capacidade industrial, fortalecendo a construção naval de EUA e Reino Unido.

Ao mesmo tempo, analistas afirmam que o acordo deve causar mais instabilidade. "A venda reflete a preocupação ocidental com a expansão militar chinesa", explica Jian Zhang, professor da Universidade de Canberra. "Mas há grande ansiedade na China sobre as implicações do Aukus para a segurança do país, e os analistas chineses veem o acordo como uma camarilha militar anti-China, uma grande estratégia dos EUA para construir uma Otan no Pacífico."

Gastos militares
A China desenvolveu mísseis capazes de afundar navios, porta-aviões e contratorpedeiros

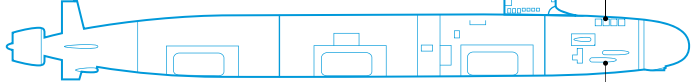
O Aukus pretende reforçar as capacidades militares dos aliados dos EUA no Pacífico e a presença americana na região. Para Hugh White, professor de estudos estratégicos da Australian National University, o acordo coloca a Austrália e toda a região em risco.

"A China tem interesse em controlar mares e territórios próximos, mas em nenhum momento mostrou uma visão expansionista", escreveu Hugh White em relatório publicado no ano passado. "Uma Otan no Pacífico não ajuda a conter a rivalidade, muito menos submarinos nucleares rondando os mares."

OS SUBMARINOS NUCLEARES PARA AUSTRÁLIA

Canberra vai comprar até cinco submarinos de propulsão nuclear

Classe Virgínia (EUA)
Construído pela General Dynamics Electric Boat e Newport News Shipbuilding

PROPULSÃO: NUCLEAR - REATOR GENERAL ELECTRIC S9G

ARMAMENTO: TORPEDOS MK E SISTEMA DE LANÇAMENTO VERTICAL (VLS) PARA MÍSSEIS DE CRUZEIRO TOMAHAWK

PESO:	7.925 TON.	**VELOCIDADE:**	25+ NÓS (46KM/H)
COMPRIMENTO:	115M	**TRIPULAÇÃO:**	132

Classe Astute (REINO UNIDO)
Construído pela BAE Systems

PROPULSÃO: NUCLEAR - REATOR ROLLS-ROYCE PWR2

ARMAMENTO: SEIS TUBOS DE TORPEDO CAPAZES DE LANÇAR TORPEDOS SPEARFISH E MÍSSEIS DE CRUZEIRO TOMAHAWK. ATÉ 38 ARMAS NO ARSENAL

PESO:	7.400 TON.	**VELOCIDADE:**	30 NÓS (56KM/H)
COMPRIMENTO:	97M	**TRIPULAÇÃO:**	98

FONTE: GN / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Hoje, a Austrália não pode atingir um alvo ou proteger sua costa a mais de 150 km do continente, disse Ashley Townshend, especialista do Carnegie Endowment. Os novos submarinos, diz ele, darão "opções" para que os australianos possam "dissuadir ou derrotar" a presença chinesa.

O cenário mais importante para os americanos, porém, é uma guerra em Taiwan. Oito submarinos armados com mísseis rondando os mares do Sul e do Leste da China tornariam mais difícil para Pequim uma invasão do Estreito de Taiwan.

"Os submarinos chineses têm tecnologia menos avançada e são mais barulhentos do que deveriam ser. Portanto, mais detectáveis", disse Bates Gill, diretor do Centro de Análise da China da Asia Society.

DISSUASÃO. Michael Green, ex-membro do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, que escreveu um artigo para o Pentágono há sete anos sobre guerra submarina, disse que os EUA tinham uma vantagem de 15 anos sobre a China nesse campo.

"Os chineses estão desenvolvendo mísseis balísticos capazes de afundar navios de superfície, porta-aviões e contratorpedeiros. Essa vantagem da guerra submarina é crítica para dissuadir a China de pensar que pode usar a força contra qualquer país na região", disse Green. ● NYT, AP e WP

Brecha no contrato de venda causa temores de proliferação atômica

WASHINGTON

A venda de submarinos nucleares dos EUA para a Austrália marca a primeira vez que uma brecha no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), de 1968, é usada para transferir material e tecnologia atômica de um país para outro.

A brecha é o parágrafo 14, que permite que material físsil de uso militar não explosivo, como propulsão naval, seja isento de inspeções e monitoramento pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Especialistas disseram estar preocupados, pois a medida estabelece um precedente que pode ser usado por outros para driblar a supervisão internacional de urânio enriquecido ou plutônio.

Ontem, a China acusou EUA e Reino Unido de "violarem o TNP" e prejudicarem a eficácia do sistema internacional de não proliferação". "O plano de cooperação de submarinos nucleares é um ato flagrante que constitui sérios riscos de proliferação nuclear", disse a missão chinesa na ONU.

A AIEA afirmou que Austrália, EUA e Reino Unido informaram a agência sobre o acordo, mas reiterou que as "obrigações legais" dos três países com a não proliferação ainda são "fundamentais". "É preciso garantir que nenhum risco de proliferação surja deste projeto", disse.

Os parceiros do acordo mantiveram discussões intensas com a AIEA nos últimos meses sobre como limitar esse risco. No início, surgiu a ideia de que o parágrafo 14 pudesse não ser invocado e o combustível nuclear fosse mantido sob salvaguarda da AIEA.

PRECEDENTE. Para mitigar o risco de proliferação, os australianos concordaram em não ter um reator e treinar seus submarinistas nos EUA e no Reino Unido. A Austrália não enriquecerá ou reprocessará combustível nuclear usado, prometeu que o material físsil virá em unidades soldadas e se comprometeu a não adquirir o equipamento para reprocessar o combustível, que o tornaria utilizável em uma arma.

"Acho que os três países levaram muito a sério a tentativa de mitigar os danos ao regime de não proliferação. Fizeram um trabalho bom envolvendo a AIEA", disse James Acton, diretor do Carnegie Endowment for International Peace. "Mas ainda acho que houve um dano real e concreto."

"O principal problema sempre foi o precedente estabelecido", afirmou Acton. "Meu medo nunca foi que a Austrália usasse indevidamente esse combustível, mas que outros países invocassem o acordo como um precedente para remover o combustível nuclear das salvaguardas." ● AP

A Guerra de Putin

Caças da Rússia derrubaram drone americano, dizem EUA

Moscou nega que tenha atingido um MQ-9 Reaper e garante que aeronave caiu no mar após manobra brusca

WASHINGTON

Os EUA acusaram ontem a Rússia de derrubar um drone americano MQ-9 Reaper que sobrevoava o Mar Negro. Segundo o comando militar americano na Europa, o drone realizava uma operação de rotina quando foi interceptado e atingido por um caça Su-27.

Segundo o Departamento de Estado, os EUA convocaram o embaixador russo em Washington em protesto. O Ministério da Defesa da Rússia nega que tenha derrubado o drone. Na versão de Moscou, a aeronave sobrevoava uma área restrita e caiu na água após realizar uma manobra brusca, tentando escapar dos caças.

Autoridades americanas disseram que, antes do incidente, aviões russos teriam despejado combustível e voado na frente do drone "de forma imprudente". "O caso demonstra falta de competência, além de insegurança e pouco profissionalismo", disse o comando.

O general James Hecker, comandante da Força Aérea americana na Europa e na África, deixou claro que os EUA e seus aliados continuarão operando no espaço aéreo internacional e pediu aos russos que atuem "de maneira profissional e segura".

O comunicado lembrou que o ocorrido segue uma tendência de ações perigosas empreendidas por pilotos russos quando interagem com aeronaves dos EUA ou de seus aliados no espaço aéreo internacional, incluindo sobre o Mar Negro. Esse comportamento, segundo destacou o comando americano, "pode levar a erros e a uma escalada não intencional" do conflito.

CRÍTICAS. Os EUA lembraram que suas aeronaves sobrevoam regularmente o território europeu e o espaço aéreo internacional em coordenação com os países aliados e de acordo com o direito internacional.

O conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, relatou o incidente ao presidente dos EUA, Joe Biden, segundo John Kirby, um dos porta-vozes da Casa Branca. Kirby explicou que este tipo de colisão não é incomum e, de fato, houve várias "nas últimas semanas". No entanto, ele sustentou que esta é "notável" por ser "insegura" e "pouco profissional".

Envolvimento
Vários MQ-9s dos EUA foram perdidos nos últimos anos, alguns devido a ações hostis

A invasão da Ucrânia pela Rússia aumentou as tensões entre Moscou e Washington e transformou o Mar Negro, dominado pela Marinha russa, em uma zona de batalha. Moscou bloqueou os navios ucranianos dentro dos próprios portos, embora a Ucrânia tenha conseguido exportar parte de sua produção de grãos pelo Mar Negro após um acordo assinado em julho.

OTAN. Ao mesmo tempo, a Ucrânia atacou navios de guerra russos na região, bem como no porto, principalmente em abril, quando um míssil ucraniano afundou o Moskva, o principal navio da frota russa no Mar Negro, um ataque que afetou a aura de invencibilidade naval de Moscou.

A guerra também galvanizou os países da Otan, principalmente ao fortalecer os laços entre Washington e os membros da aliança que fazem fronteira com a Rússia, incluindo Polônia e os países Bálticos – Lituânia, Estônia e Letônia.

Os membros da Otan despejaram bilhões de dólares em ajuda militar para apoiar a defesa da Ucrânia, mas, ao mesmo tempo, a aliança tentou evitar o confronto direto com Moscou, o que poderia escalar rapidamente para um conflito nuclear.

Um momento de crise ocorreu em novembro, quando um míssil ucraniano, usado para defender o país de um ataque aéreo russo, explodiu em uma fábrica de grãos polonesa logo na fronteira, matando duas pessoas.

PERDAS NO AR. Os EUA usam drones MQ-9 Reapers tanto para vigilância quanto para ataques e têm operado esse equipamento em vários locais, incluindo no Oriente Médio e na África. Outros países, como Reino Unido e França, também usam Reapers.

Vários MQ-9s dos EUA foram perdidos nos últimos anos, alguns por causa de ações hostis. Uma aeronave foi abatida em 2019 sobre o Iêmen com um míssil terra-ar disparado por rebeldes houthis, que também dispararam sem sucesso contra outros drones americanos alguns dias depois, de acordo com o Comando Central dos EUA.

Segundo relatos da imprensa americana, um drone MQ-9 caiu na Líbia, em 2022, enquanto outro se perdeu durante um exercício de treinamento na Romênia, no início do ano. ● EFE, AFP e NYT

WILLIAM ROSADO/US AIR FORCE/AFP–7/11/2020

Drone MQ-9 Reaper, de fabricação americana: peça crucial dos EUA na vigilância do Mar Negro

Narcotráfico

Colômbia encontra em submarino 2 corpos e 2,6 toneladas de cocaína

BOGOTÁ

Marinha da Colômbia anunciou ontem ter encontrado no domingo um submarino à deriva no Oceano Pacífico com 2,6 toneladas de cloridrato de cocaína. De acordo com os militares colombianos, o submarino tem 15 metros de comprimento e 2,5 metros de largura. Além da droga, foram encontrados dois cadáveres e duas pessoas vivas, mas em estado de saúde delicado.

Os dois sobreviventes do submarino receberam atendimento médico no local e foram transferidos para um navio. Segundo a Marinha, ocorreu um vazamento de gases tóxicos do combustível, que contaminou o ambiente. A Marinha afirma ainda que a droga tinha como destino a América Central e estava avaliada em US$ 87 milhões, o equivalente a R$ 460 milhões.

FARC. Esta não é a primeira vez que militares colombianos encontram veículos subaquáticos utilizados para transporte de drogas. Em 2021, a Marinha apreendeu um submarino em Buenaventura, no litoral do Oceano Pacífico, com 400 quilos de cocaína. A embarcação pertencia a dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

O grupo se desmobilizou em 2017, em meio a um acordo de paz, mas alguns guerrilheiros não entregaram as armas e passaram a atuar como narcotraficantes.

Em 2011, a Marinha descobriu um submarino com mais de 30 metros de comprimento, que seguia para o México e tinha capacidade para transportar até oito toneladas de cocaína.

A estratégia de utilizar submarinos tem como objetivo dificultar a captura das drogas. Quanto maior a capacidade de submersão e a sofisticação da navegação, mais difícil é a identificação da embarcação.

O "narcossubmarino" começou a ser usado na década de 90 pelos cartéis de drogas colombianos, que contratavam engenheiros soviéticos para criar as embarcações, geralmente com fibra de vidro – mais difícil de ser detectado por radares – e motor semissubmersível. Pablo Escobar, chefe do cartel de Medellín, nunca escondeu que tinha alguns em sua frota. ● AP

Cristina Kirchner

Brasileiro diz ter agido sozinho em atentado

BUENOS AIRES

O brasileiro Fernando Sabag Montiel, acusado de tentar matar a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, em 1.º de setembro, afirmou que agiu sozinho e não se arrepende. Essas foram as primeiras declarações à imprensa desde que Montiel foi detido. "Agi sozinho. Estão inventando uma história, mas agi sozinho", disse o acusado ao programa *Minuto Uno*, da emissora argentina C5N.

O brasileiro afastou a possibilidade de que sua noiva, Brenda Uliarte, tenha participado da tentativa de homicídio. Ela também está presa. "Fiz por conta própria. Brenda não teve nada a ver com isso", disse. Questionado sobre a motivação, Montiel, de 36 anos, respondeu: "Pela situação do país."

O atentado ocorreu diante da casa de Cristina. Montiel ficou no meio de uma multidão de partidários da vice-presidente, que a aguardavam para demonstrar apoio dias depois de a procuradoria pedir sua condenação em um caso de corrupção.

Montiel se aproximou, apontou uma arma contra o rosto dela e apertou o gatilho, mas o projétil não saiu. Toda a cena foi registrada pelas câmeras de cinegrafistas que acompanhavam Cristina. "A arma estava carregada, apertei o gatilho e o tiro não saiu. Havia cinco balas na arma", disse o brasileiro. Questionado se sentia arrependimento, Montiel respondeu que "não". ● AFP e EFE

Estradas

Rodoanel Norte é leiloado e obra tem previsão de entrega para 2026

Com o trecho, cujas obras estavam paradas desde 2018, o governo estadual calcula uma redução de 30 mil caminhões e 54 mil automóveis na Marginal do Tietê, na capital

GONÇALO JÚNIOR

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Formado por 44 quilômetros que percorrem os municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, ramal exigirá investimento de R$ 3,4 bilhões

O fundo de investimento Via Appia Infraestrutura foi o vencedor do leilão para a concessão do Trecho Norte do Rodoanel de São Paulo realizado na tarde de ontem, na sede da B3, em São Paulo. A vencedora terá cerca de três anos para concluir a obra, que deverá ser entregue em junho de 2026. Os trabalhos da última etapa do anel viário começaram em 2013 e estão paralisados desde 2018. Com o Trecho Norte em operação, o governo calcula uma redução de 30 mil caminhões e 54 mil automóveis na Marginal do Tietê, na capital.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que este foi apenas o primeiro de vários leilões que deverão ser realizados em seu governo. "Não dá para admitir obra parada. As pessoas vão ganhar em mobilidade com o Rodoanel Norte. São negócios na beira do Rodoanel. São pais de família que vão ter emprego e trabalhar na execução dessa obra. É o usuário que vai poupar tempo de viagem e vida. Vamos fechar a saga do Rodoanel", afirmou o governador.

A oferta de deságio (desconto sobre o valor a ser pago pelo Estado) da vencedora foi de 100% pela contraprestação dos serviços públicos de operação, manutenção e investimentos. Além disso, a empresa ofereceu um deságio de 23% sobre o valor do aporte público necessário para conclusão da obra. O valor estimado em investimentos é de aproximadamente R$ 3,4 bilhões, segundo o edital publicado em agosto do ano passado. Essa licitação teve outras três concorrentes. A obra já custou mais de R$ 6,3 bilhões, valor 50% acima do previsto inicialmente, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

AFLIÇÃO. Tarcísio afirmou que a obra sem conclusão "trazia aflição para os moradores". "Foi um leilão emblemático. As pessoas passavam por ali e ficavam pensando 'Quando vai ficar pronto?' Gera transtorno e problema de mobilidade."

O trecho concedido vai da Avenida Raimundo Pereira Magalhães, em Perus (zona norte), até a Rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos (Grande São Paulo). São três a quatro faixas por sentido e sete túneis duplos, passando pelos municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá.

A Via Appia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura é gerido pela Starboard Asset. "Por meio da expertise adquirida junto aos investidores no segmento de rodovias, a Starboard acreditou no novo modelo de parcerias e concessões com o atual governo de São Paulo. A empresa já tem o projeto mapeado e entende ter reunido as condições para concluir as obras do Trecho Norte com sucesso e no prazo definido", disse o grupo em nota.

Está definido que a concessionária terá o direito de explorar os pedágios que devem adotar o modelo chamado "free flow", tecnologia eletrônica que calcula a tarifa de acordo com as características de cada veículo por quilômetro rodado, eliminando paradas em praça de pedágio. O preço previsto no trecho é de 14 centavos por quilometro rodado, que deve totalizar R$ 6,50 no trecho completo. "Pedágio é matemática, resultado de uma equação, de um modelo econômico. Se você analisar a tarifa de pedágio em relação ao investimento que será feito, não haverá problema nenhum", afirmou o governador.

HISTÓRICO. O Rodoanel foi planejado para circundar a área metropolitana da capital paulista e desafogar o fluxo de veículos dentro das cidades da região. O Trecho Norte, formado por 44 quilômetros que percorrem os municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, é o último para a conclusão de todo o percurso.

O governador comentou a liminar concedida à Associação Brasileira de Usuários de Rodovias sob Concessão (Usuvias) que tentou impedir a realização do leilão na véspera da disputa. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Anafe, acabou suspendendo os efeitos da liminar. "Sempre tem um espírito de porco que lança uma liminar na véspera do leilão. Mas não vamos deixar ninguém tumultuar nosso programa de concessão. Estamos aqui para fazer os investimentos acontecerem. O Judiciário percebeu o prejuízo que seria não fazer o leilão. Tivemos quatro players. Obra inacabada não traz taxa de retorno e não é percebida pelo cidadão."

No processo, a Usuvias alegou ausência de audiência pública, o que é previsto nas leis estadual e federal para parcerias público-privada, e falta de transparência na tabela de valores das tarifas de pedágio de R$ 6,50. Previsto inicialmente para abril de 2022, o leilão foi adiado pelo próprio governo estadual, à época na gestão Rodrigo Garcia (PSDB), por "incertezas do cenário macroeconômico interno e externo e alta de preços de insumos, responsáveis pela maior inflação da construção civil das últimas duas décadas no País". ●

Custo e benefício

R$ 6,50
é o valor total do pedágio previsto no Trecho Norte.

100%
foi a oferta de deságio.

R$ 6,3 bi
é quanto já custou o trecho, 50% acima do previsto inicialmente pelo Tribunal de Contas do Estado.

artplan
Patrocinador Master
Heineken®
DOS MESMOS CRIADORES DO ROCK IN RIO
THE TOWN
CARD
ESGOTADO
MILHARES DE PESSOAS JÁ GARANTIRAM LUGAR
NA PRIMEIRA EDIÇÃO DO THE TOWN.
SE VOCÊ NÃO CONSEGUIU, FIQUE LIGADO. DIA 18 DE ABRIL
COMEÇA A VENDA DE INGRESSOS E VOCÊ NÃO PODE FICAR DE FORA.
GARANTA SEU LUGAR E ENTRE PARA HISTÓRIA.
VENDA DE INGRESSOS: 18 DE ABRIL ÀS 19H
THETOWN.COM.BR
INTEIRA: R$ 770,00 – MEIA: R$ 385,00
NÃO HÁ COBRANÇA DE TAXAS ADICIONAIS
O pagamento poderá ser feito por cartão de crédito ou PIX. Serão aceitos a maioria dos cartões de créditos emitidos no Brasil e o valor poderá ser parcelado em até 6x (seis vezes) sem juros. Já os clientes que efetuarem o pagamento com cartões de crédito Itaú, Credicard ou Iti poderão parcelar a compra em até 8x (oito vezes) sem juros.
16
O parcelamento em até 8x (oito vezes) sem juros é válido até o fim da cota de ingressos The Town Card disponibilizada para venda pela organização do evento por meio da plataforma de vendas oficial e apenas para pagamento com cartões de crédito Itaú, Credicard ou Iti. As condições de parcelamento são válidas para aquisição de até o total de 04 (quatro) The Town Cards por CPF para o evento, podendo, destes 04 (quatro) ingressos, no máximo 01 (um) dos ingressos ser de meia-entrada. A classificação etária do evento é 16 (dezesseis) anos. A entrada de menores de 16 (dezesseis) anos será permitida desde que estejam acompanhados dos pais ou responsáveis legais.
Apoio Institucional
CIDADE DE SÃO PAULO
Content Partner
TikTok
Media Partners
tvglobo
MULTI SHOW
MIX
ESTADÃO
Patrocinadores
Itaú
Porto Seguro
vivo
RIACHUELO
KitKat
Seara
Coca-Cola

NOTAS E INFORMAÇÕES

A novela do Rodoanel

Paulistas já viram de tudo: até Alckmin e Lula como aliados. Mas não viram a conclusão do anel viário

Os paulistas já viram de tudo. Até o ex-tucano Geraldo Alckmin se aliar ao petista Lula da Silva e ser eleito vice-presidente da República em chapa formada com seu histórico adversário político. Mas, por incrível que pareça, ainda não viram a inauguração do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas.

Decerto há boas desculpas para o atraso vergonhoso de uma obra cuja previsão inicial de conclusão era novembro de 2014 – lá se vai quase uma década. Mas o fato é que um Estado com a pujança de São Paulo, pelas mais variadas razões, tem sido incapaz de concluir a maior obra viária em execução no País.

Na manhã de ontem, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), desembargador Ricardo Anafe, deu um novo respiro ao projeto. O magistrado acolheu um pedido do Palácio dos Bandeirantes e suspendeu os efeitos de uma liminar concedida na véspera – em processo movido pela Associação Brasileira de Usuários de Rodovias sob Concessão (Usuvias) – que impedia a realização do leilão do Trecho Norte marcado para aquela tarde, na sede da B3.

A pretexto de suspender a realização do leilão, a Usuvias alegava que a discussão dos termos do edital de concessão – uma Parceria Público-Privada (PPP) – não passou por audiência pública, como determinam leis estadual e federal, nem tampouco deu "transparência" à tabela da tarifas de pedágio. Os argumentos da associação não foram acolhidos pelo TJ-SP.

A cassação da liminar que manteve a realização do leilão na B3 foi comemorada pelo governador Tarcísio Gomes de Freitas. Tarcísio fixou a retomada das obras do Trecho Norte do Rodoanel como um dos objetivos para os 100 primeiros dias de sua administração. Porém, nada assegura que outras paralisações do projeto, seja por decisão judicial, seja por questões de ordem técnica ou administrativa, não venham a atrasar ainda mais a obra no futuro próximo.

Oxalá eventuais obstáculos supervenientes sejam superados com a agilidade que um projeto tão vital quanto atrasado requer. Este jornal espera que as obras, paralisadas desde 2018, prossigam, enfim, e sejam concluídas dentro do novo prazo determinado pelo governo de São Paulo: junho de 2026.

O Trecho Norte do Rodoanel, que passa predominantemente pelo município de Guarulhos, é o último segmento do anel viário a ser concluído. Trata-se de uma obra de suma importância para o Estado e, principalmente, para a capital paulista. Estima-se que sua abertura será capaz de retirar das congestionadas pistas da Marginal do Tietê cerca de 30 mil caminhões e 54 mil automóveis. Os benefícios dessa redução são inequívocos: melhor fluidez do tráfego na metrópole, mais qualidade de vida para os milhares de motoristas que passam pelas Marginais todos os dias e redução da poluição do ar por óxido de nitrogênio (NOx).

Até aqui, o Trecho Norte do Rodoanel tem sido um sorvedouro de recursos dos contribuintes paulistas. Já passou muito da hora de esse projeto começar a dar retorno como uma alternativa ao sobrecarregado sistema de transporte rodoviário do País. ●

Segurança

Após ataques no RN, Flávio Dino autoriza envio da Força Nacional

Foram registradas ações simultâneas em mais de 20 cidades, afetando transporte e aulas; suspeita recai sobre facção criminosa

ADRIANO ABREU / TRIBUNA DO NORTE

Criminosos atearam fogo em ônibus e micro-ônibus em Natal e Parnamirim e atacaram bases policiais

Mais de 20 cidades do Rio Grande do Norte registraram ataques coordenados contra prédios públicos e veículos desde a noite de anteontem. Os casos, que atingem até a capital (Natal), consistem em incêndios de estruturas de prefeituras e do governo, além de atentados a tiros a bases policiais e sedes do Judiciário. A governadora Fátima Bezerra (PT) pediu e o governo federal anunciou o envio de 100 agentes e 30 viaturas da Força Nacional de Segurança para o Estado.

Os ataques tiveram início na noite da segunda e de forma simultânea. Foram registrados em Parnamirim, na Grande Natal, e também em Campo Redondo e Acari, no interior, e Tibau do Sul, no litoral. Os criminosos atearam fogo em ônibus e micro-ônibus em Natal e Parnamirim. Em alguns casos, os passageiros foram obrigados a descer do veículo e ameaçados de morte se registrassem fotos ou vídeos. As empresas de ônibus recolheram as frotas nas maiores cidades do Estado e as escolas fecharam.

TRANSTORNOS. As imagens dos incêndios provocados pelos criminosos começaram a circular nas redes sociais no início da manhã desta terça-feira. Muitos trabalhadores e estudantes já se deslocavam para as respectivas atividades quando o clima de tensão começou a tomar conta da população. O maior temor era para quem aguardava ou já estava dentro do transporte público. "Fiquei sabendo dos ataques pelo Instagram, a caminho do trabalho. No retorno, as paradas estavam lotadas e as pessoas não conseguiam pedir um transporte por aplicativo. Eu tive sorte, pois consegui rápido. Mas estou com medo. O clima nas ruas está muito tenso", relatou a administradora Alânia Batista, que trabalha e mora na zona Sul de Natal.

Quem não conseguiu um transporte por aplicativo contou com a sorte para voltar para casa de noite. Com quase nenhum ônibus em circulação, os que ainda não tinham retornado para as garagens estavam lotados.

PRISÃO. Na noite desta terça-feira, o Ministério da Justiça informou que um preso apontado como líder de uma facção criminosa foi transferido para o sistema penitenciário federal. "O custodiado, segundo as investigações, continuava como mandante de crimes como homicídios e tráficos de drogas, além de estar envolvido em planos de fugas e ataques a patrimônios públicos e privados, hoje, nas cidades de Natal e Mossoró", informou.

> ***"Iremos atuar em conjunto com o governo federal e sob o comando do nosso sistema policial"***
> **Fátima Bezerra (PT)**
> **Governadora**

Pelo menos outros 16 suspeitos de envolvimento com os ataques foram presos e um adolescente, apreendido. Além disso, também foram recolhidos 5 armas de fogo, 1 simulacro, 20 artefatos explosivos, 3 galões de gasolina, 4 motos e 1 carro. "Em uma ocorrência, registrada na zona oeste de Natal, houve um confronto entre forças policiais e criminosos, ocasião em que um homem foi ferido e morreu", informou, em nota, a assessoria governamental.

Ainda pela manhã, o secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed), Francisco Araújo, afirmou que o Serviço de Inteligência da pasta identificou o risco de ocorrência dos atentados e os efetivos foram reforçados em pontos estratégicos em todo o Estado. "Providências judiciárias também foram solicitadas pelas forças de segurança pública aos órgãos competentes", informou o governo potiguar.

"Neste momento, o secretário executivo do ministério da Justiça, Ricardo Capelli, seguindo recomendações do ministro Flávio Dino, nos informou que atenderá integralmente e prontamente toda solicitação do governo", escreveu no Twitter Fátima Bezerra. "Já estão mobilizando homens e viaturas da Força Nacional de Segurança. Iremos atuar em conjunto com o governo federal e sob o comando do nosso sistema policial." Também pelo Twitter, o ministro da Justiça, Flávio Dino, confirmou o envio da tropa. "Outras ações estão sendo providenciadas."

FACÇÕES. Há a suspeita de que o Sindicato do Crime esteja por trás das ações criminosas. A facção, que nasceu como uma dissidência do Primeiro Comando da Capital (PCC), tem forte atuação no narcotráfico e membros espalhados por diferentes penitenciárias potiguares.

O governo estadual acredita que as restrições de comunicação nas cadeias e ações investigativas contra a criminalidade podem ter desencadeado uma reação. Também ontem foi realizada uma reunião com representantes de todas as instituições que integram a Segurança Pública. "Não haverá recuo por parte do governo do Estado", disse o coronel Francisco Araújo, titular da Sesed. ● **CAIO POSSATI E RICARDO ARAÚJO, ESPECIAL PARA O ESTADÃO**

Violência

Trio usava app para sequestrar e abusar de mulheres em SP

Clientes solicitavam corridas sozinhas em bairros como V. Maria, Penha, Tatuapé, Carandiru e Santana, além dos Jardins

A Polícia Civil de São Paulo prendeu em flagrante nesta segunda-feira três homens, de 26, 27 e 29 anos, suspeitos de integrar uma quadrilha que usava aplicativos de transporte para sequestrar, achacar, roubar e estuprar mulheres que solicitavam corridas sozinhas na Grande São Paulo. Uma vítima de 46 anos, que foi mantida como refém após embarcar no Jardins, na zona oeste da capital paulista, foi libertada durante a operação.

As prisões foram feitas por agentes da Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerco), da 4.ª Delegacia Seccional da Zona Norte. O trio foi detido na Vila Curuçá, na zona leste de São Paulo, após perseguição policial. Segundo o delegado do caso, eles estariam a caminho do cativeiro para onde a vítima seria levada, em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo. Um quarto suspeito de integrar a quadrilha fugiu.

As investigações apontaram que a quadrilha teria praticado ao menos sete sequestros usando aplicativos variados de transporte desde fevereiro deste ano, parte com suspeita de estupro. "Algumas vítimas relataram que os criminosos ficaram as chamando de 'gostosinha', 'maravilhosa', começaram a passar as mãos nas coxas, nas partes íntimas, nos seios", disse ao **Estadão** o delegado Ronald Quene Justiniano, titular da 4.ª Cerco.

Segundo ele, os alvos foram abordados em bairros como Vila Maria, Penha, Tatuapé, Carandiru e Santana, além da região do Jardins. O modus operandi repetia alguns padrões. Em ação eram sempre um Volkswagen Voyage, que se passava por carro de aplicativo, e um HB20, que dava suporte durante o sequestro. "É o chamado 'cavalo', usado só para transporte de criminosos", diz o delegado. O tempo de sequestro variava de 5 a 12 horas.

Cerco e detenção

Após a identificação de 2 carros, polícia criou cerco; entre os detidos estava um integrante do PCC

CERCO. Conforme a polícia, nesta segunda-feira os agentes identificaram que os carros que sempre eram usados pela quadrilha estavam na região dos Jardins, área nobre da capital. Eles começaram a monitorar os veículos e fizeram a abordagem na zona leste da cidade. "Tudo indicava que teria uma vítima ali", diz o delegado.

Durante a abordagem dos carros, que ocorreu na Vila Curuçá, um dos suspeitos apontou uma arma de fogo na direção dos agentes. O homem também teria tentado atropelar policiais civis e militares. A polícia atirou, mas ninguém foi atingido. Os agentes iniciaram uma perseguição mais intensa e três criminosos foram capturados – um deles integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC), conforme a investigação.

A prisão do trio foi convertida em preventiva por tempo indeterminado. Um quarto suspeito pulou de um dos carros, em movimento, e conseguiu escapar. A refém foi libertada sem ferimentos. ● ÍTALO LO RE

Influenciadora foi assediada e ficou 12h em cativeiro

Os policiais começaram a monitorar a quadrilha desde o dia 2, quando a influenciadora digital Giovanna Pacheco, de 19 anos, foi sequestrada após solicitar uma corrida de madrugada no Carandiru. "A foto do aplicativo não era compatível com o motorista de fato, mas, mesmo assim, ela ingressou no veículo", diz o delegado Ronald Quene Justiniano. Cerca de cinco minutos depois, dois homens abordaram o carro e anunciaram o assalto. "Eles simularam que haviam roubado o motorista do aplicativo", diz. O condutor, porém, era um dos integrantes e ia para o segundo veículo da quadrilha.

Giovanna foi mantida em cativeiro por quase 12 horas. Nesse período, além de ter os pertences levados e de ser obrigada, com ameaças a mão armada, a transferir todo o dinheiro que tinha via Pix, a influenciadora também viu a quadrilha acionar conhecidos para pedir recursos para a soltura dela. Conforme a polícia, o prejuízo total teria sido de R$ 20 mil.

Os criminosos, segundo o delegado, também teriam obrigado a fazer filmagens do corpo dela para que guardassem e tocado o corpo da vítima. Giovanna se manifestou sobre o caso nas redes sociais. "Estou fazendo tratamento psicológico." ●

PREVISÃO DO TEMPO

MANHÃ 18° | TARDE 28° | NOITE 22° | VOLUME DE CHUVA 4MM | UMIDADE RELATIVA 58%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/ 28°	16°/ 28°	17°/ 29°	18°/ 29°

SOL
NASCENTE: 6H07
POENTE: 18H22

LUA: **MINGUANTE**
MINGUANTE 14/3 9H42
NOVA 21/3 14H26
CRESCENTE 28/3 23H32
CHEIA 6/4 1H34

Estado de SP

● Condições menos favoráveis a formação de tempestades, mas ainda há previsão de chuvas isoladas.

Tábuas das marés: Porto de Santos

N ↓, NE ↙, L ←, SE ↖, S ↑, SO ↗, O →, NO ↘ — **20**nós **SE**

0,6m

HOJE		
6h07	↓	0,5
11h33	↑	0,9
16h51	↓	0,4

QUINTA, 16		
0h07	↑	1,3
6h28	↓	0,5
11h55	↑	1,1
17h38	↓	0,3

SEXTA, 17		
0h29	↑	1,4
6h51	↓	0,5
12h18	↑	1,2
18h18	↓	0,2

SÁBADO, 18		
0h52	↑	1,5
7h14	↓	0,5
12h44	↑	1,4
18h56	↓	0,1

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/31°	MACEIÓ	23°/32°
BELÉM	22°/27°	MANAUS	23°/32°
BELO HORIZONTE	17°/29°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	24°/34°	PALMAS	23°/28°
BRASÍLIA	18°/28°	PORTO ALEGRE	22°/32°
CAMPO GRANDE	20°/29°	PORTO VELHO	24°/31°
CUIABÁ	23°/32°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	18°/26°	RIO BRANCO	21°/30°
FLORIANÓPOLIS	22°/29°	RIO DE JANEIRO	20°/31°
FORTALEZA	24°/29°	SALVADOR	25°/31°
GOIÂNIA	20°/29°	SÃO LUÍS	23°/28°
JOÃO PESSOA	24°/31°	TERESINA	23°/30°
MACAPÁ	23°/29°	VITÓRIA	22°/30°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/31°	MÉXICO	-3	14°/21°
ATENAS	5	11°/14°	MIAMI	-2	16°/24°
BARCELONA	4	10°/15°	MONTEVIDÉU	0	22°/28°
BERLIM	4	1°/5°	MOSCOU	5	1°/3°
BRUXELAS	4	2°/7°	NOVA YORK	-2	-1°/5°
BUENOS AIRES	0	26°/30°	PARIS	4	2°/10°
CARACAS	-1	18°/27°	ROMA	4	7°/16°
CHICAGO	-3	-1°/6°	SANTIAGO	0	13°/27°
ESTOCOLMO	4	-3°/3°	SYDNEY	14	18°/31°
GENEBRA	4	-7°/2°	TEL-AVIV	5	10°/15°
JOHANNESBURGO	3	16°/27°	TÓQUIO	12	11°/15°
LIMA	-2	23°/24°	TORONTO	-2	-4°/2°
LISBOA	3	7°/21°	WASHINGTON	-2	-1°/10°
LONDRES	3	1°/7°			
LOS ANGELES	-5	13°/16°			
MADRID	4	7°/18°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Atenção básica

Novo 'Mais Médicos' terá foco em profissionais brasileiros

Programa deve ser lançado em abril e vai investir na validação de diplomas de quem estudou Medicina no exterior

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ampliar o programa Mais Médicos, criado na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e que trouxe uma leva de profissionais cubanos para o País, provocando reação das entidades médicas brasileiras. O novo Mais Médicos fará parte de medidas para os cem primeiros dias de mandato e deve ser lançado na primeira quinzena de abril.

A retomada e a ampliação do programa de saúde ficou acertada na reunião ministerial realizada por Lula nesta terça-feira com os ministros de pastas da área social, como Saúde, Educação, Direitos Humanos e Igualdade Racial. No fim do encontro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo pode rebatizar o programa como Mais Saúde Para os Brasileiros.

"O fato é que o programa será ampliado, incluindo a formação de especialidades na atenção básica. Nós vamos elevar a oferta de serviços, não apenas de forma quantitativa, mas qualitativa, capacitando ainda mais a assistência básica no nosso País. Voltaremos ao patamar que nós tínhamos em todas as cidades, regiões e distritos distantes com a possibilidade de ter médicos", afirmou Rui Costa.

ESTRANGEIROS EM SEGUNDO PLANO. O ministro, contudo, não garantiu se o novo programa contará com o retorno de médicos estrangeiros. O Mais Médicos criado no mandato de Dilma foi sustentado a partir de um acordo internacional que resultou na vinda de profissionais de Cuba. O governo daquele país era remunerado pela atuação dos profissionais.

A parceria entre os dois países foi rompida pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que determinou, em 2018, a saída dos médicos do Brasil, sob a acusação de que o dinheiro destinado ao programa servia para financiar os projetos do ex-presidente da ilha, Fidel Castro. Dado do Ministério da Saúde daquele ano indicavam que mais de 8 mil médicos cubanos trabalhavam no País por meio do programa, que tinha naquele momento pouco mais de 18 mil vagas preenchidas em mais de 4 mil municípios.

Segundo o ministro da Casa Civil de Lula, a prioridade do novo programa será empregar médicos brasileiros. Rui Costa ainda afirmou que o novo Mais Médicos vai investir na validação de diplomas de brasileiros que estudaram Medicina no exterior e desejam trabalhar nas comunidades sem assistência médica.

Ainda segundo o ministro, não haverá aumento dos salários pagos atualmente pelo programa federal. Uma bonificação será feita por meio de cursos de capacitação aos médicos participantes. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora solicita reparo em iluminação pública

Reclamação de Aparecida Oliva: "Recentemente, após fortes tempestades, faltou luz nos postes de energia de toda a Rua Agenor Rocha, na Vila Síria, zona leste de São Paulo. Tentei ligar desde o início do ocorrido, mas o telefone 156 somente ficou na musiquinha e não consegui relatar minha queixa. É muito perigoso chegar em casa e ter a rua toda escura. Entendo que choveu muito e a infraestrutura pode ser danificada, mas a manutenção precisa ser feita. É importante que reparos sejam realizados para retomar o quanto antes o funcionamento da iluminação pública."

Resposta da Prefeitura de São Paulo: "A SP Regula, agência responsável pela gestão da rede municipal de iluminação pública de São Paulo, informa que equipes compareceram ao endereço citado e providenciaram os serviços de manutenção necessários." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Movimento operario

Capital - Tende a normalisar-se nas próximas horas a situação da greve dos operarios graphicos que há cerca de um mez abandonaram o serviço da maioria dos estabelecimentos desta capital. Ante-hontem já foram reabertas mais de 15 officinas, e hontem durante o dia , após um accordo entre as partes dos interessados, ficou delliberado o restabelecimento immediato do trabalho nos estabelecimentos, incluindo Companhia Paulista de Papeis e Artes Graphicas.

CORREÇÕES

Asteroide. Diferentemente do informado na reportagem *Nasa monitora asteroide com chance de atingir a Terra*, publicada em 13/3/2023, na pág. A11, o asteroide está a 0,13 unidade astronômica de distância da Terra, o equivalente a 19,4 milhões de quilômetros.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria Jose Lancrò Giugni (Marilu) – Aos 91 anos. Filha de Mario Vicente Lancrò e Aninna Cervone Lancrò. Deixa os filhos Luiz Roberto, Carlos Eduardo, Paulo Sergio, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério São Paulo.

Edite Rocha de Jesus – Aos 84 anos. Era solteiro. Deixa os filhos Jilmario, Maria, Jose, Marineide, Cosmo e Graciela. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Durvalina Marina da Silva – Dia 13, aos 81 anos. Filha de Joaquim Gregório da Silva e Pasqualina Maria da Silva. Era viúva. Deixa os filhos Lucio, Misael, Noemi, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Regiane Melo Bueno – Aos 53 anos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Maximo de Sousa – Aos 80 anos. Era casado com Maria Socorro de Oliveira. Deixa os filhos Raimundo, Isaias, Jeova, Miguel, Altina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Maria Jose Lancrò Giugni (Marilu) – Amanhã, às 10h30, na Igreja Nossa Senhora do Brasil, na Pç. Nossa Senhora do Brasil, 01, Jardim Europa (7º dia).

Anna Maria Martins Nogueira – Dia 17, às 19 horas, na Paróquia São Dimas, na R. Domingos Fernandes, 588, Vila Nova Conceição (7º dia).

Mirian Nogueira De Souza – Dia 17, às 18 horas, na Paróquia Santa Generosa, na Av. Bernardino de Campos, 360, Paraíso (18 anos).

Alda Rebello Polizini – Dia 18, às 15 horas, na Paróquia Nossa Senhora Mãe do Salvador (Cruz Torta), na Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 105, Alto de Pinheiros (7º dia).

João Francisco Junqueira Franco – Hoje, às 19 horas, na Paróquia Santa Teresinha, na R. Maranhão, 617, Higienópolis (7º dia).

Nelson Morsa – Amanhã, às 17 horas, na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na R. Honório Líbero, 90, Jardim Paulistano (1 mês).

A esposa Maria Lúcia da Costa Manso Schoueri e família
do querido
ROBERT SCHOUERI
agradecem as manifestações de carinho recebidas por ocasião de seu falecimento e convidam parentes e amigos para a Missa de 7º dia, a ser celebrada no dia 16/03, às 11 horas, na Igreja São José, à Rua Dinamarca, nº 32 - Jd. Europa.

Fifa

Com 104 jogos, Copa do Mundo de 2026 terá 12 grupos de 4 seleções

Cúpula da entidade está reunida em Ruanda e deve aprovar mudanças no próximo mundial, que será disputado em três países-sede: Estados Unidos, México e Canadá

KIGALI
RUANDA

A Copa do Mundo de 2026, que será realizada em três países-sede – Estados Unidos, México e Canadá – será a primeira da história a ser disputada por 48 seleções. Além disso, a Fifa decidiu mudar o formato de disputa e o campeonato deverá ter 12 grupos com quatro países cada.

O novo regulamento aponta que os dois melhores de cada chave e ainda os oito melhores terceiros colocados se classificam para a primeira fase eliminatória, que terá a participação de 32 equipes. A partir daí, os times se enfrentarão em fases de mata-mata até a grande decisão, que será disputada em 19 de junho de 2026. Quem chegar até a semifinal disputará oito jogos, em vez dos tradicionais sete.

Com a mudança, o Mundial da América do Norte terá 104 partidas, 24 a mais do que o previsto anteriormente. A Fifa e o Comitê Organizador da Copa de 2026 vão decidir em conjunto como e quando vão realocar as novas partidas em breve. A entidade já havia oficializado que o Mundial de 2026 passaria a ser disputado com 48 equipes em vez das tradicionais 32, mas havia dúvidas sobre como se daria a disputa.

A ideia inicial era começar o torneio dentro de um esquema com 16 grupos de três seleções cada. Os dois primeiros de cada chave avançariam para uma segunda etapa, anterior às oitavas de final.

Apesar da fase adicional, como cada time jogaria apenas duas partidas dentro do grupo, seria mantido o máximo de sete partidas para as seleções que chegassem mais longe, assim como nas edições anteriores. No modelo com 12 grupos de quatro times, serão três partidas na primeira fase e a etapa seguinte, com 32 seleções, seria mantida. Por isso, o campeão e o vice, assim como os times que disputarem o terceiro lugar, fariam oito jogos e não mais sete, como o formato entre as copas de 1998, na França, até 2022, no Catar.

A reformulação veio após a Fifa identificar problemas do primeiro formato sugerido pelos seus membros. O principal deles era a possibilidade de combinação de resultados entre dois times em campo, já que, dentro de um grupo de três seleções, uma delas sempre estaria descansando. Também é avaliada negativamente a eliminação após apenas duas partidas realizadas.

O novo modelo proposto não é unanimidade. Há questionamentos sobre a duração da Copa do Mundo, que deve precisar de cerca de 40 dias para a sua conclusão, o que limitaria o calendário das ligas nacionais importantes da Europa, por exemplo. O último Mundial, disputado no Catar, durou 28 dias, mas afetou o calendário porque foi disputado entre novembro e dezembro.

CARL RECINE / REUTERS–18/12/2022

Lionel Messi levanta a taça da Copa do Mundo de 2022, no Catar

A Fifa já decidiu que o período de preparação será maior em relação ao último Mundial. Serão 56 dias, se somados, o tempo de preparação, a própria Copa e ainda o período de descanso até o reinício do trabalhos. O período é semelhante às Copas do Mundo de 2010, 2014 e 2018.

Novo formato

48 **seleções disputarão a Copa de 2026, que terá 12 grupos de 4 times**

32 **equipes estarão na segunda fase – os dois primeiros colocados de cada chave e ainda os oito melhores terceiros.**

Principal entusiasta das modificações na Copa, o presidente da Fifa, Gianni Infantino, continuará no comando da entidade por mais um mandato. As eleições da Fifa serão nesta semana, mas ele será reeleito, uma vez que sua candidatura é única. Infantino já havia tentado, sem sucesso, implementar outras alterações, como realizar o Mundial a cada dois anos. Por ora, essa intenção não foi regulamentada.

COPA DE 2030. O Marrocos vai se aliar a Portugal e Espanha na candidatura conjunta para sediar a edição da Copa do Mundo de 2030. Mohammed VI, monarca do país africano, fez o anúncio de sua decisão ontem. De acordo com a agência de notícias marroquina MAP, o rei destacou que a entrada de seu país nessa iniciativa vai caracterizar a "união entre África e Europa, entre o norte e o sul do Mediterrâneo e entre os mundos africano, árabe e euro-mediterrâneo."

A mensagem do monarca marroquino foi lida durante as solenidades de entrega do Prêmio de Excelência da Confederação Africana de Futebol, que assim como a reunião de cúpula da Fifa, foi realizado na cidade de Kigali, em Ruanda.

"Também será uma candidatura que reunirá o melhor de ambas as partes, e a demonstração de uma aliança de genialidade, criatividade, experiência e recursos", dz trecho da mensagem de Mohammed VI.

Difundir ainda mais a modalidade é um dos objetivos do monarca que pretende fazer do futebol, uma espécie de palanque de êxito e desenvolvimento humano e sustentável na sociedade local.

A iniciativa de Marrocos de tomar parte na candidatura da Copa do Mundo de 2030 juntamente com Portugal e Espanha ganhou fôlego após a disputa da Copa do Mundo do Catar, no final do ano passado. No torneio, os marroquinos terminaram a competição na quarta colocação, em sua melhor participação na história. Neste ano, o país africano também foi sede do Mundial de clubes que teve o Real Madrid como campeão. ●

Palmeiras e Flamengo disputarão novo Mundial de Clubes em 2025

A Fifa aprovou ontem por unanimidade o formato do novo do Mundial de Clubes, que será disputado a partir de 2025. O torneio contará com 32 times e, nesta primeira edição, irá contemplar as equipes campeãs nas temporadas terminadas entre 2021 e 2024. Palmeiras e o Flamengo, campeões da Copa Libertadores em 2021 e 2022, respectivamente, estão garantidos no torneio.

Conmebol e Uefa serão as federações com o maior número de vagas. De acordo com o informações publicadas no site do Globo Esporte, a federação sul-americana deve contar com seis times no torneio, enquanto a europeia, 12. Assim, Chelsea e Real Madrid, campeões da Liga dos Campeões em 2021 e 2022 também estão garantidos. A tendência é que as demais vagas sejam preenchidas de acordo com os rankings de cada federação.

"Para confederações com mais de quatro vagas: acesso para os campeões das quatro edições anteriores da principal competição de clubes da confederação e equipes adicionais a serem determinadas por um ranking de clubes com base no mesmo período de quatro anos", disse a Fifa.

Ainda de acordo com a Fifa, para confederações com direito até quatro vagas, elas serão distribuídas para os campeões das quatro edições anteriores da principal competição de clubes da entidade. Para as federações com direito a apenas a participação de um clube, o acesso ao torneio será concedido à equipe mais bem classificada entre os campeões da principal competição de clubes no quadriênio. A vaga para o clube do país anfitrião será determinada posteriormente.

O Mundial de Clubes deste ano está marcado para a Arábia Saudita e vai ser disputado de 12 a 22 de dezembro de 2023. Já para 2024, um novo torneio anual será jogado – representantes de todas as federações se enfrentam em um playoff e o vencedor jogará contra o campeão europeu em um campo neutro. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP e WTA de Indian Wells**
Oitavas de Final
15h / ESPN 3

FUTEBOL
● **Copa do Brasil**
Nova Iguaçu x Nova Mutum
15h30 / SporTV e Premiere
Ituano x Ceará
19h / SporTV e Premiere
● **Liga dos Campeões**
Napoli x Eintracht Frankfurt
17h / Space
Real Madrid x Liverpool
17h / TNT
● **Copa Libertadores**
Atlético-MG x Millonarios
21h30 / ESPN

Da roça para as telonas

Influencer de nove anos viverá Chico Bento nos cinemas

Isaac Amendoim possui mais de 2 milhões de seguidores nas redes sociais, onde mostra rotina em sítio de MG

FERNANDO FRAIHA

Isaac Amendoim irá protagonizar o garoto Chico Bento

BÁRBARA CORREA

Diretamente de Cana Verde, Minas Gerais, um menino de apenas nove anos expandiu o sucesso que faz nas telas dos celulares, ao compartilhar seu dia a dia na roça, para as telonas de todo Brasil. O pequeno Isaac Amendoim gravava vídeos de sua rotina desde os 6 anos e, na última sexta-feira, 10, foi anunciado como o ator que dará vida ao personagem Chico Bento dos cinemas.

O longa sobre o caipira do universo da *Turma da Mônica* ainda não tem previsão de estreia, mas o anúncio do protagonista fez o nome do influenciador ficar em evidência nas redes sociais.

O destaque não é para menos. No Instagram, o menino que tem um sotaque igual ao do personagem que agora vai representar, acumula mais de dois milhões de seguidores. O seu canal no YouTube já passou de 1,5 milhões de inscritos.

QUEM É ISAAC AMENDOIM. O jovem artista ganhou notoriedade ao mostrar a rotina no sítio de sua família e o cotidiano com seus animais, a cabra Rita, o minipônei Coquinho e a galinha Pirulita, entre outros.

O perfil de Isaac nas redes é gerenciado pelos pais, Marcinha Érica e Adriano Duarte. Já os vídeos são gravados com o primo mais velho, Fael Alegria, de 26 anos.

Além do carisma e da perspicácia que cativou a web, ele acumulou ainda mais seguidores quando foi divulgado pelo também influencer Gustavo Tubarão. Foi o humorista quem descobriu o talento prodígio da criança quando fez uma visita à cidade onde o menino mora.

> ***"Estou muito ansioso para fazer o filme. Muito obrigado. Prometo que não vou decepcionar vocês"***

Tubarão, inclusive, comemorou a escalação do amigo no elenco de Chico Bento. "Tá passando um filme na minha cabeça desde o dia que vi essa criança pela primeira vez. Eu senti a pureza e a inocência desse menino, no fundo eu sabia que Deus tinha planos para a vida dele. Sempre falo pra ele não perder a essência e humildade, é por causa dela e do talento gigantesco que ele está onde está hoje."

Entre os vídeos mais assistidos do canal de Isaac no YouTube estão o passeio em um parque aquático (7,8 milhões de visualizações), um dia de pescaria (3,6 milhões) e um tour para apresentar os bichos da roça (3,1 mi).

O último conteúdo postado por Isaac foi o anúncio de sua entrada no elenco do filme. Pela primeira vez, o cenário do sítio dos pais foi substituído por um escritório colorido, decorado com artes da *Turma da Mônica*, e as risadas da rotina cederam lugar às lágrimas de emoção da criança: "Sem vocês eu não teria chegado até aqui. Estou muito ansioso para fazer o filme. Agradeço ao Maurício de Sousa e à produção. Muito obrigado. Prometo que não vou decepcionar vocês". ●

B21 **Bancos**

‘Órfãos’ do SVB batem à porta dos gigantes de Wall Street após quebra do ‘banco das startups’

QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Legislativo **Mudança nos impostos**

Agro e serviços no caminho da reforma

Proposta tributária discutida no Congresso sofre resistência da bancada ruralista, que é contrária à criação de alíquota única, enquanto setor de serviços quer desoneração da folha

ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O governo tem pela frente um duro desafio para dissolver as resistências do agronegócio e do setor de serviços à reforma tributária. O agro, muitas vezes classificado como subtributado, nega pagar menos impostos e refuta mudanças. Já o setor de serviços condiciona seu apoio à desoneração da folha de pagamento (redução dos encargos cobrados sobre os salários), que o governo não pretende abordar nessa primeira fase – focada nos impostos sobre o consumo.

Há anos, o setor de serviços lidera uma frente contrária à reforma no Congresso, defendendo a desoneração da folha e a criação de uma nova CPMF. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou, porém, a recriação da CPMF e disse que a discussão dos tributos que incidem sobre a folha ficará para uma segunda etapa.

“Se você não fizer a desoneração do trabalho, a reforma tributária não se sustenta sozinha. Nos serviços, 80% do custo é mão de obra”, afirma Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS). Ele defende a desoneração total da folha para todos os setores.

Atualmente, 17 setores são beneficiados pela desoneração, prevista para acabar no fim do ano. Ontem, o presidente da Frente Parlamentar do Comércio e dos Serviços, senador Efraim Filho (União-PB), defendeu a prorrogação do benefício por quatro anos via projeto de lei – ou ainda pela inclusão do tema na reforma tributária.

Para destravar a reforma no Congresso, a Confederação Nacional da Indústria diz que o governo pode conceder regimes favorecidos a áreas como saúde, educação, transporte público e agronegócio. “Em prol da aprovação, flexibilizamos nossa posição”, diz Márcio Sérgio Telles, gerente executivo de Economia da CNI. ● COLABOROU ANTONIO TEMÓTEO

BANCADA RURALISTA DIZ QUE NÃO ACEITARÁ ALÍQUOTA ÚNICA. PÁG. B2

Orçamentos estaduais em risco e pacto federativo

ARTIGO

Cristiane Alkmin J. Schmidt
Doutora em Economia pela FGV EPGE, secretária de Economia de Goiás, vice-presidente do Comsefaz, foi conselheira do Cade

Uma hecatombe nas finanças estaduais e municipais é esperada a partir de 2023. Por um lado, pisos salariais têm sido aprovados no Congresso Nacional, para além de 80 projetos de piso em tramitação. Por outro, houve um brutal e não planejado corte na receita desses entes. Não se objetiva avaliar o mérito dos atos, mas pontuar que a conta não fecha.

Em junho de 2022, o Executivo federal sancionou duas Leis Complementares (LCs). A LC 192 obriga os Estados a cobrarem o ICMS dos combustíveis de forma monofásica, com alíquota por litro (*ad rem*) e única no Brasil. A LC 194 determina que os combustíveis, as comunicações, a energia elétrica e o transporte coletivo passem a ter alíquota do ICMS em 18% e não mais em 30%. As perdas *permanentes anuais* para os 27 entes são da ordem de R$ 100 bilhões a partir de julho de 2022.

Além disso, o contencioso sobre a incidência das tarifas Tusd e Tust na base de cálculo da energia elétrica foi inserido na LC 194 e trará perdas adicionais *permanentes anuais* de R$ 34 bilhões. Por fim, há o Difal, que, *para 2022*, provocará perda extra de R$ 13 bilhões.

> ***Como os Três Poderes querem maior justiça social, seria desejável evitar uma crise fiscal nos Estados***

Depois de 16 Estados judicializarem e terem liminares favoráveis, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu o prazo até 1/4/2023 para a União e os Estados fazerem um acordo. Além da Tusd/Tust e do Difal, há a "não essencialidade" da gasolina. Como esses três temas não causam prejuízo ao Tesouro Nacional, os Estados esperam apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem sido parceiro, assim como os 27 governadores foram empáticos acerca do voto de qualidade do Carf. O único item com ônus para a União concerne à compensação relativa às perdas estaduais decorrentes da LC 194 *restritas ao período de julho a dezembro de 2022*. A partir de 2023, as *perdas serão permanentes e sem compensação*.

Os Estados almejam, destarte, ter entendimentos favoráveis sobre a "não essencialidade" da gasolina e Tust/Tusd, e garantir algum caixa (Difal e compensação), para minimizar as *perdas permanentes estruturais*.

Anseia-se, pois, selar um novo pacto federativo, iniciando com acordo entre a União e os Estados, patrocinado pelo STF e anuído pelo Congresso Nacional. Ademais, e mais importante, deve-se refletir qual o nível de gastos e tributação que queremos ter e, com isso, desenhar uma reforma tributária que traduza esse desejo social. Como responsabilidade fiscal precede responsabilidade social, como os vulneráveis precisam do Estado, e como os Três Poderes querem ver o Brasil crescer com maior justiça social, seria desejável que as autoridades evitassem uma crise fiscal nos Estados a partir de 2023. Seria um desastre também para a União, logo, para o País. ●

Legislativo Mudança nos impostos

Bancada ruralista diz que não aceitará alíquota única na reforma

Presidente de frente parlamentar fala em 'guerra de narrativas' para rebater discurso de que setor é subtributado no País

ANNA CAROLINA PAPP
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse ontem que o setor não aceitará uma alíquota única na reforma tributária. Ele chama de "guerra de narrativas" o discurso de que a agricultura é subtributada no Brasil.

"É preciso ver qual é a realidade em toda a cadeia produtiva: setor por setor, item por item, produto por produto", afirmou ele, em encontro com o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, mencionando os aspectos diferentes entre produtores de trigo, feijão, café e produtos industrializados. "Precisamos fazer entender que a nossa contribuição ao PIB seja positiva, e não punitiva, na hora de respeitar um setor importante como o nosso."

No fim de fevereiro, na primeira reunião da FPA com o relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Lupion apresentou oito pontos que o setor não aceita na proposta que vem sendo discutida pelo governo, como o fim da isenção dos impostos sobre os produtos da cesta básica, com a devolução do imposto para a população de baixa renda, e o fim do chamado crédito presumido – um benefício tributário que permite, na prática, a redução do valor a ser pago.

'SIMPLES RURAL'. Para atrair o apoio do agro, o gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Márcio Sérgio Telles, defende que, além de oferecer uma alíquota diferenciada para o setor, seja criado uma espécie de "Simples rural" para pequenos produtores. O Simples é um regime tributário especial para micro e pequenas empresas.

"O Simples urbano é (*limitado a*) R$ 4,8 milhões (*de faturamento por ano*). Então, para o campo, faz R$ 20 milhões, R$ 30 milhões. Ou, em vez do Simples, isenta. O produtor rural que fatura até R$ 30 milhões por ano, por exemplo, está isento. Passou disso, aí vai ter de pagar, porque aí já tem um porte", diz Telles.

> ***"É preciso ver qual é a realidade em toda a cadeia produtiva: setor por setor, item por item, produto por produto"***
> **Pedro Lupion (PP-PR)**
> **Deputado, presidente da FPA**

Ele afirma que, nas discussões da PEC 110, já foi oferecido para o setor um dispositivo prevendo um regime favorecido para agropecuária, agroindústria, pesqueiro e florestal. "Eles querem alíquota diferenciada para que o alimento seja menos tributado. Por que eles dizem isso? Porque querem manter o status do que é hoje. A própria defesa da alíquota diferenciada é porque, hoje, o setor tem tratamento diferenciado, é menos tributado."

A CNI, que tem participado das articulações em prol do avanço da reforma, defende como proposta o último relatório da PEC 110, apresentado em março do ano passado. "É uma defesa técnica e política. A PEC 110 fez concessões sem perder em termos técnicos muita qualidade", afirmou. "O IVA único, da PEC 45, é o melhor, mais simples para as empresas. Mas, politicamente, se mostrou inviável. E como o IVA que está desenhado na PEC 110, dual, são dois IVAs bons, a gente não vê um problema nisso", diz Telles.

A PEC 110 cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), unindo PIS e Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), unindo ICMS e ISS. ●

Deputado defende devolução de tributos em saúde e educação

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara dos Deputados, defendeu ontem que a proposta inclua uma espécie de "cashback" nos setores de saúde e educação, com devolução de impostos para pessoas de baixa renda. O parlamentar também já defendeu o "cashback" para compensar a oneração da cesta básica, mas essa medida enfrenta a oposição do agronegócio.

"Na mesma alíquota, nas áreas de saúde e educação, podemos ter diversos tratamentos. Ter uma alíquota geral para os setores de saúde e educação, mas também um tratamento diferenciado para os mais pobres através da devolução do imposto pago. Uma espécie de cashback", disse Lopes, em reunião-almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), composta por 230 parlamentares (189 deputados e 41 senadores).

"Uma coisa é um cidadão que coloca o menino em uma escola de ensino fundamental pagando R$ 3 mil ou R$ 4 mil. Outra coisa seria um cidadão pagando mil reais", emendou o petista. De acordo com Lopes, o "cashback" para pessoas de baixa renda teria de ser implementado por meio de lei complementar. Ele ponderou, contudo, que as forças políticas da Câmara e do Senado podem querer colocar "algum comando constitucional" na medida.

As discussões sobre a reforma tributária, uma das prioridades do governo Lula, intensificaram-se no começo do mês, quando começaram as reuniões do grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O grupo tem como base as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 e 110/19, que criam um tributo único sobre consumo, chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com a extinção de PIS, Cofins, ISS, ICMS e IPI.

Modelo
Lopes defende PEC que cria IVA dual, com uma alíquota da União e outra de Estados e municípios

Lopes defendeu que a reforma siga o caminho da PEC 110/19, que cria um IVA dual sobre o consumo, com uma alíquota cobrada pela União e outra por Estados e municípios.

CPMF. Lopes também disse ser "radicalmente contra" a criação de imposto sobre transações financeiras, como a antiga CPMF, para bancar a desoneração da folha de pagamento – defendida pelo setor de serviços. Ele afirmou que a medida representaria uma "cumulatividade plena", justamente o que a reforma tenta evitar. ●

CURY

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 representou um grande marco para a Cury Construtora. A cada trimestre, superamos recordes e, ao final do ano, comemoramos nosso melhor período em lançamentos, vendas, geração de caixa, receita, e lucro líquido. Acreditamos que nossa experiência de quase seis décadas de mercado e foco em São Paulo e Rio de Janeiro nos permitiram lidar melhor com as dificuldades do setor e alcançar esse desempenho.

Enfrentamos desafios, como a inflação e dificuldades na cadeia de suprimentos, que afetaram todas as empresas do setor e levaram a algumas revisões orçamentárias. Mas, fomos capazes de ajustar os preços dos novos empreendimentos e compensar algumas perdas, mantendo nossas margens.

Em 2023, a Cury já lançou seis empreendimentos, sendo que o Connect São Mateus, lançado em janeiro em São Paulo, e o Epicentro, lançado em fevereiro no Rio de Janeiro, estão com velocidade de vendas surpreendente, com quase todas as unidades comercializadas. Com isso, temos uma expectativa positiva de forte demanda já no primeiro trimestre, e manteremos a estratégia de lançamentos concentrados na primeira metade do ano, que se mostrou acertada no ano passado.

Aguardamos mais informações sobre o Minha Casa Minha Vida para avaliarmos com cautela a inclusão das faixas mais baixas oferecidas pelo programa em nosso portfólio. Continuaremos a operar o mix de produtos de 2022, com grande concentração na faixa 3 do Minha Casa Minha Vida e percentual de unidades fora do programa, todas contratadas por meio do crédito associativo operado pela Caixa Econômica Federal, modalidade que permite ao cliente financiar o empreendimento desde o início da construção. A Cury tem especialidade nessa operação, realizando com alta velocidade de vendas e repasse, garantindo uma geração positiva de caixa em todo o processo construtivo.

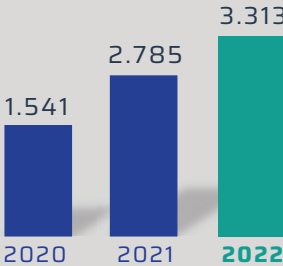
Estamos completando 60 anos e aproveitamos para mudar nosso logo e nossa marca. Ao longo dessa jornada a Cury evoluiu, investiu em qualidade e inovação e se tornou uma das maiores construtoras do país.

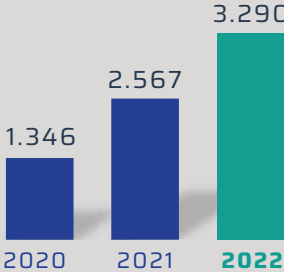
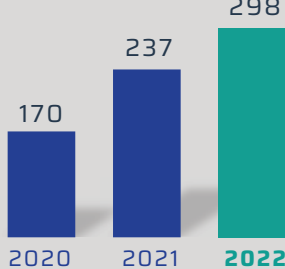
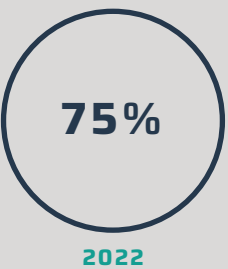
Por fim, gostaria de agradecer a todos que acompanharam e fizeram parte do sucesso da Cury Construtora este ano. Tivemos obstáculos, mas juntos superamos as adversidades e alcançamos resultados impressionantes. Estamos animados com as perspectivas para 2023 e certos de que alcançaremos realizações ainda maiores. O futuro da Cury é brilhante e estamos ansiosos para continuar a crescer juntos.

Fábio Cury - CEO

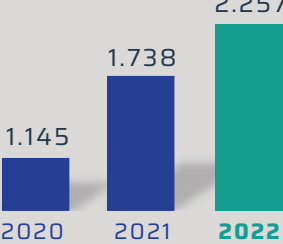
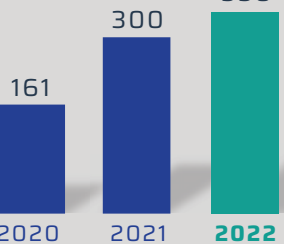
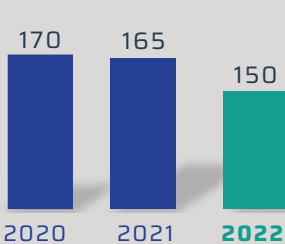
DESTAQUES

VGV Lançamentos (Milhões)

2020	2021	2022
1.541	2.785	3.313

Vendas Líquidas (Milhões)

2020	2021	2022
1.346	2.567	3.290

Geração de Caixa (Milhões)

2020	2021	2022
170	237	298

VSO (Vendas Sobre Oferta)

75% — 2022

Balanço patrimonial consolidado sintético

(Em milhares de Reais - R$)

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Ativo	Consolidado 31/12/22	Reapresentado 31/12/21
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	562.264	375.963
Títulos e valores mobiliários	227.162	218.524
Contas a receber	681.536	731.349
Imóveis a comercializar	534.993	486.666
Adiantamentos a fornecedores	7.297	6.611
Outros créditos	50.270	27.836
Total do ativo circulante	**2.063.522**	**1.846.949**
Não circulante		
Contas a receber	497.726	546.316
Imóveis a comercializar	69.096	46.042
Valores a receber entre partes relacionadas	5.073	4.321
Outros créditos	37.485	35.863
Propriedades para investimentos	68.282	62.896
Investimentos	34.316	29.770
Imobilizado	22.931	25.765
Total do ativo não circulante	**734.909**	**750.973**
Total do ativo	**2.798.431**	**2.597.922**

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado 31/12/22	31/12/21
Circulante		
Fornecedores	114.591	87.488
Empréstimos e financiamentos	120.906	68.020
Obrigações trabalhistas	18.487	16.567
Obrigações tributárias	14.840	8.366
Credores por imóveis compromissados	346.258	321.259
Adiantamento de clientes	342.626	515.238
Impostos e contribuições diferidos	13.853	9.527
Dividendos a pagar	78.348	71.191
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10.189	11.780
Outras contas a pagar	7.388	5.943
Total do passivo circulante	**1.067.486**	**1.115.379**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	360.082	323.208
Provisão para garantia de obra	21.389	13.220
Credores por imóveis compromissados	429.912	374.570
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	8.679	9.299
Provisão para perdas com investimentos	893	755
Impostos e contribuições diferidos	32.242	23.163
Valores a pagar entre partes relacionadas	-	-
Total do passivo não circulante	**853.197**	**744.215**
Patrimônio líquido		
Capital social	291.054	291.054
Ações em tesouraria	(12.210)	(121)
Reserva de capital	17.598	17.598
Reserva legal	53.750	37.256
Reservas de lucros	401.545	245.311
Subtotal do patrimônio líquido	**751.737**	**591.098**
Participação de acionistas não controladores	126.011	147.230
Total do patrimônio líquido	**877.748**	**738.328**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.798.431**	**2.597.922**

Demonstrações do resultado

(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro por ação)

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	Consolidado 01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita líquida com imóveis vendidos e serviços prestados	**2.257.294**	**1.738.295**
Custo dos imóveis vendidos	(1.415.751)	(1.082.692)
Custo dos serviços prestados	(4.651)	(10.932)
Total dos custos	**(1.420.402)**	**(1.093.624)**
Lucro bruto	**836.892**	**644.671**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(212.188)	(164.226)
Despesas gerais e administrativas	(136.568)	(102.464)
Resultado com equivalência patrimonial	379	927
Outras receitas operacionais	2.756	40.444
Outras despesas operacionais	(61.830)	(42.984)
Total receitas/despesas operacionais	**(407.451)**	**(268.303)**
Lucro antes do resultado financeiro	**429.441**	**376.368**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(88.468)	(49.714)
Receitas financeiras	64.031	24.987
Total resultado financeiro	**(24.437)**	**(24.727)**
Lucro antes dos impostos	**405.004**	**351.641**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(50.756)	(31.893)
Diferidos	(5.808)	(4.439)
Total do imposto de renda e contribuição social	**(56.564)**	**(36.332)**
Lucro líquido do exercício	**348.440**	**315.309**
Atribuível aos:	15,4%	18,1%
Acionistas controladores	**329.885**	**299.753**
Acionistas não controladores	18.555	15.556
Lucro por ação (básico e diluído)	**1,1302**	**1,0270**

As Demonstrações Financeiras completas acompanhadas do relatório do auditor independente, sem ressalvas, está sendo publicada no **Jornal Valor Econômico**, no dia **15 de Março de 2023**.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas.

CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. CNPJ Nº 08.797.760/0001 cury.net

FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLLEYBALL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dando cumprimento ao disposto no artigo 27, letras “a” e “i” do Estatuto, fica convocada para o dia 29 de março de 2023 Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sala Lorena do Hotel Quality Paulista São Paulo Jardins, situado na Alameda Lorena, 360, Jardim Paulista, São Paulo, SP, às 10:30 horas em primeira convocação, ou uma hora após, com qualquer número de presentes, a fim de apreciar a seguinte “Ordem do Dia”: a) Leitura e aprovação da Sessão anterior. b) Conhecer e julgar o Relatório referente à temporada de 2022. c) Conhecer e julgar o Relatório e Balancete Geral das atividades financeiras bem como do Parecer do Conselho Fiscal e da auditoria sobre as contas do exercício de 2022. d) Discutir e aprovar o Orçamento Anual. e) Assuntos Gerais.

São Paulo, 10 de março de 2023

Dr. Renato Pera

Presidente da Federação Paulista de Volleyball

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO/ PROSSEGUIMENTO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 006/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES (CARROS, UTILITÁRIOS, VANS, CAMINHÕES E ÔNIBUS) QUE COMPÕEM A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNAS, ÓLEOS E LUBRIFICANTES, PRODUTOS AFINS, MÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE REBOQUE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a autoridade competente do órgão de origem DECIDIU pelo CONHECIMENTO e DEFERIMENTO do Recurso Administrativo interposto pela empresa WR CAMPOS FILHO – ME, bem como, pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO do Recurso Administrativo interposto pela empresa PRA JA COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Em razão da referida decisão de recurso o certame retornará para fase de julgamento em 16/03/2023 às 10h00min. O inteiro teor da decisão do recurso encontra-se disponível no portal COMPRASNET e no site COMPRASFOR (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452.3477.**

Fortaleza – CE, 14 de março de 2023.

HAMER SOARES RIOS

Pregoeiro(a) da CLFOR

ANHEMBI TÊNIS CLUBE - CNPJ 62.066.279/0001-63

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Deliberativo, de acordo com os arts. 27, 28 e 29 do Estatuto Social, convoca os Srs. Associados do Anhembi Tênis Clube para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 02 de abril de 2023, na sede social, à Rua Alexandre Herculano, nº 2, São Paulo – Capital, às 8hs em primeira convocação ou às 9hs em segunda convocação com qualquer número de associados, à fim de elegerem, no horário das 9hs às 17hs, 30 (trinta) membros efetivos e 15 (quinze) suplentes para o quadro de conselheiros e também votarem a proposta de alterações do Estatuto Social do Anhembi Tênis Clube. As condições e regulamentos da eleição e alterações proposta no Estatuto estão à disposição dos associados na sede do CLUBE e no site www.clubeanhembi.com.br, São Paulo,13 de março de 2023. José Jano Santiago Valença, Presidente do Conselho Deliberativo.

AVISO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 002/2023.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA – HABITAFOR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO, ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE REFORMAS E MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CASAS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INSERIDOS NA ZEIS PRIORITÁRIA DO BOM JARDIM, SITUADO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA–CE.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | CE**L torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, o RESULTADO DE HABILITAÇÃO da CP nº 002/2023 – HABITAFOR, divulgado em Sessão de Prosseguimento ocorrida no dia 13/02/2023, nos seguintes termos: HABILITADA: PHD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Na oportunidade, informa que a única participante do certame manifestou expressamente que não possuía interesse em apresentar recurso, não sendo necessária a abertura do prazo recursal em face de tal resultado, motivo pelo qual se realizou a abertura da proposta de preço. Neste plano, informa o RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL, nos seguintes termos: VENCEDORA a empresa PHD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com uma proposta de preço no valor de R$ 7.643.700,96 (sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil e setecentos reais e noventa e seis centavos). Ato contínuo, informa que a única participante do certame manifestou expressamente que não possuía interesse em apresentar recurso, não sendo necessária a abertura do prazo de recursal em face de tal resultado. Informações adicionais encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou por meio do endereço eletrônico: licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br | CEL.

Fortaleza-CE, 14 de março de 2023.

Hamer Soares Rios

Presidente da Comissão Especial de Licitações – CEL

A Gas Brasiliano Distribuidora S.A., concessionária de distribuição de gás canalizado na região Noroeste do Estado de São Paulo, informa as Tabelas Tarifárias fixadas pela ARSESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, aplicáveis a partir de 10/03/2023, conforme Deliberação ARSESP nº 1.390 de 08 de março de 2023.

Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gas Brasiliano Distribuidora S/A. GBD e revoga a Deliberação ARSESP nº 1.375, de 03 de janeiro de 2023. A Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, na forma da Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e do Decreto Estadual nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007: *Considerando o disposto nos artigos 8º, 14 e 36, da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007; Considerando as disposições da Sétima, Nona, Décima e Décima Primeira Subcláusulas, da Décima Primeira Cláusula e da Décima Terceira Cláusula do Contrato de Concessão CSPE nº 02/99, firmado com a Gas Brasiliano Distribuidora Ltda. em 10 de dezembro de 1999, que tratam das condições das tarifas aplicáveis na prestação dos serviços; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.010, de 10 de junho de 2010, que estabelece mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica em razão de variações do preço do gás e do transporte; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.360, de 07 de dezembro de 2022, que apresentam os componentes do custo do gás e transporte e parcela de recuperação vigentes; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.375, de 03 de janeiro de 2023 que apresentaram as tabelas tarifárias atualmente aplicadas pela concessionária; Considerando a Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023 Art. 2º, Inciso II, que reduziu a zero, até 30 de junho de 2023, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as operações realizadas com gás natural veicular classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM; Considerando o Ofício DAR 027-2023 enviado pela concessionária, com proposta de atualização do custo do gás, transporte e recuperação da conta gráfica, e Considerando a Nota Técnica NT.F-0007-2023, que apresenta o cálculo das tarifas a serem aplicadas para todos usuários,* **Delibera:** Art. 1º. Definir o preço do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, conforme segue: I - Manter o custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos usuários residenciais e comerciais, quando aplicável, correspondente, respectivamente, a R$ 2,274290/m³ e R$ 0,395700/m³; II - Atualizar o custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos demais usuários, quando aplicável, correspondente, respectivamente, a R$ 2,222715/m³ e R$ 0,395700/m³; III - Manter o valor da parcela de recuperação do saldo da conta gráfica para os segmentos residencial e comercial em R$ 0,421187/m³ e atualizar o valor para os demais segmentos para R$ 0,083570/m³; IV - Os demais componentes da Deliberação ARSESP nº 1.360, de 07 de dezembro de 2022 permanecem inalterados. § 1º. Os valores acima não incluem os tributos de PIS/PASEP e da COFINS. § 2º. O custo total do gás e do transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para os usuários residências e comerciais, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, fica mantido em R$ 3,435288/m³. § 3º. O custo total do gás e do transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para os usuários não residenciais e não comerciais, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, passa a ser de R$ 3,006473/m³. §4º. O custo do gás e transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para o segmento GNV é de R$ 2,728675, considerando 0% de PIS/PASEP. Art. 2º. Publicar os valores das tabelas, conforme segue: I - Das tarifas-teto constantes do Anexo 1 desta Deliberação, dos Segmentos: a) Residencial, b) Residencial - Medição Coletiva, c) Comercial, Industrial, d) Gás Natural Veicular - Postos, e) Gás Natural - Transporte Público e Gás Natural - Grandes Frotas; II - Das margens máximas e preço do gás dos Segmentos Cogeração e Termoelétrica (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada ao Consumo Próprio ou à Venda a Consumidor Final), constantes do Anexo 2 desta Deliberação; III - Das margens máximas do Segmento Interruptível - constantes do Anexo 3 desta Deliberação; IV - Das tarifas-teto do Segmento Gás Natural para fins de Gás Natural Comprimido - GNC e Gás Natural Liquefeito - GNL, constante do Anexo 4 desta Deliberação; e V - Das TUSDs para usuários livres, constante do Anexo 5 desta Deliberação. Art. 3º. O valor, a título de PIS/PASEP e da COFINS, exceto para os consumidores livres, nos termos do artigo 3º da Portaria CSPE nº 399/2006, corresponde a 9,24%, e com alíquota zerada para faturamento na venda de gás natural veicular até 30 de junho de 2023, por força da Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023. Parágrafo único. O ICMS não consta da base de cálculo de PIS/PASEP e COFINS. Art. 4º. O preço do gás, considerado para fins de fixação das tarifas nesta Deliberação, poderá ser revisto pela ARSESP a qualquer tempo para promover a sua adequação em face de novas condições que vierem a ser observadas na sua aquisição, conforme previsto nas Subcláusulas 9ª e 16ª, da Cláusula Décima Primeira, do Contrato de Concessão. Art 5º. Revoga-se a Deliberação ARSESP nº 1.375, de 03 de janeiro de 2023. Art. 6º. Esta Deliberação entrará em vigor em 10 de março de 2023. Publicado no D.O. de 09/03/2023. **Marcus Vinicius Vaz Bonini -** Diretor-Presidente. **Anexo 1 - Tarifas do Gás Natural Canalizado Área de Concessão da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - Segmento Residencial:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 1,00 m³	31,29	3,435288
2	1,01 a 6,00 m³	31,29	3,742853
3	6,01 a 12,00 m³	31,29	8,712495
4	12,01 a 40,00 m³	31,29	8,780663
5	> 40,00 m³	31,29	8,873229

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS; 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). **Segmento Residencial - Medição Coletiva:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 500,00 m³	153,36	7,538174
2	500,01 a 2.000,00 m³	153,36	7,299451
3	> 2.000,00 m³	153,36	7,240902

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS; 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). **Segmento Comercial:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 50,00 m³	52,60	7,170063
2	50,01 a 150,00 m³	85,45	6,996353
3	150,01 a 500,00 m³	134,26	6,825834
4	500,01 a 2.000,00 m³	311,25	6,524252
5	2.000,01 a 5.000,00 m³	1.590,88	5,974109
6	> 5.000,00 m³	5.458,00	5,282808

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS; 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). **Segmento Industrial:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 3.000,00 m³	357,47	5,226361
2	3.000,01 a 7.000,00 m³	357,47	4,934692
3	7.000,01 a 15.000,00 m³	357,47	4,666772
4	15.000,01 a 45.000,00 m³	357,47	4,560538
5	45.000,01 a 250.000,00 m³	2.057,18	3,981995
6	250.000,01 a 500.000,00 m³	9.350,84	3,809717
7	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	13.091,17	3,614434
8	> 1.000.000,00 m³	17.083,02	3,584809

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS; 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). **Gás Natural Para Uso Veicular:**

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	3,170122
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	**3,075525**
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	3,075525

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS; 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³), Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). 3) Alíquota 0,00% para PIS/PASEP e da COFINS, conforme Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023. **Anexo 2 - Tarifas do Gás Natural Canalizado - Área de Concessão da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. Segmento Cogeração (Variável R$/m³):**

Classe	Volume (m³/mês)	Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final (R$/m³)	Cogeração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor (R$/m³)
1	0,00 a 10.000,00 m³	0,612811	0,612811
2	10.000,01 a 50.000,00 m³	0,580954	0,580954
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	0,551430	0,551430
4	100.000,01 a 500.000,00 m³	0,463525	0,463525
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	0,447319	0,447319
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	0,405465	0,405465
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	0,380920	0,380920
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	0,326583	0,326583
9	> 10.000.000,00 m³	0,270954	0,270954

Geração Distribuída (GD) - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável. **Refrigeração** - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS; 2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/Cofins, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos. 3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). 4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de: a) R$ 2,884988/m³, nos casos em que o gás canalizado é adquirido como insumo energético utilizado na geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final. b) R$ 2,884988/m³, nos casos em que o gás canalizado é adquirido como insumo energético utilizado na geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor. 5) Os valores obtidos em razão de alterações para mais ou menos dos custos indicados no item 4, serão contabilizados em separado por usuário e a estes repassados, nos termos da Cláusula 11a do Contrato de Concessão. 6) O cálculo do importe deve ser realizado em cascata, ou seja, progressivamente em cada uma das classes de consumo. **Segmento Termoelétricas (Variável R$/m³):**

Classe	Volume (m³/mês)	Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final (R$/m³)	Geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor (R$/m³)
1	0,00 a 5.000.000,00 m³	0,264999	0,264999
2	> 5.000.000,00 m³	0,083724	0,083724

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS. 2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/Cofins, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos. 3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). 4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de: a) R$ 2,884988/m³, nos casos em que o gás canalizado é adquirido como insumo energético utilizado na geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final. b) R$ 2,884988/m³, nos casos em que o gás canalizado é adquirido como insumo energético utilizado na geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor. 5) Os valores obtidos em razão de alterações para mais ou menos dos custos indicados no item 4, serão contabilizados em separado por usuário e a estes repassados, nos termos da Cláusula 11a do Contrato de Concessão. 6) O cálculo do importe deve ser realizado em cascata, ou seja, progressivamente em cada uma das classes de consumo. **Anexo 3 - Tarifas do Gás Natural Canalizado - Área de Concessão da Gas Brasiliano Distribuidora S.A.- Segmento Interruptível (Portaria CSPE nº 211/2002):**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 3.000,00 m³	357,47	2,219888
2	3.000,01 a 7.000,00 m³	357,47	1,928219
3	7.000,01 a 15.000,00 m³	357,47	1,660299
4	15.000,01 a 45.000,00 m³	357,47	1,554065
5	45.000,01 a 250.000,00 m³	2.057,18	0,975522
6	250.000,01 a 500.000,00 m³	9.350,84	0,803244
7	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	13.091,17	0,607961
8	> 1.000.000,00 m³	17.083,02	0,578336

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS. 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). 3) O custo do gás canalizado e do transporte destinado a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável. **Anexo 4 - Tarifas do Gás Natural Canalizado - Área de Concessão da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - Segmento GNC/GNL:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 15.000,00 m³	3,945109
2	15.000,01 a 50.000,00 m³	3,821537
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	3,538070
4	100.000,01 a 150.000,00 m³	3,447510
5	150.000,01 a 200.000,00 m³	3,430755
6	200.000,01 a 250.000,00 m³	3,411454
7	250.000,01 a 300.000,00 m³	3,406181
8	300.000,01 a 400.000,00 m³	3,395680
9	400.000,01 a 500.000,00 m³	3,386744
10	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	3,359818
11	> 1.000.000,00 m³	3,335113

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo. **Notas:** 1) Os valores não incluem ICMS. 2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³) Temperatura = 293,15° K (20° C), Pressão = 101.325 Pa (1 atm). **Anexo 5 - Tarifas do Gás Natural Canalizado - Área de Concessão da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - Segmento Industrial - TUSD Para Usuários Livres:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 3.000,00 m³	302,41	1,877967
2	3.000,01 a 7.000,00 m³	302,41	1,631223
3	7.000,01 a 15.000,00 m³	302,41	1,404569
4	15.000,01 a 45.000,00 m³	302,41	1,314698
5	45.000,01 a 250.000,00 m³	1.740,32	0,825266
6	250.000,01 a 500.000,00 m³	7.910,56	0,679523
7	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	11.074,79	0,514319
8	> 1.000.000,00 m³	14.451,79	0,489257

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo. **Nota:** Os valores não incluem ICMS e Pis/Cofins. **Gas Natural Veicular - TUSD Para Usuários Livres:**

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	0,411473
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	**0,323299**
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	0,323299

Nota: Os valores não incluem ICMS e Pis/Cofins. **Cogeração - TUSD Para Usuários Livres:**

Classe	Volume (m³/mês)	Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final (R$/m³)	Cogeração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor (R$/m³)
1	0,00 a 10.000,00 m³	0,518422	0,518422
2	10.000,01 a 50.000,00 m³	0,491472	0,491472
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	0,466496	0,466496
4	100.000,01 a 500.000,00 m³	0,392130	0,392130
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	0,378420	0,378420
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	0,343013	0,343013
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	0,322248	0,322248
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	0,276281	0,276281
9	> 10.000.000,00 m³	0,229220	0,229220

Geração Distribuída (GD) - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável. **Refrigeração** - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável. **Nota:** Os valores não incluem ICMS e Pis/Cofins. **Térmicas - TUSD Para Usuários Livres:**

Classe	Volume (m³/mês)	Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final (R$/m³)	Geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor (R$/m³)
1	0,00 a 5.000.000,00 m³	0,224182	0,224182
2	> 5.000.000,00 m³	0,070828	0,070828

Nota: Os valores não incluem ICMS e Pis/Cofins. **GNC/GNL - TUSD Para Usuários Livres:**

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 15.000,00 m³	0,794062
2	15.000,01 a 50.000,00 m³	0,689523
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	0,449717
4	100.000,01 a 150.000,00 m³	0,373106
5	150.000,01 a 200.000,00 m³	0,358931
6	200.000,01 a 250.000,00 m³	0,342604
7	250.000,01 a 300.000,00 m³	0,338143
8	300.000,01 a 400.000,00 m³	0,329259
9	400.000,01 a 500.000,00 m³	0,321699
10	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	0,298921
11	> 1.000.000,00 m³	0,278021

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados de forma independente e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo. **Nota:** Os valores não incluem ICMS e Pis/Cofins.

Arrecadação **Medida provisória**

Tributo sobre jogo online deve sair após viagem de Lula à China, diz Haddad

Estimativas do governo sobre o potencial de receita variam entre R$ 2 bilhões e R$ 6 bilhões por ano

ANTONIO TEMÓTEO
EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo deve publicar uma medida provisória (MP) após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China para tributar o setor de jogos e apostas online, no fim de março. Segundo ele, as empresas do setor pagarão uma contribuição, mas a alíquota ainda não está definida diante da escassez de informações sobre o faturamento das companhias.

"A gente deve publicar a medida provisória depois da viagem à China. Será por MP porque há necessidade de noventena (*carência de 90 dias antes de entrar em vigor*), o setor não paga nada de tributo, provavelmente será uma contribuição. Como não há série histórica e conhecimento sobre o histórico do setor, nós temos de acumular informações que vêm do próprio setor, mas não podem ser exclusivas deles para a gente fechar a exposição de motivos da MP e cálculo de impacto sobre as contas públicas", disse Haddad.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO-12/1/2023

Ministro se reuniu ontem com representantes de empresas de jogos

> *"A gente deve publicar a MP depois da viagem à China. O setor não paga nada de tributo; será uma contribuição"*
> **Fernando Haddad**
> **Ministro da Fazenda**

REUNIÃO. Haddad se reuniu ontem com executivos das empresas que atuam no ramo, além de administradores de loterias. O encontro teve representantes da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), da Betano, Conta Zap, Zap Bets, BetNacional, GaleraBet, Vai de Bet e F12 Bet, mas os participantes saíram sem dar entrevista.

No começo de março, Haddad adiantou que o aumento da isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) será compensado pela tributação das apostas online. "Vamos compensar a pequena perda de arrecadação com a tabela do IR com a tributação sobre esses jogos eletrônicos que não pagam nenhum imposto e levam uma fortuna de dinheiro do País. Jogo no mundo inteiro é tributado, e no Brasil não é", afirmou o ministro, na ocasião.

As estimativas do governo sobre o potencial de arrecadação com a medida variam entre R$ 2 bilhões e R$ 6 bilhões por ano. "O modelo está pronto, mas precisamos de uma estimativa mais precisa. Mas é coisa da ordem de bilhões de reais, não muitos, mas alguns", acrescentou Haddad, no começo do mês.

SEDE NO EXTERIOR. Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, sem regulamentação para operar em solo nacional essas empresas têm sede no exterior, mas movimentam bilhões dos apostadores nacionais. Elas também patrocinam clubes de futebol e investem em transmissões pela TV. As estimativas são de que o dinheiro que passa por essas companhias chegue a R$ 12 bilhões neste ano, pelas contas de Magno José, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal e fundador do site BNL Data.

Em 2018, no governo de Michel Temer, essas apostas foram legalizadas no País, mas se estabeleceu um prazo máximo de quatro anos para que fossem regulamentadas pelo Ministério da Fazenda. Esse prazo venceu em dezembro passado e, como isso não aconteceu, elas operam hoje em uma espécie de limbo regulatório. ●

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA
PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL N.º 004/2022 (nº Int.12/2022)

PROTOCOLO: 17.886.721-0
OBJETO: Aquisição de Escudos Balísticos Nível II, resultado da avaliação de amostra
INTERESSADO: POLICIA MILITAR DO PARANÁ
INFORMA A REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA EM 10/04/2023, 10h. Cel Dulcídio, 800 – 10° andar, Auditório, Batel, Curitiba-PR.
CEP: 80420-170.

CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.

Sociedade Empresarial
CNPJ/MF 03.079.489/0001-27 - NIRE 354000334-79
Assembleia Geral Ordinária Digital de Sócios
Edital de Convocação - Digital

O Presidente do Conselho de Administração da **CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.,** no uso das atribuições que lhe confere o contrato social, convoca todos os sócios para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária de Sócios - DIGITAL,** que será realizada no dia 30/03/2023, às 13h00, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, ou às 14h00, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos administradores referente ao exercício de 2022; 2. Destinação do lucro líquido do exercício de 2022; 3. Reforma ampla do contrato social, destacando as seguintes alterações: a) Cláusula 3ª, §1º ao §34, exclusão e renumeração de parágrafos e itens e alteração/atualização da razão social das sócias, inclusive quanto aos processos de incorporação realizados; 4. Fixação da Remuneração dos Membros do Conselho de Administração; 5. Outros Assuntos de Interesse da Sociedade (Sem Deliberação). **Clarisvaldo Izídio de Almeida -** Presidente do Conselho de Administração. CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda. **Nota I:** Nos termos artigo 1.078, §1º do Código Civil, a CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda. informa que as contas dos administradores, o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2022 encontram-se disponíveis no site http://www.sicoobcentralcecresp.coop.br/corretora. **Nota II:** A Assembleia Geral de Sócios ocorrerá de forma **DIGITAL**, por meio do aplicativo/software Microsoft Teams, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os sócios, que poderão participar e votar. **Nota III:** Os sócios e representantes deverão apresentar, com no mínimo um dia de antecedência, comprovação de poderes, conforme previsto no contrato social, por meio do e-mail: jheniffer.teixeira@sicoob.com.br, e ou thiagovale.silva@sicoob.com.br, dentre os quais, o estatuto social da Cooperativa, Ata de Assembleia Geral que elegeu o Conselho de Administração, ata de eleição da Diretoria Executiva e carta de nomeação. **Nota IV:** O sócio pode participar da assembleia digital desde que apresente os documentos até trinta minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos. **Nota V:** Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site http://www.sicoobcentralcecresp.coop.br/corretora.

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

Companhia Aberta | CNPJ/MF nº 13.009.717/0001-46
NIRE 2830000007-7 | Código CVM nº 112-0

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

DATA: 10 de janeiro de 2023. **HORÁRIO:** 17:00 horas. **LOCAL:** Plataforma Atlas Governance – Sistema de Votação Online. **PRESENÇAS:** Membros do Conselho de Administração**. ORDEM DO DIA:** Eleição de Membro da Diretoria Executiva. **DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração, foram cientificados, nesta assentada, acerca do disposto no Ofício nº 8/2023-GG, oriundo do Gabinete do Governador que indicou o Sr. Marcos Venícius Nascimento, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Contábeis, portador da C.I. nº 73xxx4 SSP/SE e CPF nº 557.xxx.xxx-53, residente e domiciliado na Avenida Deputado Silvio Teixeira, nº 651, apto 1404, Jardins, CEP 49025-100, Aracaju/SE, para exercer o cargo de Diretor Administrativo desta Instituição, em substituição a Sra. Léa Selmara Almeida de Matos. Ante o exposto, considerando que o indicado preenche as condições previstas na Resolução 4.970/2021, emitida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, e que declara ter ciência acerca dos requisitos e impedimentos estabelecidos nas Leis Federais nos 13.303/2016 e 6.404/1976, já analisados, previamente, pelo Comitê de Elegibilidade, o Colegiado aprovou, por maioria, com abstenção do voto do membro indicado, a eleição do Sr. Marcos Venícius Nascimento para exercer o cargo de Diretor Administrativo, com mandato complementar, exercendo o cargo até a posse do que for eleito em Reunião do Conselho de Administração de 2024. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu, Sra. Katucha Marcya Oliveira da Silva Amaral, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos membros do Conselho de Administração, Srs. Guilherme Maia Rebouças, Ana Cristina de C. Prado Dias, Gilberto Magalhães Occhi, Helom Oliveira da Silva, Leandro Neves de Oliveira, Luiz Alves dos Santos Filho, Marcos Venícius Nascimento e Tiago Curi Issac. **Nota: Deferimento de eleição pelo Banco Central do Brasil em 16.02.2023, de acordo com o Ofício 4118/2023–BCB/Deorf, posse do membro eleito em 01.03.2023 e registro na Junta Comercial do Estado de Sergipe em 03.03.2023 sob n° 20230095160.**

A empresa abaixo torna público que requereu ao IAT a renovação da Licença Ambiental Simplificada nº 005834 para o empreendimento abaixo especificado: EMPRESA: Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. ATIVIDADE: Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário. ENDEREÇO: ETE: Lote nº 16 da Gleba Patrimônio Cruzeiro do Sul. EEE: Lote nº 70 - Chácara Maringá. MUNICÍPIO: CRUZEIRO DO SUL – PR. VALIDADE: 21/08/2023.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 081/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213.859/2022 – EMSERH

OBJETO: Contratação de serviços continuados de **limpeza, conservação e higienização das áreas médico-hospitalares**, externas e esquadrias com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos saneantes, equipamentos e utensílios, para atender às necessidades da unidade de saúde **Casa TEA 12+**, administrado pela empresa maranhense de serviços hospitalares – **EMSERH.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.
DATA DA ABERTURA: 05/04/2023 às 09h00min, horário de Brasília-DF.
Local de Realização: Sistema Licitações-e www.licitacoes-e.com.br.
Edital e demais informações disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com e/ou maianeemserh@gmail.com**, ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 10 de março de 2023.

Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação da EMSERH

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA

AVISO DE LICITAÇÃO – CONVITE

O Hospital Universitário de Londrina-HU, em atendimento a Lei Estadual 15.608/2007, artigo 31, torna público aos interessados:

CONVITE Nº. 003/2023–HU
E. PROTOCOLO Nº 19.989.059-0/2023

OBJETO: Aquisição de **mobiliários (bebedouros industriais e cadeiras longarinas de um; três e quatro lugares)** para o Hospital Universitário de Londrina.
PRAZO: Os envelopes 1 e 2 de (Proposta de Preços e Habilitação) respectivamente, deverão ser entregues na Divisão de Material do Hospital Universitário **até às 17h00 do dia 23 de março de 2023.**
DATA DE ABERTURA: 24 de março de 2023, às 09h00.
PREÇO MÁXIMO: R$ 80.239,98
Edital no site https://sistemas.uel.br/sicor/public/licitacao/consultaLicitacoes e demais esclarecimentos pelo telefone (43) 3371-2307. Londrina, 14 de março de 2023. Enfª. Drª Vivian Biazon El Redá Feijó – Diretora Superintendente.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 080/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MOBILIARIOS HOSPITALARES E OUTROS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 15 de março de 2023 a 28 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 28 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 28 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 14 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da **audiência pública semipresencial** para debater as seguintes matérias:
Projetos em 2ª Audiência Pública:
1) PL 81/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Estabelece a majoração das multas previstas na Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que "Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo"; e na Lei nº 14.803, de 26 de junho de 2008, que "Dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes" e acrescenta dispositivo ao art.169 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002.
2) PL 266/2022 - Ver. DR SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE),Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO),Ver. RODRIGO GOULART (PSD) - Autoriza o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6o da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4o da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
Projetos em 1ª Audiência Publica:
3) PL 491/2022 - Ver. GILSON BARRETO (PSDB),Ver. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO),Ver. RODRIGO GOULART (PSD) - Estabelece diretrizes para a implantação da Unidade Básica de Saúde do Animal - UBSA na cidade de São Paulo e dá outras providências.
4) PL 623/2022 - Ver. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - Dispõe sobre a vermifugação dos animais na campanha de vacinação da raiva e dá outras providências.
Data: 20/03/2023 (segunda-feira)
Horário: 10 horas
Local: **Sala Oscar Pedroso Horta** - 1º subsolo e Auditório Virtual - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço:
www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da vídeoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

Cadê o gesto positivo?

Pressionado nas últimas semanas pela equipe econômica a fazer um "gesto positivo" na próxima reunião do Copom, o Banco Central tem a tarefa espinhosa de não frustrar mais uma vez o governo Lula e, ao mesmo tempo, evitar uma desancoragem das expectativas de inflação. A dúvida agora é como o Copom vai empacotar o "gesto positivo" para dar de presente ao governo.

O mercado interpreta que o gesto positivo para a equipe econômica seria um corte da taxa Selic ou, pelo menos, uma sinalização de que uma redução dos juros é iminente. Isso aconteceria na esteira da apresentação da proposta para o novo arcabouço fiscal que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu anunciar antes da reunião do Copom da semana que vem.

Sem falar que a guinada no ambiente externo dos últimos dias tornou a defesa de um corte de juros pelo Copom ainda mais urgente, na visão de muitos investidores. Isso porque o temor, após a quebra de dois bancos americanos, é de que uma possível crise no mercado de crédito jogue os Estados Unidos numa recessão, afetando o restante da economia mundial.

Se for apenas com base na apresentação da proposta do novo arcabouço fiscal, fica difícil imaginar o Copom cortando os juros ou mesmo sinalizando esse corte já na semana que vem. Mesmo que a nova âncora fiscal seja considerada robusta e surpreenda positivamente, seria preciso que essa proposta tivesse um impacto sobre as projeções do mercado para déficit primário e trajetória da dívida pública nos próximos anos.

> ***O BC tem o desafio de não frustrar mais uma vez as expectativas do governo sobre a Selic***

Não haverá tempo suficiente entre a apresentação do novo arcabouço fiscal e a reunião do Copom, na semana que vem, para se observar uma mudança nas expectativas do mercado sobre indicadores fiscais, tampouco sobre as projeções de inflação.

Além disso, quando Haddad anunciou um pacote de medidas fiscais, em janeiro, para reduzir o rombo das contas do governo em 2023, o BC reconheceu o esforço, mas ressaltou na ata da última reunião do Copom que a sua governança permitia incorporar no balanço de risco da inflação apenas "políticas já aprovadas em lei".

Assim, é preciso esperar para ver o texto que será aprovado no Congresso. Mas é possível o Copom suavizar o tom do seu comunicado sobre os próximos passos da política monetária com base na proposta do arcabouço fiscal, incluindo a cautela com o ambiente externo mais turbulento. E, após a reunião do Copom, dependendo da evolução do cenário fiscal e externo, o BC poderia até guiar as expectativas para um corte da Selic em maio em declarações e discursos dos seus diretores. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Congresso **Juros e inflação**

Senado quer debate com Haddad, Tebet e Campos Neto

O Senado aprovou ontem requerimento para realizar uma sessão de debates com o tema "juros, inflação e crescimento". Serão convidados a participar os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, além de presidentes de confederações do setor produtivo nacional. O requerimento é de autoria do próprio presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "É um tema muito movimentado no País atualmente, com discussões que, por vezes, ensejam muitas divergências", disse Pacheco.

Também ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou convite para que Campos Neto compareça à Casa para se justificar sobre o erro do BC em relação a dados do mercado de câmbio entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, no valor total de US$ 14,5 bilhões. A ida do presidente do BC deve acontecer no dia 4 de abril. ● LEVY TELES/BRASÍLIA

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA / ICESP 2151/2022

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 3 de Fevereiro de 2023

Aos 3/02/2023, às 10:30 hrs, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações: (a)** aprovar a proposta da diretoria financeira para contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. como empresa de Auditoria Independente, para a realização dos trabalhos de auditoria da Companhia para o exercício de 2023, com início dos trabalhos em abril de 2023 e conclusão até março de 2024, nos termos e valores apresentados; **(b)** autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários para a contratação descrita acima, inclusive a assinatura dos respectivos contratos e demais documentos relacionados, ficando desde já ratificados todos os atos já praticados. Nada mais havendo a tratar, **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 100.817/23-3 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

RETIFICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DURANTE AS FESTIVIDADES DE ARUJÁ 2023. Disputa: dia 28/03/2023 às 09:00 horas.

Edital completo pode ser obtido no site oficial da Prefeitura - www.prefeituradearuja.sp.gov.br, fornecido em CD-R/pendrive, devendo o interessado apresenta-lo para gravação, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Arujá, sito à Rua José Basílio Alvarenga, nº 90 – Centro – Arujá/SP ou solicitado através do e-mail: pma.licitacoes@aruja.sp.gov.br, no período de 16/03/2023 à 27/03/2023, das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 16:30 horas. Informações pelo fone: (11) 4652-7609 – Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 14 de março de 2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O SINDICATO DOS MOTORISTAS DE VEÍCULOS E TRABALHADORES EM EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIOS DE OSASCO E REGIÃO – SINCOVERO. Sede Própria: Rua Presidente Castelo Branco, 56 –CEP: 06016-020, inscrita sob o CNPJ de nº 56.334.758/0001-10. Telefone: (011) 3685-4333. Base territorial: Osasco, Cajamar, Carapicuíba, Barueri, Itapevi, Jandira, Cotia, Embu das Artes, Taboão da Serra, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Vargem Grande Paulista, convoca todos os trabalhadores do setor do fretamento e turismo, nos termos estatutários para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 23 de março de 2023, no salão de assembleia da sede da entidade, localizada rua Presidente Castelo Branco, nº 56, Centro, Osasco/SP, com primeira chamada as 09h:00min e segunda chamada as 10hs:00min, iniciando-se com o número que se fizer presente para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) leitura, discussão e aprovação da pauta de reinvindicação para campanha salarial; 2) Determinação do alcance de representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento que delas resultar de modo a beneficiar sindicalizados ou não, bem como o desconto da taxa negocial para aqueles que não são sócios; 3) Continuação da Assembleia, que se manterá permanente até o final das negociações, ficando autorizado o Representante do Sindicato convocar por meio de boletins e/ou sessões de concentrações de trabalhadores, inclusive por meio digitais a fim de se evitar aglomeração; 4) Concessão de poderes à diretoria do sindicato para manter as negociações coletivas, celebrar acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva, requerer instauração do juízo arbitral, ajuizar dissídio coletivo de trabalho e/ou de greve caso necessário independentemente de nova assembleia; Osasco, 15 de março de 2023 – Antonio Alves Filho, Presidente do SINCOVERO.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA ITENS 01, 02 E 12

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 243/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (LINHA GERAL II), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os ITENS 01, 02 e 12, foram declarados FRACASSADOS (CANCELADOS NO JULGAMENTO). Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 14 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PARA ITEM E GRUPOS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 519/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF – NÚCLEO DE TRAUMATOLOGIA /NUTRAU
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE OPMES DA TRAUMATOLOGIA (COMPONENTE ACETABULAR, COMPONENTE CEFÁLICO, COMPONENTE FEMORAL, HASTES E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o ITEM 32 e os GRUPOS 2 e 4 foram declarados DESERTOS. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 14 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 083/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250.905/2021 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de **INSUMOS PARA ANÁLISES NOS LABORATÓRIOS** e controle de qualidade, objetivando o provisionamento por um período de 24 (vinte e quatro) meses para o hemocentro coordenador e para os Hemonúcleos da Hemorrede Estadual do Maranhão.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.
DATA DA ABERTURA: 05/04/2023 às 10h00min, horário de Brasília-DF.
Local de Realização: Sistema Licitações-e **www.licitacoes-e.com.br.**
Edital e demais informações disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com e/ou maianeem-serh@gmail.com**, ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 10 de março de 2023.

Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação da EMSERH

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023 objeto: contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para elaboração de projetos executivos, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos, para reforma e ampliação da emei "stella scatena simioni", neste município de sertãozinho – sp. fica prorrogada a data de abertura da presente tomada de preços, que seria realizada no dia 16/03/2023 às 09:30 horas, ficando designado o dia 20/03/2023, às 09:30 horas, para a entrega dos envelopes, tendo em vista que nos dias 16/03/2023 e 17/03/2023, haverá treinamento presencial referente à nova lei de licitações. A licitação supra será realizada na sala de Licitações - Paço Municipal, sito à Rua Aprígio de Araújo, 837, Sertãozinho/SP. O Edital poderá ser retirado junto ao Departamento de Licitações do Município nos horários das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas e no site www.sertaozinho.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: FONE: (016) 2105-3044 / 2105-3052 Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 14 de março de 2023. Ricardo A. de Cirqueira Diretor

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 18 de Janeiro de 2023

Aos 18/01/2023, às 10:00 horas, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações:** Aprovar a contratação de dívida, bem como a concessão de aval pela Companhia para fiel cumprimento das obrigações assumidas por sua controlada TGSP-88 Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("TGSP-88"), inscrita no CNPJ/ME nº 34.583.520/0001-96, nos termos da Cédula de Crédito Bancário (CCB) a ser celebrada entre a TGSP-88 e o Banco Itaú Unibanco S.A., no qual a Companhia figura como avalista. A CCB formaliza a concessão de crédito no valor de R$ 115.200.000,00 para a TGSP-88, para fins de promover a construção de um empreendimento imobiliário denominado "Bueno Brandão 257". Aprovar a prestação de garantia pela Companhia para fiel cumprimento das obrigações assumidas por sua controlada TUR-16 Desenvolvimento Urbano Ltda. ("TUR-16"), inscrita no CNPJ/ME nº 42.447.269/0001-60, nos termos do Contrato de Contragarantia a ser celebrado entre a TUR-16 e a Avla Seguros Brasil S.A., no qual a Companhia figura como fiadora. O Contrato de Contragarantia é acessório à Apólice de Seguro Garantia que tem como tomadora a TUR-16 e como objeto garantir a indenização pelos prejuízos causados pela tomadora ao Município de Indianápolis, em razão de inadimplemento das obrigações previstas na Lei nº 51, de 23 de julho de 2019, cujo objeto são as obras de infraestrutura do loteamento Tamboré Urbanismo. Autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários para a prestação da garantia descrita acima, podendo inclusive proceder com a assinatura dos respectivos contratos, instrumentos públicos ou particulares e demais documentos e registros relacionados à transação, ficando desde já ratificados todos os atos já praticados. Nada mais a tratar. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 100.818/23-7 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 06/2023
PROCESSO CMSP-PAD-2022/00501
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
OBJETO: Prestação de serviços Microsoft Azure – Plataforma destinada à execução de aplicativos e serviços, baseada nos conceitos de computação em nuvem, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante do Edital.
OFERTA DE COMPRA No 801086801002023OC00009
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15/03/2023 **DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/04/2023 às 14h30**
- Poderá o interessado obter o edital, gratuitamente, no website da Câmara Municipal de São Paulo: **https://www.saopaulo.sp.leg.br/**, ou solicitar via e-mail, no endereço eletrônico: **cjl@saopaulo.sp.leg.br**.

AVISO DE RETOMADA PARA O GRUPO 02

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 316/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE CONSUMO DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NESTE ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, em obediência ao TERMO DE ANULAÇÃO PARCIAL DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO – PE 316/2022 e ao OFÍCIO GS Nº 0135 2023 - SEPOG, o certame será RETOMADO no dia 17 de março de 2023 às 10h00min. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 14 de março de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 294/2020**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA PREFEITURA DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que os ITENS 02, 03, 04, 08, 09, 25, 26, 42 e 43, foram CANCELADOS, em atendimento ao OFÍCIO GS Nº 0130/2023-SEPOG. Maiores informações através do e-mail licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 14 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA / ICESP 2193/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada em fornecimento de **"MATERIAL MEDICO + COMODATO DE EQUIPAMENTO"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA PRIVADA / ICESP 2197/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada em fornecimento de **"MATERIAL MEDICO + COMODATO DE EQUIPAMENTO"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA PRIVADA / ICESP 2198/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada em fornecimento de **"MATERIAL MEDICO + COMODATO DE EQUIPAMENTO"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA PRIVADA / ICESP 2216/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para contratação de empresa especializada em fornecimento de **"MEDICAMENTO"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA PRIVADA / ICESP 2219/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para contratação de empresa especializada em fornecimento de **"MEDICAMENTO"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2022

www.eixosp.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto lucro por ação)

Itirapina, 09 de março de 2023.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2022. Realizamos a comparação do resultado do exercício de 2022 com 2021, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou a operação de 16 novas praças de pedágio no segundo semestre de 2021, de modo a evitar interpretações errôneas. As informações são apresentadas com base em números extraídos das demonstrações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS

Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio. Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 ("Contrato de Concessão") e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão. A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado - "PGE".

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2022		2021		Δ	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs[1]	**61.442**	**56.969**	**56.431**	**24.514**	**9%**	**132%**
Veículos Leves	20.794	26.356	18.321	11.199	14%	135%
Veículos Pesados	40.647	30.613	38.110	13.315	7%	130%
Tráfego[2]	**30.732**	**34.760**	**27.786**	**14.842**	**11%**	**134%**
Veículos Leves	21.035	26.860	18.571	11.423	13%	135%
Veículos Pesados	9.696	7.900	9.215	3.419	5%	131%
Tarifa Média (R$)	8,02	6,84	7,32	6,41	10%	7%

[1] VEPS - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos de cada veículos

[2] Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas prças de pedágio da Companhia

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/22 sobre Jan-Dez/21): Brasil	7,9%	2,0%	6,5%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http://www.abcr.org.br

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 6,5% no fluxo total de veículos no exercício de 2022, comparado com o mesmo exercício do ano anterior. Destaque para o aumento de 7,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.

No exercício de 2022, as 5 praças de pedágio da EIXO registraram 61,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 8,9% na comparação com o mesmo exercício de 2021 (somente para praças antigas - ex Centrovias). Quando comparado o tráfego total do exercício de 2022 com 2021 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo: - 3 praças de pedágio em 15 de julho; - 5 praças de pedágio em 28 de julho; e - 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e - 1 praça de pedágio em 16 de outubro. A performance de veículos pesados representa cerca de 60,2% do tráfego total[1] (63,5% do tráfego em 2021) e apresentaram um aumento de 38,6% no período comparativo. Da mesma forma em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 59,7% no mesmo exercício comparado a 2021. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas

1 Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs somente das praças de pedágio antigas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R$ Mil)	2022	2021	Δ
Receita Bruta	**1.286.535**	**1.341.388**	**-4%**
Receita com Pedágio[1]	889.515	573.557	55%
Receitas Acessórias	4.590	2.965	55%
Receita de Construção (IFRS)	392.430	764.866	-49%
Receita Bruta Ajustada[2]	**894.105**	**576.522**	**55%**
Deduções da Receita Bruta	(76.983)	(49.603)	55%
Receita Líquida Ajustada[2]	**817.122**	**526.919**	**55%**

[1] A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.

[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R$ Mil)	2022	2021	Δ
Pessoal	(69.165)	(43.707)	58%
Conservação e Manutenção	(61.615)	(77.235)	-20%
Serviços de Terceiros	(55.983)	(51.569)	9%
Seguros	(4.580)	(4.648)	-1%
Outros Custos Operacionais	(16.223)	(10.359)	57%
Despesas Administrativas	(32.630)	(38.400)	-15%
Custos e Despesas Administráveis	**(240.196)**	**(225.918)**	**6%**
Ônus de Fiscalização e Variável	(75.541)	(38.245)	98%
Depreciação e Amortização	(142.654)	(95.873)	49%
Provisão para Contingências	(6.358)	(1.063)	498%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(464.749)**	**(361.099)**	**29%**
Custo de Construção (IFRS)	(392.430)	(764.866)	-49%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(104.280)	(60.830)	71%
Custos e Despesas Operacionais	**(961.459)**	**(1.186.795)**	**-19%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	2022	2021	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido	**33.596**	**22.119**	**51,9%**
Resultado Financeiro Líquido	174.692	95.390	83,1%
IRPJ & CSLL	41.395	(11.965)	-446,0%
Depreciação & Amortização	142.654	95.873	48,8%
EBITDA ICVM 527	**392.337**	**201.417**	**94,8%**
Margem EBITDA	**32,44%**	**15,59%**	**108,0%**
Receita de Construção (IFRS)	**(392.430)**	**(764.866)**	**-48,7%**
Custo de Construção (IFRS)	**392.430**	**764.866**	**-48,7%**
Provisão de Manutenção (IFRS)	104.280	60.830	71,4%
Provisão para Contingênicas	6.358	1.063	498,1%
EBITDA Ajustado[1]	**502.975**	**263.310**	**91,0%**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**61,6%**	**50,0%**	**23,2%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R$ 502,9 milhões no exercício de 2022, um aumento de 91% em relação ao mesmo exercício de 2021, da mesma forma a Margem EBITDA Ajustada aumentou 23,2%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado (R$ Mil)

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ Mil)	2022	2021	Δ
Resultado Financeiro	**(174.692)**	**(95.390)**	**83%**
Receitas Financeiras	**23.020**	**14.666**	**57%**
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466	-24%
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572	743%
Outros	333	628	-47%
Despesas Financeiras	**(197.712)**	**(110.056)**	**80%**
Juros e variação monetária sobre Emprést./ Debêntures	(119.381)	(82.405)	45%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)	186%
Amortização custos com emissão de Emprést./ Debêntures	(18.058)	(13.311)	36%
Despesas Bancárias	(24.162)	(843)	2766%
Outros	(4.438)	(2.407)	84%

Inflação e Juros	31/12/2022	31/12/2021	Δ
IPCA Últimos 12 Meses	5,79%	10,06%	-42%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,65%	9,15%	49%

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas.
http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v05_template_informacoes_di.asp?str_Modulo=completo&int_Idioma=1&int_Titulo=6&int_NivelBD=2.

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R$ Mil)	2022	2021	Δ
Lucro do Período	33.596	22.119	52%

Variação do Resultado do Período (R$ Mil)

Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R$ Mil) [1]	2022	2021	Δ
Dívida Bruta	**1.694.743**	**1.579.916**	**7%**
Curto Prazo	**2.604**	**2.527**	**3%**
Empréstimos e Financiamentos	1.761	1.658	6%
Debêntures	843	869	-3%
Longo Prazo	**1.692.139**	**1.577.389**	**7%**
Empréstimos e Financiamentos	718.704	677.100	6%
Debêntures	973.435	900.289	8%
Disponibilidades	**245.101**	**308.117**	**-20%**
Caixa e Equivalente de Caixa	212.552	284.561	-25%
Aplicações Financeiras Vinculadas	32.549	23.556	38%
Dívida Líquida Ajustada	**1.449.642**	**1.271.799**	**14%**

[1] A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

Principais Investimentos

Investimentos (R$ Mil)	2022	2021	Δ
Investimento Total	**2.656.608**	**2.326.259**	**14%**
Imobilizado	69.884	34.779	101%
Intangível	**2.586.724**	**2.291.480**	**13%**
Direito de Concessão (Investimento)	2.579.842	2.279.080	13%
Direito de Uso	6.882	12.400	-45%

Os investimentos realizados em 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, duplicação, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, projetos de duplicação, vias marginais, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

SOBRE A COMPANHIA

A Eixo

A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 - Pista Sul - Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. - IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma: - 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021; - 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021; - 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021; - 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real. Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras **2022**

www.eixosp.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	212.552	284.561
Aplicações financeiras vinculadas	4	12.274	8.270
Contas a receber	5	58.041	46.060
Estoques	6	4.447	3.005
Adiantamento a Fornecedores		2.480	1.945
Despesas Antecipadas		3.084	2.546
Impostos a recuperar		2.466	2.911
Partes relacionadas	17	173	200
Outros ativos		252	345
Total do ativo circulante		295.769	349.843
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	20.275	15.286
Impostos diferidos	7	38.073	23.291
Depósitos judiciais		750	140
Imobilizado	8	69.884	34.779
Intangível	9	2.579.842	2.279.080
Direito de uso	10	6.882	12.400
Total do ativo não circulante		2.715.706	2.364.976
TOTAL DO ATIVO		3.011.475	2.714.819

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	47.130	54.276
Empréstimos e financiamentos	12	1.761	1.658
Debêntures	13	843	869
Credor pela concessão	14	33.002	13.190
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	15	13.482	13.041
Impostos, taxas e contribuições	16	12.524	13.771
Adiantamento de clientes		2.108	2.019
Seguros e garantias		95	149
Passivo de arrendamento	18	3.863	7.361
Partes relacionadas	17	1.272	2.345
Provisão para manutenção	19	119.142	1.111
Outras contas a pagar		598	369
Total do passivo circulante		235.820	110.159
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	685.814	628.673
Debêntures	13	383.215	359.076
Debêntures - Partes relacionadas	13	581.694	530.167
Passivo de arrendamento	18	2.644	5.456
Provisão para riscos processuais	20	9.058	1.254
Provisão para manutenção	19	57.943	58.343
Dividendos	21.b	811	492
Total do passivo não circulante		1.721.179	1.583.461
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	21.a	969.857	969.857
Reserva Legal	21.c	4.272	2.592
Reserva de lucros	21.d	80.347	48.750
Total do patrimônio líquido		1.054.476	1.021.199
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.011.475	2.714.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	22	1.209.552	1.291.785
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(919.005)	(1.145.823)
LUCRO BRUTO		290.547	145.962
Despesa administrativas	23	(42.454)	(40.972)
Outras Receitas Operacionais		1.590	554
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		249.683	105.544
Receitas financeiras	24	23.020	14.666
Despesas financeiras	24	(197.712)	(110.056)
Resultado Financeiro		(174.692)	(95.390)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		74.991	10.154
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(56.177)	(10.894)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	14.782	22.859
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
LUCRO DO EXERCÍCIO		33.596	22.119
Lucro por ação - básico	25	0,0346	0,0304
Lucro por ação - diluído	25	0,0323	0,0269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Lucro do exercício	33.596	22.119
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do exercício	33.596	22.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Lucro	Reservas		
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total
SALDO EM 31/12/2020	1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Integralização de capital	-	492.500	-	-	-	492.500
Lucro líquido do exercício	-	-	22.119	-	-	22.119
Destinação do resultado do exercício	-	-	(21.909)	1.106	20.803	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,030 por ação)	-	-	(210)	-	-	(210)
SALDO EM 31/12/2021	1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	1.021.199
Lucro líquido do exercício	-	-	33.596	-	-	33.596
Destinação do resultado do exercício	-	-	(33.277)	1.680	31.597	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,031 por ação)	-	-	(319)	-	-	(319)
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	1.054.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	22	894.105	576.522
Com construção	22	392.430	764.866
Outras receitas		1.590	554
		1.288.125	1.341.942
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	23	(565.694)	(906.062)
Serviços terceiros, seguros e outros	23	(90.220)	(78.209)
Poder concedente	23	(75.541)	(38.245)
Valor adicionado (consumido) bruto		556.670	319.426
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	23	(142.654)	(95.873)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		414.016	223.553
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	24	23.020	14.666
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		437.036	238.219
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		50.536	39.308
Benefícios		12.479	12.877
Encargos sociais e trabalhistas		17.336	12.062
Outros encargos		2.878	1.305
	23	83.229	65.552
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	24	119.381	82.405
Despesas financeiras	24	46.658	16.561
Atualização provisão manutenção	24	31.673	11.090
Aluguéis	23	4.121	2.854
		201.833	112.910
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	56.177	10.894
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(14.782)	(22.859)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	22	44.348	28.559
Programa de Integração Social (PIS)	22	5.811	3.748
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	22	26.824	17.296
		118.378	37.638
Atribuído aos acionistas:			
Lucro do exercício		33.596	22.119
VALOR CONSUMIDO		437.036	238.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		33.596	22.119
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	23	142.654	95.873
Baixa do intangível		-	629
Juros incorridos sobre arrendamento	18	646	878
Impostos diferidos	7	(14.782)	(22.859)
Provisão para riscos	20	7.804	1.225
Provisão para manutenção	19	117.631	59.454
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	12	42.355	73.814
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	13	95.084	21.902
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(11.981)	(21.977)
Estoques		(1.442)	(1.544)
Impostos a recuperar		445	(2.887)
Adiantamento a fornecedores		(536)	(1.027)
Despesas antecipadas		(538)	6.787
Outros ativos		(515)	(483)
Fornecedores		648	(81.650)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		441	5.061
Credor pela concessão		19.811	12.808
Impostos, taxas e contribuições		49.537	11.735
Contas a pagar com partes relacionadas		(1.046)	1.992
Outras contas a pagar		259	2.075
IRPJ e CSLL pagos no período		(50.784)	(10.103)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	12	(36.693)	(77.088)
Amortização de juros debêntures	13	(19.444)	(7.794)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	18	(646)	(878)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		372.504	88.062
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8	(47.738)	(25.459)
Aquisições de intangível	9	(379.843)	(728.040)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(8.993)	(23.556)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(436.574)	(777.055)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	12	-	594.595
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	-	(1.000.000)
Captação de debêntures	13	-	828.670
Recursos provenientes de alienação de intangível			5.655
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	18	(7.939)	(6.407)
Integralização de capital		-	492.500
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		(7.939)	915.013
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(72.009)	226.020
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		284.561	58.541
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		212.552	284.561
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(72.009)	226.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP. A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta. • Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R$13,2 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido. A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma: • 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021. • 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021. • 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021. • 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA. 1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19: Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio. Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 ("Contrato de Concessão") e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão. A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado - "PGE".

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro

continua...

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2022

de 2022, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Receita de contratos com clientes: (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos financeiros híbridos: O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	**Contratos de Seguros**
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018-2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	**31/12/2021**
Caixa	5.904	4.172
Bancos	6.500	2.168
Aplicações Financeiras (i)	200.148	278.221
Total (ii)	212.552	284.561

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos. (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 100% e 101%, em 31 de dezembro de 2022 e à taxa média entre 90% e 100%, em 31 de dezembro de 2021. (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2022	**31/12/2021**
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	19.263	13.342
Aplicações vinculadas - Debêntures	13.286	10.214
Total	32.549	23.556
Circulante	12.274	8.270
Não Circulante	20.275	15.286
	32.549	23.556

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: BNDES: (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. Debêntures: (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa de 95%, tanto em 31 de dezembro de 2022 quanto em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Pedágio eletrônico a receber (*)	57.924	46.060
Receitas acessórias a receber	117	-
Total	58.041	46.060
A vencer	58.041	46.060
Total	58.041	46.060

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Uniformes e EPIs	2.252	1.289
Manutenção civil e hidráulica	1.097	834
Outros	1.098	882
Total	4.447	3.005

Em 31 de dezembro de 2022 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2022	**31/12/2021**
Imposto de renda diferido	27.995	17.125
Contribuição social diferida	10.078	6.166
Total	38.073	23.291
2022	-	2.705
2023	1.819	371
Após 2024	36.254	20.215
Total	38.073	23.291

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	7.449	1.091
Provisão de fornecedores	4.238	3.972
Provisão para manutenção	177.084	59.454
Capitalização de juros	(77.900)	-
Provisão PLR	(793)	3.322
Outras	1.901	664
Base de cálculo Total	111.979	68.503
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.073	23.291

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.991	10.154
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(25.497)	(3.452)
Ajuste para alíquota efetiva:		
Capitalização de juros	(15.960)	-
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Amortização da capitalização de juros	(758)	15.768
Outras diferenças permanentes	819	(351)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(41.396)	11.965
Impostos de renda e contribuição social corrente	(56.178)	(10.894)
Impostos de renda e contribuição social diferido	14.782	22.859
	(41.396)	11.965
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	55%	118%

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2022

8. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	970	86.797
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	(175)	(16.913)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	-

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	113	7.546	834	2	4	18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(50)	(416)	(861)	(65)	(1)	(2.095)	(54)	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	-

Em 31 de dezembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

9. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições	148.375	275.221	-	573	424.169
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(85.379)	(37.877)	(151)	(123.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.380.194	1.038.486	2.858	2.579.842
Taxas médias anuais de amortização - % (a)					

	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contrato de Concessão - Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	1.573.796
Adições	394.847	429.054	-	1.382	825.283
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	(6.410)
Transferências	(381.495)	381.495	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Adições	-	(47.914)	(37.877)	(89)	(85.880)
Baixas	-	138	-	8	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	1.545.941
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,69	3,33	6,72	-

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R$5.655), vide nota explicativa nº 17. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. Foram acrescidos aos ativos intangíveis em construção, custos de empréstimos no montante de R$51.582 em 31 de dezembro de 2022. A capitalização no exercício de 2022 foi 18% do resultado financeiro sendo finalizada em dezembro de 2022. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022.

10. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e Edificações	1.680	1.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
Total	12.400	2.076	(446)	(7.148)	6.882

	Saldo em 31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
Total	15.993	2.878	(6.471)	12.400

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

11. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - Obras	34.559	41.815
Fornecedores - Imobilizado	756	1.294
Fornecedores - Serviços	11.815	11.167
Total	47.130	54.276

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
BNDES	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575
Total	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	1.032.744	650.000	80.080	(1.077.088)	(55.405)	630.331

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	1.761	1.658
Não circulante	685.814	628.673

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. a) Financiamento BNDES. Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000. A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R$1.100.000. • Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045. No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de: (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão. (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES. (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP. (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores. (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência. (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES. (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. b) Nota Promissória: Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021. A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para que os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas. Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2022 é:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
Partes relacionadas (ii)	530.167	-	51.527	-	-	581.694
BNDES (ii)	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Total	890.112	-	95.934	(19.444)	(850)	965.752

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Partes relacionadas	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Total	-	840.703	69.236	(7.794)	(12.033)	890.112

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	843	869
Não circulante	964.909	889.243

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenant" financeiro. a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$490.702 (R$285.000 em janeiro e R$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	31/12/2022	31/12/2021
Ônus de fiscalização	1.158	750
Outorga variável	7.979	5.841
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	23.865	6.599
Total	33.002	13.190

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

15. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e honorários	653	512
Encargos sociais e previdenciários	2.701	1.970
Provisão de férias	8.587	5.712
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	1.541	4.847
Total	13.482	13.041

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2022	31/12/2021
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.112	2.652
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.992	5.365
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.049	3.424
Impostos federais terceiros	334	956
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	480	634
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	557	740
Total	12.524	13.771

17. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

		31/12/2022	
Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	42	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	37	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.264
Saldo em 31/12/2021		173	1.272

		31/12/2021	
Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197
Saldo em 31/12/2021		200	2.345

	Resultado	
Partes Relacionadas (*)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	65	749
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	134	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	1	9
Winity S.A.	(545)	(213)
Pátria Infraestrutura IV	71	(137)
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(9.933)	(5.276)
	(10.207)	(4.616)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, supply chain, administração de pessoal, seguros, entre outras. (*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A. (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Remuneração dos Administradores: Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2022 em até R$8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R$7.149 (R$2.702 em 31 de dezembro de 2021) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. Debêntures: As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante total captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 13 com efeito no resultado no montante de R$52.048.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação: Passivo de arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	12.817	16.345
Adições e atualizações contratuais	2.076	2.879
Baixas de contrato	(446)	-
Juros provisionados	646	878
Pagamento de juros	(646)	(878)
Pagamento de principal	(7.940)	(6.407)
Total	6.507	12.817
Circulante	3.863	7.361
Não circulante	2.644	5.456

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2023	-	4.408
2024	1.339	782
2025	655	325
2026 em diante	1.261	539
Total	3.255	6.054
Ajuste a valor presente	(611)	(598)
Passivo de arrendamento	2.644	5.456

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante
IPCA			5,74%	3,90%	3,50%	3,00%
Ativo de arrendamento (i)						
Balanço patrimonial	19.588	7.328	4.741	2.235	1.137	-
Fluxo com projeção	19.588	7.328	5.013	2.322	1.177	-
Passivo de arrendamento (ii)						
Balanço patrimonial	19.588	6.953	2.855	1.767	1.262	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	3.019	1.836	1.306	-
Despesas financeiras (ii)						
Balanço patrimonial		638	264	134	84	845
Fluxo com projeção		638	279	139	87	875
Despesas de depreciação (i)						
Balanço patrimonial		7.148	2.587	2.506	1.098	1.137
Fluxo com projeção		7.148	2.735	2.604	1.136	1.177

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para o mesmo através das despesas de depreciação. (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	11.090	31.673	-	42.763
AVP (Receita financeira)	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	59.454	126.515	(8.884)	177.085

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2021
Provisão para manutenção	-	60.830	-	60.830
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	-	11.090	-	11.090
AVP (Receita financeira)	-	(12.466)	-	(12.466)
	-	59.454	-	59.454

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	119.142	1.111
Não circulante	57.943	58.343

20. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingência - ações trabalhistas	1.210	525
Provisão para contingência - ações cíveis	7.848	729
Total	9.058	1.254

Mapa movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.254	29
Adições (i)	7.451	1.225
Baixas	(1.092)	-
Atualização monetária	1.445	-
Saldo final	9.058	1.254

(i) As adições ocorridas no exercício de 2022 possuem natureza cível (R$6.924) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R$527) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável. b) Possível: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível (R$ 6.919) e trabalhistas (R$ 7.848) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$969.857 (R$969.857 em 31 de dezembro de 2021), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	33.596	22.119
(-) Constituição de reserva legal	(1.680)	(1.106)
(=) Lucro líquido ajustado	31.916	21.013
Dividendos mínimos obrigatórios	319	210

c) Reserva Legal: A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2022 a constituição da reserva legal foi de R$1.680 (R$1.106 em 31 de dezembro de 2021). d) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2022 foi adicionada à reserva de retenção de lucros o montante de R$31.597. Em 31 de dezembro de 2021, a constituição realizada foi de R$20.803.

22. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio (a)	889.515	573.557
Receitas com construção (b)	392.430	764.866
Receita acessória (c)	4.590	2.965
Receita Bruta	1.286.535	1.341.388
Deduções da receita	(76.983)	(49.603)
Receita líquida	1.209.552	1.291.785

(a) A partir de 4 de junho de 2022 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 12,13%. A partir de julho de 2021, 16 novas praças de pedágio foram colocadas em operação, motivando assim o aumento da receita com arrecadação de pedágio. (b) A receita de construção sofreu redução em função do término dos investimentos em trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial e PAI - Programa de Adequação Inicial) e em função da conclusão das praças de pedágios. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2022	31/12/2021
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	894.105	576.522
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.824)	(17.296)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.811)	(3.748)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(44.348)	(28.559)
	(76.983)	(49.603)

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(392.430)	(764.866)
Provisão para manutenção (a)	(104.280)	(60.830)
Pessoal	(69.165)	(43.707)
Conservação e manutenção rotineira	(61.615)	(77.235)
Serviços de terceiros (b)	(55.983)	(51.569)
Seguros	(4.580)	(4.648)
Depreciações e amortizações	(139.188)	(94.364)
Poder concedente (c)	(75.541)	(38.245)
Locações de imóveis e máquinas	(4.121)	(2.846)
Outras despesas operacionais	(12.102)	(7.513)
Total	(919.005)	(1.145.823)

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(6.358)	(1.063)
Pessoal	(14.064)	(21.845)
Conservação e manutenção rotineira	(1.011)	(2.068)
Serviços de terceiros	(14.514)	(12.894)
Depreciações e amortizações	(3.466)	(1.509)
Locações de imóveis e máquinas	-	(8)
Outras despesas operacionais	(3.041)	(1.585)
Total	(42.454)	(40.972)

(a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial). (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros. (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa 14.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572
Outros	333	628
Total	23.020	14.666
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos /Debêntures	(119.381)	(82.405)
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos /Debêntures	(18.058)	(13.311)
Juros de arrendamento	(646)	(878)
Despesas bancárias	(24.162)	(843)
Atualização processos judiciais	(1.445)	-
Outras despesas financeiras	(2.347)	(1.529)
Total	(197.712)	(110.056)
Resultado Financeiro líquido	(174.692)	(95.390)

25. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro básico/diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	33.596	22.119
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	726.980
Lucro básico	0,0346	0,0304
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	71.442	96.212
Lucro diluído	0,0323	0,0269

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 13.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Risco de mercado: a) Exposição a riscos cambiais A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. *Considerações gerais*: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	31/12/2022	31/12/2021
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.694.743	1.579.916
Caixa e equivalentes de caixa	(212.552)	(284.561)
Aplicações financeiras vinculadas	(32.549)	(23.556)
Dívida líquida	1.449.642	1.271.799
Patrimônio líquido (ii)	1.055.287	1.021.199
Índice de endividamento líquido	1,37	1,25

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e nº 13. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

		31/12/2022	31/12/2021
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	212.552	284.561
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	32.549	23.556
Contas a receber	Custo amortizado	58.041	46.060
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	173	200
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	47.130	54.276
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	720.465	678.758
Debêntures	Custo amortizado	974.278	890.112
Credor pela concessão	Custo amortizado	33.002	13.190
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.272	2.345

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating". d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de

continua...

liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	407.205	3.798.865	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	174.543	1.628.333	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	392.530	770.852	20.459	21.300	729.093
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	720.465	1.526.139	35.730	36.800	1.453.609
		1.694.743	7.724.189	56.189	58.100	7.609.900

e) Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

				Valorização (R$)		Desvalorização (R$)	
Operação	Risco	Saldo 31/12/2022	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	212.552	29.013	36.261	43.531	21.765	14.517
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	32.549	4.443	5.553	6.666	3.333	2.223

				Valorização (R$)		Desvalorização (R$)	
Operação	Risco	Saldo 31/12/2022	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	392.530	22.060	27.595	33.090	16.565	11.030
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	720.465	40.490	50.649	60.735	30.404	20.245

27. SEGUROS

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

		Valorização		Desvalorização	
Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,62%	7,03%	8,43%	4,22%	2,81%
CDI (b)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 30 de dezembro de 2022. (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 30 de janeiro 2023.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2023
Veículos - frota	49.091	Até julho de 2023
D&O	40.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	262.372	Até junho de 2024
Seguro garantia	1.301.013	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	13.540	Até junho de 2023
Seguro patrimonial	13.500	Até setembro de 2023

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2023, a Companhia deverá investir aproximadamente R$936 milhões de reais. Os investimentos deste ano estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R$1,7 bilhão.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	31/12/2022
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	2.076
Receita de construção	22	392.430
Custo de construção	23	(392.430)
Capitalização de juros	9/13	(51.582)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	9	7.256
Aquisição de imobilizado (a)	8	538

(a) Valores pagos no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do exercício.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 09 de março de 2023, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: **Daniel Rodrigo Lavorini - Controller** - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio* - Por que é um PAA: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia. A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros. Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto. *Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões* - Por que é um PAA: Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10, nº 2.10 e nº 25 às demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - *Demonstração do valor adicionado*: A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2023

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

Nicola Codugno
Presidente da Enel Brasil

‘Não tenho dúvida de que o futuro é 100% renovável’

Ciente do potencial do Brasil, executivo vê com otimismo ‘virada’ rumo às energias eólica e solar

CENÁRIOS

SONIA RACY

Com seus 30 anos de experiência no setor elétrico, e comandando há quatro anos a multinacional italiana Enel Brasil, o engenheiro mecânico **Nicola Codugno** não esconde seu otimismo ao falar do futuro energético do País. “O Brasil é um gigante em termos de recursos renováveis, solar e eólico e está tomando consciência disso. Não tenho dúvida de que o futuro (*da energia*) é 100% renovável”, garante. Ele também não teme as atuais incertezas da Europa para garantir o fornecimento de gás, depois da invasão da Ucrânia pela Rússia: “A Europa está mostrando uma resiliência maior do que imaginávamos”.

Nesta conversa com Cenários, o romano Codugno, que já comandou a Enel no Chile e na Eslováquia, fala das duas metas centrais da empresa por aqui – a descarbonização e a eletrificação – e antecipa uma novidade: a introdução de 800 mil medidores digitais inteligentes em São Paulo ainda este ano. Por fim, mostra seu entusiasmo pela chegada ao Brasil da Fórmula E – corridas de carros elétricos. A primeira ePrix no País será dia 25, em São Paulo. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual foi o impacto da guerra da Rússia contra a Ucrânia em termos de energia?
A Europa está mostrando uma resiliência maior do que imaginávamos com a falta do gás russo, e até acelerando sua transição energética com o desenvolvimento de mais projetos de renováveis. Isso confirma um avanço rápido, de todo o mundo, em direção à descarbonização. E, nesse momento específico europeu, os dados indicam que ele pode ser até mais veloz.

Pode citar projetos da Enel em andamento?
São muitos, mas vou destacar a expansão da nossa fábrica de painéis solares na Sicília, que será a maior da Europa, com capacidade de para gerar 3 mil megawatts/ano, ganhando autonomia em relação à China e outros mercados. E vamos contribuir não só com usinas, mas também produzindo equipamentos.

Falando de Brasil, quais os planos prioritários para os próximos anos?
Os projetos que temos no Brasil fazem parte de uma estratégia global centrada em duas diretrizes: a descarbonização e a eletrificação. Descarbonização significa gerar energia sem emissão de CO_2, o que implica seguir crescendo com projetos eólicos e solares. Já a eletrificação é a possibilidade de substituir, nos veículos, o uso de gás, diesel, combustíveis fósseis, por energias limpas. Isso se completa com o avanço da mobilidade elétrica. A Prefeitura de São Paulo lançou dois projetos como marco legislativo, que vão eletrificar o transporte público. Em dois ou três anos, prefeitos e governadores de outros Estados vão querer implantar esse processo também.

> **Fórmula E**
> **‘Vamos apoiar em SP, no dia 25, a primeira Fórmula E no Brasil, disputa de carros elétricos’**

A Enel está apoiando a corrida de carros elétricos, a Fórmula E, no Brasil?
Sim, seremos patrocinadores desse evento maravilhoso, no dia 25 de março. A Fórmula E foi criada há seis anos – e, assim como a Fórmula 1, que trouxe muito desenvolvimento à indústria automotiva de massa, esperamos que a Fórmula E venha trazer inovação avançada para os carros elétricos.

Se uma cidade como São Paulo tiver uma adesão maciça aos carros elétricos, há energia suficiente para uma demanda bem maior?
Essa transição será gradual e nossa previsão é que não haverá crise energética, porque a geração de energia renovável está aumentando. O que precisaremos é modernizar e digitalizar as redes de distribuição para ter uma infraestrutura apta a dar energia nos diferentes pontos da cidade. Geração distribuída com pequenas usinas solares, que investidores têm lançado no País, também está incluída nesse planejamento.

ENEL
‘Transição energética vai gerar muitos empregos’, afirma Codugno

Qual a importância do Brasil para a Enel?
O País é um ponto central da nossa estratégia. Vamos manter o alto nível de investimento com aportes tanto nas redes e infraestrutura quanto na geração. Destaco ainda o investimento na área da eletrificação, transporte elétrico, geração distribuída, eficiência energética e iluminação pública.

A quantas anda o processo de digitalização da rede?
Estamos com projeto em São Paulo para instalar, ainda neste ano, 800 mil medidores digitais inteligentes. Eles vão fornecer informações online ao consumidor sobre seu consumo de energia. Quanto, quando e como ele consome, por exemplo, desligando um ar-condicionado. Num futuro próximo, o cliente escolherá qual plano de tarifa é mais adequado ao seu perfil.

De onde virão esses novos aparelhos?
Serão produzidos em Manaus em vez de se importar da China. Nos próximos anos, serão 8 milhões de unidades só para São Paulo. Essa transição energética vai gerar muitos empregos qualificados e uma expansão de indústria mais sofisticada na área digital, nos setores solar, eólico e de mobilidade elétrica. Uma boa oportunidade para qualificar a mão de obra para atividades mais avançadas.

Acha que o Brasil está pronto para protagonizar a transição para a economia verde no mundo?
É uma conjuntura muito positiva. O Brasil é gigante em termos de recursos renováveis, solar e eólico. O País está tomando consciência dessa janela. Não tenho dúvida de que o futuro é 100% renovável. ●

NA WEB
No Facebook e no Twitter do ‘Estadão’, no LinkedIn, no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br/e/passos

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ/MF nº 33.065.699/0001-27 - **NIRE** 35.300.151.577

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. Acionistas da **SEGUROS SURA S.A.,** para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 14 horas do dia 22 de março de 2023, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 4º andar, São Paulo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, parecer dos Auditores Independentes e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (b) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (c) Fixação da remuneração global da Administração da Companhia; e (d) Reeleição dos membros do Conselho de Administração previamente aprovados pela SUSEP. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Companhia, cópias dos documentos a serem votados, conforme acima mencionados.

São Paulo, 14 de março de 2023

JORGE ANDRÉS MEJÍA DELGADO - Diretor Presidente

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS - SINDUSFARMA

CNPJ/ME 62.646.633/0001-29

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Com base nas letras "a" b "c" do Art. 26 do Estatuto Social, ficam convocadas todas as empresas representadas pelo **Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos - SINDUSFARMA**, para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 23 de Março de 2023, em primeira convocação às 10:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação às 10:30 horas com qualquer número de associados presentes, na modalidade híbrida: presencial em sua sede social situada na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1681 - 5º andar - Brooklin - São Paulo/SP, sendo limitado aos 20 primeiros inscritos e através de plataforma digital online, destinada a: **1)** Outorgar à Diretoria, autorização para constituir Comissão de Negociação para analisar, debater e firmar Convenções Coletivas de Trabalho, com data base em 1º de Abril de 2023, envolvendo: **a)** Federações e Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo; **b)** Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo; **c)** Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo - SINPROVESP; **d)** Federação Interestadual dos Propagandistas - FIP; **e)** Federação dos Sindicatos de Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Norte e Nordeste - FEPROVENONE; **f)** Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos sediados nos demais estados da Federação, cujos profissionais são empregados das empresas associadas com sede no Estado de São Paulo; **2)** Outros assuntos de interesse associativo.

São Paulo, 13 de março de 2023. **Omilton Visconde Júnior -** Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ELDORADO/SP - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, faço saber que no dia 27 de março de 2023 na sede desta entidade, localizada na Rua Capitão Gregório de Freitas, n° 21, município de Eldorado/SP, será realizada eleição para composição da DIRETORIA, CONSELHO FISCAL e DELEGADOS REPRESENTANTES ao Conselho da FEDERAÇÃO, com seus respectivos Suplentes, o horário para votação será das 08h:00 às 15h:00, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias para o REGISTRO DE CHAPAS que ocorrerá a partir da data da publicação deste Edital, nos termos do Artigo 51º do Estatuto Social. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro será dirigido à COMISSÃO ELEITORAL da entidade, devendo ser assinado pelo encabeçador da chapa. A Secretaria do Sindicato funcionará no período destinado ao Registro de Chapas, no horário das 08h:00 às 12h:00 e das 14h:00 às 17h:00, onde se encontrará à disposição dos interessados uma pessoa habilitada para o atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do competente recibo. A apuração ocorrerá na sede da entidade e terá inicio ás 15h:00. A IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS deverá ser feita no prazo de 03 (três) dias, a contar da publicação da relação das chapas registradas. Eldorado/SP, 15 de março de 2023. **Agnaldo Rodrigues da Silva - Presidente**

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada no Dia 30 de Janeiro de 2023

Aos 30/01/2023, às 14:30 h, na sede social da Tegra Incorporadora S.A. ("Companhia"). **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações:** Aprovar, sujeito ao cumprimento das condições precedentes previstas no Memorando de Entendimentos firmado em 14/12/2022 ("MOU"), e nos termos do MOU, a subscrição da participação societária de aproximadamente 95% do capital social da sociedade São José Desenvolvimento Imobiliário 122 Ltda. ("Sociedade"), inscrita no CNPJ/ME nº 46.185.398/0001-89. A Sociedade é titular dos direitos aquisitivos do imóvel localizado na Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sobre o qual será desenvolvido, em parceria com o grupo São José, um empreendimento de natureza residencial, sob regime de incorporação imobiliária. Autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários e resultantes da operação descrita acima, inclusive a assinatura dos respectivos contratos (incluindo o respectivo contrato de subscrição), acordo de acionistas, instrumentos públicos e/ou particulares e demais documentos e registros relacionados à transação, ficando desde já ratificados todos os atos já praticados. Nada mais a tratar. São Paulo, 30/01/2023. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 99.294/23-0 em 08/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 082/2023 - CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211.668/2022 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais Médico-Hospitalares **Diversos,** para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela **EMSERH.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

DATA DA ABERTURA: 06/04/2023 às 09h00min, horário de Brasília-DF.

Local de Realização: Sistema Licitações-e **www.licitacoes-e.com.br.**

Edital e demais informações disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com e/ou maianeem-serh@gmail.com**, ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 10 de março de 2023.

Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação da EMSERH

Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.

CNPJ nº 49.912.199/0001-13 | NIRE 35.300.046.145

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de Abril de 2023

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada de modo exclusivamente presencial, no dia **15 de abril de 2023, às 9:00 horas**, na sede da Companhia, na Rua Funabashi Tokuji, 170, Jardim Ivete, na Cidade de Itapira, Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; 2. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022 e a distribuição de dividendos; 3. Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos membros titulares e seus suplentes; **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Proposta de aumento do capital social mediante capitalização de reservas de lucros no valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sem modificação do número de ações, nos termos do §1º do Artigo 169 da Lei das S.A., e a consequente alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; 2. Demais assuntos de interesse da sociedade. Estão disponíveis aos acionistas, na sede social da Companhia, cópias do relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022, as quais também serão encaminhadas aos Senhores Acionistas via e-mail. Como assunto de informação, será realizada aos acionistas uma apresentação acerca dos principais termos e condições e do estágio atual de processo competitivo envolvendo a Companhia.

Itapira, 15 de março de 2023

Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

SOCIEDADE AMIGOS DA MARINHA DE SÃO PAULO

Em conformidade com o Estatuto Social da Sociedade Amigos da Marinha de São Paulo, nos termos dos seus artigos 27º, 28º itens "A", "e" e "f", 29º e 31º, ficam os senhores associados convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no Comando do 8º Distrito Naval, Rua Estado de Israel, 776, nesta Capital, às 17:00hs do dia 27 de março de 2023, em primeira chamada obedecido o quórum estatutário, e às 17:30hs em segunda chamada, onde será observada a seguinte ordem do dia:

A -Exame, discussão e aprovação das contas e do Relatório da Diretoria, bem como o inventário, o Balanço Patrimonial e a Conta de Resultados do exercício de 2022; B- Exame, discussão e aprovação do orçamento para o exercício em curso; C - Outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 15 de março de 2023. Guilherme da Silva Costa Vice-Almirante Comandante do 8º Distrito Naval Presidente do Conselho Superior.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 008.12/2022-CP – A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura do Município de Itapipoca-CE/PRODESA, torna público o Aviso de Julgamento das Propostas de Preços da Concorrência Pública de Nº 008.12/2022-TP, com o seguinte **OBJETO:** Construção de 10 (dez) campos de futebol (areninhas), em diversas localidades do Município de Itapipoca no âmbito do Programa de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itapipoca/CE PRODESA. Declarando: **PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS** as empresas: 01- BWS CONSTRUÇÕES LTDA; 02- A & V PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME e PROPOSTAS CLASSIFICADAS: 01- MS OBRAS E SERVIÇOS; 02- CLEZINALDO CONSTRUÇÕES; 03- RVP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; 04- ATHOS CONSTRUÇÕES LTDA; 05- DATERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; 06- R MEIRA ENGENHARIA EIRELI; 07- AG CONSTRUTORA SERVIÇOS E LOCAÇÕES, por atenderem as exigências exigidas do edital. Após análise das Propostas de Preços das empresas classificadas chegamos ao seguinte resultado: sagrou-se **VENCEDORA** a empresa **MS OBRAS E SERVIÇOS LTDA**, no **VALOR TOTAL** de **R$ 5.445.415,03** (Cinco Milhões Quatrocentos e Quarenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Três Centavos). A Comissão de licitação declara aberto o prazo recursal conforme prevê o Art. 109, inciso I, alínea "b". **Itapipoca-CE, 14 de Março de 2023. Cleidiana Pereira de Araújo – Presidente.**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 2181/2023 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Aidc Tecnologia Ltda, CNPJ nº07.500.596/0004-80, para fornecimento de **PULSEIRA ADESIVA BRANCA ADULTO (P/ ETIQUETA ZEBRA HC100)**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 2184/2023 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Recom Etiquetas E Embalagens Ltda, CNPJ nº 53.797.932/0001-73, para fornecimento de **ETIQUETA ADESIVA BOPP 34 X 23MM - 03 COLUNAS**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

COMPRA PRIVADA - ICESP 2229/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o fornecimento **BOBINA AMBAR PIC. C/ SERRILHA E FITA PERMANENTE 4 x 8 - C/ 10.000 UNIDADES**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

AVISO DE LICITAÇÃO

• Pregão Eletrônico n.º 005/2023

Processo n.º 031280 – GMS PE no 485/2023; **Objeto:** aquisição de **gases medicinais em cilindros (em regime de comodato)** para o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais. Valor máximo: **R$ 446.444,92**. Recebimento das propostas: até 09h00min de 28/03/2023. Início da Sessão Pública: às 10h00 de 28/03/2023. O edital e seus anexos com as especificações detalhadas do objeto, bem como os resultados de todas as fases desta licitação poderão ser consultados no site www.licitacoes-e.com.br (n.º da Licitação: 991785).

Ponta Grossa, 14 de março de 2023.

Patrícia Machado dos Santos, Pregoeira.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM ICESP 2210/2023

CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 7068/2023

A FFM ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para aquisição de **FITA DE BACKUP LTO8 12TB** e **ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO PARA FITA DE BACKUP**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA PRIVADA FFM ICESP 2221/2023

CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 7126/2023

A FFM ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para aquisição de **SACO TRANSPARENTE C/ SERRILHA (15 X 34 X 07CM)**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

A **Câmara Municipal de Belo Horizonte** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, **a partir das 10:00 horas do dia 29 de março de 2023**, pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br/, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de suporte ao usuário de informática, por meio de alocação de mão de obra com dedicação exclusiva, para atender à demanda da Câmara Municipal de Belo Horizonte. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) encontra-se à disposição dos interessados na Internet, nos sites www.comprasnet.gov.br, (utilizando-se para pesquisa o Código **UASG nº 926306**) e www.cmbh.mg.gov.br (link Transparencia>Licitacoes). Frisa-se que ao presente pregão aplica-se a Lei Federal nº 10.520/2022, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo telefone da Seção de Apoio a Licitações da CMBH, (31) 3555-1249, no horário de 9:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 14 de março de 2023.

Bruno Valadão Peres Urban
Pregoeiro

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 30 de Janeiro de 2023

Aos 30/01/2023, às 11h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações: (a)** Aprovar, sujeito ao cumprimento das condições precedentes previstas no Memorando de Entendimentos firmado em 14/12/2022 ("MOU"), e nos termos do MOU, a subscrição da participação societária de aproximadamente 95% do capital social da sociedade São José Desenvolvimento Imobiliário 122 Ltda. ("Sociedade"), CNPJ/ME nº 46.185.398/0001-89. A Sociedade é titular dos direitos aquisitivos do imóvel localizado na Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sobre o qual será desenvolvido, em parceria com o grupo São José, um empreendimento de natureza residencial, sob regime de incorporação imobiliária. **(b)** Autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários e resultantes da operação descrita acima, inclusive a assinatura dos respectivos contratos (incluindo contrato de subscrição), acordo de acionistas, instrumentos públicos e/ou particulares e demais documentos e registros relacionados à transação, ficando desde já ratificados todos os atos já praticados. Nada mais a tratar. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 100.162/23-0 em 09/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Pregão Eletrônico nº.1321151-01/2023 Processo SEI 1320.01.0144075/2022-58. A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Gestão/Diretoria de Compras, torna pública a Licitação do Pregão Eletrônico nº. 1321151-01/2023, que tem por objeto aquisição de seringas e agulhas descartáveis. A sessão pública terá início no dia 28/3/2023, às 10h30. A cópia do Edital poderá ser obtida no site ww.compras.mg.gov.br. Belo Horizonte, 10 de março de 2023. Laíse Sofia de Macedo Rodrigues – Superintendência de Gestão.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Saneamento Mudança à vista

Por marco legal, concessionárias de água e esgoto pressionam Congresso

AMANDA PUPO
BRASÍLIA

Em uma semana de expectativa sobre o novo decreto do marco legal do saneamento, a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) apresenta hoje, na Câmara, um documento no qual destaca a necessidade de o Legislativo dar "atenção" à implementação do marco legal e se posiciona sobre 29 projetos de lei que afetam o mercado de água e esgoto. No documento, ao qual o *Estadão/Broadcast* teve acesso, a Abcon mostra combater a maior parte das propostas (17).

A associação cita que os últimos dois anos foram marcados pela consolidação do marco legal, e que, no Poder Executivo, a edição de decretos "complementou o ambiente regulatório e permitiu o avanço na implementação do novo ambiente institucional". Esses atos hoje estão na mira do atual governo, que fará um novo decreto para substituir regras editadas pela gestão Bolsonaro.

Dos 29 projetos de lei (dos quais, sete estão no Senado e 22, na Câmara), a associação é favorável a cinco, além de aprovar sete com ressalvas. Em relação às três propostas que reabrem a discussão sobre o marco legal no Congresso, a entidade é contra (PL 1414/2021; 87/2022; 1922/2022). Elas tratam sobre prorrogação de prazos, alocação de recursos federais e outros temas.

"Qualquer tentativa de rediscussão do novo marco trará grande impacto para os usuários e as políticas públicas já em andamento, em contraste com o sucesso da nova legislação para o setor, o que pode ser verificado tanto em valores a serem investidos quanto em valores de outorgas já arrecadados pelos Estados", aponta o documento, que cita as outorgas de mais de R$ 24,2 bilhões no leilão da Cedae, de R$ 930 milhões no projeto do Amapá, de R$ 3,6 bilhões dos certames em Alagoas, além da PPP dos blocos do Ceará, que prevê R$ 6,2 bilhões em investimentos, e outros leilões municipais previstos para os próximos anos, com previsão de atrair R$ 7,7 bilhões. ●

Corpo a corpo
Na Câmara, Abcon vai reforçar oposição a 17 dos 29 projetos de lei em tramitação

Decreto sai 'em curto espaço de tempo', diz Jader Filho

BRASÍLIA

O diretor executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares, classificou a reunião de hoje na Câmara como um "movimento político" da entidade para fortalecer e qualificar o debate sobre o setor de saneamento. Soares destacou que o Congresso deu um passo importante ao aprovar o marco legal em 2020, e que cabe também ao Parlamento acompanhar e monitorar a implantação da lei. "É um setor com potencial enorme de investimento, e a segurança jurídica é fundamental para o setor."

DECISÃO. O ministro das Cidades, Jader Filho (MDB), disse ontem acreditar que em "curto espaço de tempo" o governo publicará as novas regulamentações do marco legal. Ele reforçou que o Executivo está debruçado sobre pontos em que não há consenso entre as associações do setor. Um deles se refere à sobrevida de contratos de estatais que hoje estão irregulares, seja por estarem vencidos ou em prestação de fato, sem contrato formalizado. Como vem mostrando o *Estadão/Broadcast*, as empresas privadas não acreditam ser possível regularizar essas operações via decreto. Tal medida exigiria mudanças legais.

Após participar de evento promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Jader Filho declarou que "algumas coisas podem ser feitas a partir de decretos e outras terão de ser feitas com alteração de lei".

Questionado se já estaria definido que o governo proporia um projeto de lei para alterar o marco legal, o ministro respondeu apenas que as discussões estão em torno desse tópico. "Diversos pontos têm consenso e alguns têm dissensos, e é nesses dissensos que estamos trabalhando para encontrar melhor mecanismo para poder alcançar a solução dos problemas", afirmou o ministro. "A mensagem principal do governo é facilitar investimento", concluiu. ● A.P.

Energia **Previsão da Aneel**

Leilão deve atrair até R$ 19,7 bi em novos investimentos

Disputa envolve construção de 4.471 quilômetros de linhas de transmissão; edital vai passar por consulta pública

MARLLA SABINO
BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que o segundo leilão de transmissão deste ano, previsto para 31 de outubro, deve envolver R$ 19,7 bilhões em investimentos. O certame é o maior desse segmento já realizado pela agência reguladora.

A proposta de minuta do edital foi apresentada ontem e passará agora por consulta pública nesta sexta-feira e em 2 de maio. Após essa fase, o documento deve ser submetido a análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

No total, devem ser construídos 4.471 quilômetros de linhas de transmissão (além de uma nova subestação), que passarão pelos Estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins. Pelas regras do leilão, as concessões foram divididas em três lotes.

O grande destaque da rodada deverá ser o lote 1, que trata de um bipolo em corrente contínua de 800 kV para aumentar a interligação entre Nordeste e Centro-Oeste e o escoamento de excedentes de energia do Nordeste, sobretudo eólica e solar. O empreendimento envolve R$ 15,8 bilhões em investimentos, o equivalente a 81% do montante total previsto para o leilão.

Entre as novidades previstas na minuta do edital, está a introdução de prazo máximo de 72 meses para entrega das obras do lote 1. Segundo a Aneel, a novidade considera o porte da obra, a capacidade de mercado de fabricantes para os equipamentos necessários e a extensão da linha de transmissão.

O edital prevê ainda que, caso o lote 1 não tenha interessados, o lote 2 não poderá ser ofertado. Contudo, não há impeditivos para a oferta do lote 3, por reforçar a transmissão no interior de São Paulo. Pelo cronograma da Aneel, o edital deve ser publicado até 27 de setembro, com a realização do leilão em outubro. ●

JF DIORIO/ESTADÃO-29/10/2014
Linhas devem passar por cinco Estados, incluindo São Paulo e Goiás

Na Eletrobras, PDV tem adesão de 2,5 mil funcionários

O diretor-presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que a economia prevista com a conclusão do programa de demissão voluntária chega a R$ 95 milhões por mês, o que vai permitir que a operação de desligamento de funcionários se pague em 13 meses. O custo total do processo é estimado em R$ 1,2 bilhão.

Ferreira Júnior informou que o objetivo é concluir 85% dos desligamentos previstos até o segundo trimestre, o que perfaz 2.100 funcionários desligados. O programa teve 2,5 mil adesões entre funcionários já aposentados e outros prestes a se aposentar.

"Até o fim de março, serão desligadas mais 500 pessoas que aderiram ao PDV, somando cerca de 1,5 mil pessoas. Até fim de abril, 85% terão sido desligadas", disse ele, durante divulgação do balanço da empresa – que teve prejuízo líquido de R$ 479 milhões no quarto trimestre de 2022, ante lucro líquido de R$ 610 milhões em igual período de 2021.

No consolidado de 2022, o lucro líquido foi de 3,638 bilhões, 36% inferior ao resultado de 2021. ● WILIAN MIRON

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

CP 001/2023; P.A. 15572/2022; Objeto: Execução de recapes em diversas vias da Vila Guarani. Abertura: 19/04/2023 as 10:00h.
O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11) 4512-7824.
José Luiz Ribeiro de Macedo – Secretário de Obras

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 2ª (Segunda), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 204ª (Ducentésima Quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Securitizadora")

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 2ª (segunda), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 204ª (ducentésima quarta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização") e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 03 de abril de 2023, às 10:00 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** não declaração do vencimento antecipado do CDCA nº 001/2026-TEC, nos termos do item (xiv) da Cláusula 4.4. do CDCA, diante do descumprimento da obrigação de constituição da Cessão Fiduciária na Data Limite de Constituição, em valor equivalente ao Valor da Garantia de Cessão Fiduciária, e observada a possibilidade de prorrogação do prazo por mais 30 dias; **(ii)** Caso seja aprovada a deliberação do item "i" acima, autorização para prorrogar o prazo para a constituição da garantia de Cessão Fiduciária, em valor equivalente ao Valor da Garantia de Cessão Fiduciária, até o dia 30 de junho de 2023, com a consequente alteração da Data Limite de Constituição nos documentos da operação; e **(iii)** autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em conjunto, praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, sem limitação, a celebração de eventuais aditamentos aos documentos da Oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação, às 10:00 horas do dia 03 de abril de 2023, com qualquer número de Titulares de CRA presentes. Ainda, as matérias acima estabelecidas deverão ser aprovadas por Titulares de CRA em Circulação que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos do artigo 26, parágrafo terceiro, da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 26, parágrafo terceiro, da Resolução CVM 60. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, e, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. **(v)** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora e do Agente Fiduciário aos Titulares de CRA, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Instrução de Voto a Distância:** Os Titulares de CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital de Convocação pela Emissora em seu website https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, sendo sugerido seu envio, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia.

São Paulo, 13 de março de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Cristian de Almeida Fumagalli
Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização

Atacadão S.A.

CNPJ/MF nº 75.315.333/0001-09 – NIRE 35.300.043.154

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas do Atacadão S.A. ("Atacadão" ou "Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia, a ser realizada no dia 13 de abril de 2023, às 10h30, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da Plataforma Digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **A - Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** Examinar, discutir e aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(2)** Examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(3)** Com base na proposta apresentada pela administração, deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(4)** Em relação à eleição do Conselho de Administração da Companhia: **(a)** Determinar o número efetivo de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato; **(b)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(c)** Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração. **(5)** Aprovar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social de 2023. **B - Em Assembleia Geral Extraordinária: (1)** Aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, dentro do capital autorizado, devido ao exercício de opções de compra de ações, conforme aumentos de capital social da Companhia aprovados em reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 12 de setembro de 2022, 09 de novembro de 2022 e 07 de fevereiro de 2023. **(2)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência da alteração deliberada no item anterior. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos Acionistas:** O Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração ("Proposta") e orientações detalhadas para participação na AGOE ("Manual de Participação dos Acionistas"), bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGOE, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados na sede social da Companhia, no seu *website* de relações com investidores (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2. Participação dos Acionistas na AGOE**. A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação dos Acionistas somente poderá ocorrer: (a) via Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos *websites* da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br); e (b) via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, votar na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **3. Documentos necessários para participação na AGOE:** Poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que desejem participar da AGOE por meio da Plataforma Digital deverão enviar tal solicitação para a Companhia através do *e-mail:* ribrasil@carrefour.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, **até o dia 11 de abril de 2023**. Tal solicitação deverá, ainda, ser acompanhada dos documentos indicados no Manual de Participação dos Acionistas. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto**. **4. Documentos de representação dos Acionistas:** A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas e autenticadas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia e a tradução juramentada dos documentos de representação do Acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou francesa, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos para o *e-mail* da Companhia indicado acima. A Companhia exigirá apenas as traduções simples de documentos elaborados em inglês ou francês. A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital). **5. Informações para participação e votação na AGOE:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam no Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração da Companhia, e demais documentos disponíveis nos *websites* da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **6. Voto Múltiplo:** Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.

São Paulo, 14 de março de 2023.
Alexandre Pierre Alain Bompard
Presidente do Conselho de Administração

Indicadores Disparada de preços

Inflação anual argentina de 102,5% é a maior em 31 anos

Alta atingiu 13,1% nos 2 primeiros meses do ano; disparada foi maior para alimentos e bebidas sem álcool

A inflação na Argentina avançou 6,6% em fevereiro, informou ontem o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). O resultado representou uma aceleração em relação a janeiro, quando o índice já havia crescido 6%. Na comparação anual, a inflação ao consumidor no país vizinho chegou a 102,5% nos 12 meses até fevereiro – também acima da variação de 98,8% até janeiro. O índice anual superou os três dígitos pela primeira vez desde outubro de 1991.

Nos dois primeiros meses de 2023, a alta dos preços ao consumidor atingiu 13,1%. O nível geral de preços no varejo deverá ter um aumento de 100% neste ano, segundo a mais recente pesquisa de expectativas divulgada pelo Banco Central argentino, com base em relatórios dos maiores bancos e consultorias econômicas privadas do país.

O governo do presidente Alberto Fernández havia estimado no Orçamento nacional para 2023 uma taxa anual bem menor, de 60%. "Os itens com maior incidência geral foram alimentos e bebidas não alcoólicas (+9,8%), principalmente devido à incidência que representa em carnes e laticínios", segundo o relatório do Indec.

"A meta de inflação do governo em torno de 60% na comparação anual para dezembro parece cada vez mais inatingível", afirmou a consultoria Ecolatina em relatório. Segundo o documento, a inércia inflacionária parece "difícil de desarmar no curto prazo".

E isso se deve a uma série de fatores, entre eles, o impacto da seca sofrida pela Argentina sobre o preço de alimentos, os aumentos pendentes nas tarifas do serviço público e a dinâmica de recomposições salariais em um ano de eleições presidenciais (em outubro), em que a economia terá um peso fundamental na decisão dos eleitores.

As pressões inflacionárias também são alimentadas pelas restrições às importações, pelo aumento dos preços das diferentes taxas de câmbio que coexistem na Argentina e pelos desequilíbrios que arrastam as contas públicas e o Banco Central para financiar o Tesouro.

INFLAÇÃO REPRIMIDA. Segundo Eugenio Marí, economista-chefe da fundação Libertad y Progreso, os preços ao consumidor na Argentina deverão subir 110% neste ano, com "um componente muito importante de inflação reprimida". "Nos últimos três anos, acumularam-se atrasos nas tarifas de luz, gás e água, nos transportes, saúde e outros itens com preços administrados", explicou Marí à agência EFE.

Soma-se a isso o desequilíbrio cambial e monetário que, segundo o especialista, "torna imprescindível que, caso a inflação comece a cair, se avance pelo menos para o equilíbrio fiscal consolidado e se dê real independência ao Banco Central". ●

BROADCAST COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Nos EUA, mercado vê pressão para nova alta dos juros

Apesar da crise dos bancos com a falência do Silicon Valley Bank (SVB), o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) se mantém pressionado a subir os juros. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,4% em fevereiro ante janeiro. O índice fez Wall Street cravar suas expectativas de alta de 0,25 ponto porcentual na próxima reunião do Fed, na semana que vem. ● ALINE BRONZATI/NOVA YORK

Sistema financeiro Após quebra do 'banco das startups'

'Órfãos' do SVB recorrem a pesos-pesados de Wall Street

JPMorgan Chase e Citigroup, entre outros, adotam medidas de urgência para acomodar clientes que vêm com bilhões em recursos

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

Grandes bancos nos Estados Unidos estão recebendo uma enxurrada de pedidos de clientes órfãos e assustados para abrir contas e transferir seus recursos após a quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank. O temor de que a crise se espalhe e derrube outros dominós no setor bancário sustenta a migração e deve contribuir para ampliar a concentração do mercado americano nas mãos daqueles conhecidos como "too big to fail" – ou grandes demais para quebrar.

JPMorgan Chase, o maior banco dos EUA em ativos, Citigroup, Bank of America e Wells Fargo têm adotado medidas de urgência para acomodar a demanda de bilhões de dólares que tem batido à porta nos últimos dias. O volume pode alcançar o maior fluxo de entrada de depósitos nesses bancos em mais de uma década, segundo o britânico *Financial Times*.

Diferentemente do Brasil, para abrir uma conta nos EUA é preciso agendar um horário em uma agência, o que pode levar de uma a duas semanas. Agora, em alguns casos, o prazo para abertura de contas tem se reduzido para um dia.

CONGESTIONAMENTO. Iniciada na semana passada, a migração de clientes para os grandes bancos dos EUA continua. Um banqueiro comparou a demanda a "aviões empilhados" em um dia de neve no aeroporto O'Hare, em Chicago, ao *Financial Times*. Segundo a Bloomberg, o JPMorgan Chase recebeu sozinho bilhões de dólares nos últimos dias, enquanto Bank of America, o Citigroup e o Wells Fargo também captam um volume maior do que o usual.

Questionados pela reportagem do *Estadão/Broadcast*, Citi, JPMorgan, Bank of America, Wells Fargo e Goldman Sachs não comentaram o salto na demanda de novos clientes. Os pesos-pesados de Wall Street estão preferindo atuar de maneira silenciosa para não parecer que se aproveitam da crise enfrentada por bancos menores e regionais. Alguns estão até mesmo recomendando a seus gerentes não saírem em busca de clientes de rivais de menor porte.

DAMIAN DOVARGANES/AP

Cliente lê comunicado do governo americano em agência do SVB

Depois de um fim de semana de negociações, o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), o Tesouro dos EUA e a Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), espécie de FGC dos EUA, anunciaram uma ação conjunta para pagar os depositantes do SVB e do Signature. Pesou, sobretudo, a pressão da comunidade "tech" para os reguladores ampararem as perdas de startups que estavam entre as principais clientes do SVB. Com isso, todos os depositantes dos bancos falidos estão tendo acesso aos seus recursos, e não somente ao limite de US$ 250 mil (cerca de R$ 1,3 milhão) estabelecido.

A medida enche os bolsos de clientes para caçarem novos destinos para o dinheiro. Com cerca de US$ 220 bilhões em ativos, o SVB era o 16.º banco dos EUA, e sua clientela era basicamente formada por empresas startups, incluindo brasileiras. Somente do Brasil, a quantia de depósitos no SVB era de US$ 3 bilhões, conforme a Trade Finance. Já o Signature, focado na comunidade cripto, somava outros cerca de US$ 100 bilhões.

MOVIMENTO. Conhecido como "flight to quality", expressão em inglês que significa "voo para a qualidade", o movimento de migração de recursos de clientes já era esperado na esteira da quebra de bancos nos EUA. Segundo o vice-presidente e diretor associado para bancos da FacSet, Sean Ryan, é natural que os depositantes recorram aos bancos "too big to fail" para alocar os seus recursos após a frustração com o SVB e o Signature.

Lição
A falência do SVB e do Signature Bank lembra a importância de diversificar ativos

Como resultado, a crise do SVB e do Signature deve gerar uma mudança na participação dos bancos norte-americanos. Para especialistas, a concentração do sistema bancário nos EUA pode aumentar ainda mais, com os pesos-pesados ampliando suas fatias

Além disso, a quebra do SVB serviu de lição para alguns depositantes quanto à importância de diversificação – a máxima de não colocar todos os ovos em uma mesma cesta. ●

Diretora do Fed cita 'resiliência' de bancos nos EUA

Em meio à repercussão da quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank, a diretora do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) Michelle Bowman reforçou ontem a "resiliência" do sistema bancário do país, ao participar de evento organizado pela Comunidade Independente de Banqueiros da América.

A dirigente afirmou que os bancos, no geral, dispõem de forte posição de capital e liquidez. "O conselho continua monitorando cuidadosamente os desenvolvimentos nos mercados financeiros e em todo o sistema financeiro", disse.

Michelle acrescentou que um dos fatores mais significativos para o colapso de SVB e Signature Bank foi o rápido fluxo de retirada de depósitos. O cenário levou o Fed a criar um programa de emergência para mitigar os efeitos sobre o restante do mercado, segundo ela. "O programa fornecerá uma fonte adicional de liquidez aos bancos e eliminará a necessidade de as instituições venderem rapidamente títulos durante um período de crise", comentou a diretora do Fed. ● ANDRÉ MARINHO

CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLOEDT E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/
CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Prefeitura de SP definirá construtoras de programa habitacional de R$ 8 bi

A prefeitura de São Paulo deve concluir esta semana a fase de habilitação das construtoras no programa Pode Entrar, o que dará início às primeiras contratações de projetos ao longo de abril, estima o secretário municipal da Habitação, João Farias. Na habilitação, são definidas as empresas aptas a prosseguir para eventual contratação. Na sequência, elas deverão entregar documentação comprovando a capacidade de tocar os projetos, o que deve levar mais 30 dias. Lançado este ano, o edital do Pode Entrar prevê a contratação de 40 mil apartamentos para 2023, com investimentos de R$ 8 bilhões. O programa despertou apetite enorme das construtoras, que encaminharam propostas para 104 mil unidades, ou 2,5 vezes mais que o previsto.

Grandes construtoras têm interesse

Grandes grupos fizeram propostas, como MRV, Tenda, Direcional e Plano&Plano. O interesse das companhias se deu por conta da segurança da entrada de recursos do orçamento municipal para as obras – problema visto na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, programa do governo federal.

Dinheiro entra na contratação da obra

No Pode Entrar, o diferencial está na comprovação do dinheiro em caixa mediante empenho do valor no momento de contratação das obras. Outro ponto importante para as empresas é a certeza de que haverá correção no fluxo de pagamentos. O edital prevê a correção monetária com base na inflação.

● **LIQUIDEZ.** O Pode Entrar estabelece para as construtoras o pagamento de 15% do valor dos empreendimentos à vista e 85% até a entrega das moradias. Uma vez que a contratação seja confirmada, representará uma boa entrada de recursos e alívio no endividamento das empresas.

● **SUCESSO.** A gestora de shoppings centers Aliansce Sonae conseguiu atrair mais de R$ 600 milhões para sua emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), vendidos na segunda-feira (13), um dia turbulento nos mercados globais por conta da quebra do Silicon Valley Bank (SVB). A intenção da empresa era captar R$ 500 milhões e acabou levantando R$ 612 milhões. Coordenada pelo Bradesco BBI, XP e Itau BBA, a operação foi garantida pelos bancos, que ficariam com os papéis caso não houvesse interessados.

● **ESFORÇO.** Grande parte do sucesso da operação se deu porque os CRIs têm garantia real. Ao mesmo tempo, são papéis que têm bom apelo junto às pessoas físicas e às gestoras de fortunas, pela isenção fiscal. Um terceiro motivo é que a companhia ofereceu aos investidores as taxas máximas propostas para os CRIs. Ou seja, 1% mais o CDI para os papéis que vencem em cinco anos e 1,20% mais o CDI para os que têm vencimento em sete anos.

APETITE

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO-19/12/2018

Obra da MRV, uma das construtoras que fizeram propostas para o programa habitacional Pode Entrar, da prefeitura paulistana

● **APOSTA.** Havia uma aposta de que a emissão de CRIs da Aliansce Sonae pudesse ajudar o mercado de crédito a se estabilizar, após o susto com a Americanas, e com os rumores de recuperação judicial da Light e de problemas em outras empresas que estão reestruturando dívidas, como a Marisa. Poucas empresas estão se arriscando a levar operações ao mercado, que está cobrando mais caro para comprar novos papéis de dívida, além de pedir prazos mais curtos.

● **DEU RUIM.** A operação mais recente, do GPA, não foi bem-sucedida. A varejista queria levantar R$ 750 milhões, teve de reduzir a pedida para R$ 500 milhões e, no fim, só conseguiu levar R$ 325 milhões. A SBF, dona da Centauro, resolveu adiar uma emissão de debêntures que planejava, e a Taesa preferiu encurtar seus títulos de dívida para apenas dois anos para conseguir captar R$ 1 bilhão.

● **OFERTA E DEMANDA.** O Gerdau Next Ventures, fundo de US$ 80 milhões (cerca de R$ 420 milhões) da gigante de metalurgia para investimentos em startups, ficou mais cauteloso para assinar novos cheques, em meio ao cenário difícil para o crédito. Ao mesmo tempo, mais startups têm batido na porta do fundo. Algumas delas, com fluxo de caixa suficiente para poucos meses de sobrevivência, segundo o responsável pelo fundo, Arthur Alves.

● **NA FILA.** Nesse ambiente, diz Alves, o fundo não está procurando negócios de forma ativa, mas analisa as startups que se aproximam. Por ora, está avaliando um investimento.

● **PALPITE.** A prioridade do fundo são empresas com potencial de crescimento. Por isso, quer participar da gestão e definição da estratégia da empresa, mesmo sem ter o controle acionário. Em média, o fundo faz cheques de US$ 5 milhões, em áreas como logística, construção e sustentabilidade.

SOBE

Resiliente, Embraer tem alta na B3

LEO SOUZA/ESTADÃO-3/12/2021

Apesar da piora do humor nos mercados, com a expectativa de maior aperto monetário pelo Federal Reserve (o banco central americano), a Embraer mostrou resiliência e liderou os ganhos do Ibovespa ontem. Os papéis subiram 3,88%. Segundo Bruna Sene, da Nova Futura, a ação está em tendência de alta e ganhou mais tração após o balanço do quarto trimestre, que evidenciou o crescimento da fabricante de aeronaves.

DESCE

CVC recua na Bolsa em dia de balanço

WILTON JUNIOR / ESTADÃO-4/4/2021

Os papéis da operadora CVC, que divulgou balanço do quarto trimestre após o fechamento do mercado, tiveram queda de 7,89% ontem e ficaram entre as maiores baixas do Ibovespa. Segundo analistas, relatório do JP-Morgan revisando a recomendação para a empresa de neutra para venda afetou as ações. A revisão ocorre dias depois de a CVC anunciar proposta de reperfilamento de sua dívida.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 102.932,38 PTS. | Dia -0,18% | Mês -1,91% | Ano -6,20%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
EMBRAER ON NM	19,53	3,88	26.392
RAIZEN PN N2	2,71	3,44	23.044
3R PETROLEUMON	28,19	3,07	25.764

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
GRUPO NATURAON	12,22	-17,49	10.929
CVC BRASIL ON NM	3,27	-7,89	13.204
REDE D OR ON NM	22,45	-5,07	20.040

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

	TR	TBF	POUPANÇA	POUPANÇA SELIC
11/3 A 11/4	0,1445	0,9457	0,6452	0,5000
12/3 A 12/4	0,1718	0,9932	0,6727	0,5000
13/3 A 13/4	0,2089	1,0406	0,7099	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.155,40	1,06	-1,54	-2,99
FRANKFURT - DAX	15.232,83	1,83	-0,86	9,40
LONDRES - FTSE	7.637,11	1,17	-3,04	2,49
TÓQUIO - NIKKEI	27.222,04	-2,19	-1,22	4,32

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,01	2.840,76
	15/5/2035	6,40	1.916,11
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,16	4.043,50
PREFIXADO	1º/1/2026	12,38	721,09
	1º/1/2029	13,05	492,28
SELIC	1º/3/2026	0,08	12.921,91

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	0,77	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	0,21	-0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	0,04	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,63	0,43	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,53	0,84	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	1,0560
IGP-DI (FGV)	1,0153	INPC (IBGE)	1,0547
IPC-FIPE	1,0670	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,63	0,07	-0,15	-0,15
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	20,68	379.090	20,65	21,02	-0,58
CAFÉ NY*	MAI/23	175,45	78.446	175,10	179,05	-2,09
SOJA CBOT**	MAR/23	15,00	38.000	14,998	15,025	-0,02
MILHO CBOT**	MAI/23	6,21	510.901	6,093	6,218	1,18

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	159,17	-0,09	-20,59
BOI Cepea/esalq, R$/@	276,25	-1,41	-19,94
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	85,42	-0,22	-17,79
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.106,96	-0,07	-14,26

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2574	-0,22	0,62	-0,43
DÓLAR TURISMO	5,4630	-0,05	0,74	-0,35
EURO	5,6470	-0,12	2,08	0,18
OURO	317,000	-0,31	4,28	4,97
WTI US$/BARRIL	71,6700	-4,15	-6,75	-10,96
IBRENTUS$/BARRIL	77,5700	-3,12	-6,61	-9,75

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0736	1,2167	0,1904
EURO	0,932	1,0000	1,1332	0,1774
FRANCO SUÍÇO	0,914	0,9808	1,1115	0,1740
LIBRA ESTERLINA	0,822	0,8824	1,0000	0,1565
IENE	134,168	144,0460	163,2430	25,550

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Tecnologia Nova rodada de cortes

Meta prepara demissão de mais 10 mil empregados

BRUNO ROMANI
BRUNA ARIMATHEA

Apenas quatro meses depois de dispensar 11 mil funcionários, a Meta, companhia dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, vai demitir mais 10 mil pessoas e congelar 5 mil vagas – atualmente, a companhia tem cerca de 75 mil empregados. O anúncio foi feito ontem pelo fundador e CEO da empresa, Mark Zuckerberg, no seu perfil no Facebook (antes, ele havia compartilhado internamente o material).

No texto, Zuckerberg escreveu que busca "melhorar nosso desempenho financeiro em um ambiente difícil para que possamos executar nossa visão de longo prazo".

De acordo com o plano, os desligamentos devem ocorrer nos próximos meses, mas pessoas ligadas a recrutamento de talentos serão desligadas. "Nos próximos meses, os líderes organizacionais anunciarão planos de reestruturação focados em achatar nossas organizações, cancelar projetos de menor prioridade e reduzir nossas taxas de contratação. Com menos contratações, tomei a difícil decisão de reduzir ainda mais o tamanho de nossa equipe de recrutamento", diz o post.

Segundo Zuckerberg, profissionais da área de tecnologia serão desligados em abril, enquanto integrantes da divisão de negócios serão cortados em maio. O fundador da companhia afirmou ainda que todo o processo poderá ser completado até o fim do ano.

A segunda rodada de cortes no Facebook veio após outras gigantes da tecnologia anunciarem cortes profundos em 2023. A Amazon cortou 18 mil funcionários; o Google, 12 mil empregados; e a Microsoft, 10 mil pessoas.

Ainda não há informações sobre como os cortes irão afetar a operação brasileira da gigante. Em novembro, a companhia deixou o seu principal prédio de escritório no Brasil como medida para conter custos.

Cortes

21 mil é o total de cortes projetado na Meta depois do anúncio feito ontem por seu CEO e fundador, Mark Zuckerberg, que em comunicado fala em 'ambiente difícil' para planos de longo prazo

CRISE. Em fevereiro, a Meta deu sinais de que estava revertendo o cenário de crise que se desenhou ainda em 2022. Em balanço financeiro, a gigante registrou crescimento de usuários em seus aplicativos e surpreendeu as expectativas do mercado, que previam cenário pior para o último trimestre do ano passado.

Antes disso, porém, a companhia passou por um período difícil. Em outubro de 2021, começou a mudar o foco do negócio em redes sociais para o metaverso, principal aposta de Zuckerberg para o futuro da internet. Investidores, no entanto, ainda têm dúvidas sobre a efetividade dessa jogada.

Ao mesmo tempo, os aplicativos de redes sociais de Zuckerberg sofreram diversas pressões, como concorrência acirrada com o rival TikTok e nova política de privacidade da Apple, que prejudica a estratégia de anúncios da Meta. ●

CLASSIFICADOS

JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

AUTOS

TOYOTA

COROLLA XEI 2.0
R$130.000 20/21 Prata, compl. 37.800km. (11)99936-4868

OPORTUNIDADES

LEILÕES

FAZENDA COM 145HA, PIMENTEIRAS DO OESTE/RO
Linha 6, KM 10. Lance Inicial R$5.105.765,00 (parcelável) www.deonizialeiloes.com.br ☎0800-707-9339

TERRENO 2.560M² EM FORTALEZA/CE
Santo Antônio da Floresta. Inicial R$ 2.440.750,00. (Parcelável) www.cearaleiloes.com.br ☎ 0800-707-9339

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
A SPIDER IMPORT COM. IMP. E EXP. LTDA informa ao Sr. CRISTIANO MARQUES DA SILVA portador da CTPS 43875 – serie 00289/SP que no dia 08/03/2023, foi caracterizado abandono de emprego, conforme Art 482 Letra I da CLT. Comparecer ao RH.

COMUNICADO
Em face da não possibilidade de contato em decorrência de ato de improbidade praticada com base no Art. 482 A da CLT, da Srta. Bruna Carolina Jarandilha, inscrita no CPF: 486.887.908-17, colaboradora da empresa Golden Cash Com. de Metais Ltda., CNPJ: 23.376.942/0001-74, foi dispensada por Justa Causa em 01/03/2023.

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

AMÉLIA COROA CASADA
P/homens ac.30 ☎ 982703000

Felipe Matos felipe@felipematos.net

Crise do SVB e os seus efeitos

As startups passaram por um baita sufoco na última semana. Isso porque o Silicon Valley Bank (SVB), banco preferido de fundos e startups para guardar os investimentos, sofreu uma crise que culminou com o seu fechamento por reguladores dos EUA.

O aumento das taxas de juros pressionou a lucratividade do banco, que tinha muitos títulos de longo prazo atrelados a taxas mais baixas, enquanto estava sendo obrigado a pagar juros mais altos a seus correntistas nas taxas atuais. O banco tentou fazer uma operação de venda de ações para injetar liquidez no caixa, mas já era tarde demais. Os rumores sobre uma possível quebra tomaram o mercado e dispararam uma corrida de saques. A resposta foi rápida. O Fed decidiu assumir as operações do banco e o FDIC, o fundo garantidor do órgão regulador, garantiria os depósitos até o limite de US$ 250 mil por conta. Aí começa o problema. Startups e fundos de investimentos costumam ter milhões em caixa, muito acima dos US$ 250 mil. Documentos não confirmados no WhatsApp chegaram a afirmar que o saldo médio das contas do SVB girava acima de US$ 4 milhões.

Com o dinheiro travado, talvez milhares de startups poderiam entrar em colapso, com a quebra do banco. Vale dizer que o impacto não se limitaria aos EUA. Muitas startups, inclusive brasileiras, têm investimentos de fundos estrangeiros no banco. Esta coluna apurou pelo menos um caso de startup brasileira com mais de US$ 10 milhões retidos, dentre vários outros. Eu mesmo estava prestes a abrir uma conta no SBV para a startup da qual sou cofundador, a Sirius.

> *Como um banco visto como uma das melhores instituições dos EUA colapsou em tão pouco tempo*

No final de semana, o Fed deu uma declaração que aliviou muito o sentimento de quem estava com recursos presos no SVB. Segundo o comunicado, o fundo garantidor irá reembolsar a totalidade dos depósitos. Apesar de não haver clareza sobre quanto nem como os recursos serão devolvidos, a operação acalmou os ânimos do próprio mercado, que poderia reagir mal, num movimento que poderia gerar onda de baixas e quebras no setor de tecnologia.

Se, por um lado, startups e fundos parecem respirar aliviados, por outro, fica a dúvida sobre como um banco que era considerado entre as melhores instituições dos EUA chegou ao colapso em tão pouco tempo – e como proteger o sistema bancário do país para evitar novos casos. Em uma sociedade cada vez mais globalizada e interconectada, crises como essa crescem com velocidade impressionante e capacidade de impacto global. ●

ESPECIALISTA EM EMPREENDEDORISMO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. É CONSULTOR, PALESTRANTE E SÓCIO DA FACULDADE SIRIUS

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Conexão Medicina

Einstein inaugura laboratório para pesquisas em 5G na saúde

Hospital tem duas unidades de pesquisa para desenvolver soluções médicas com a quinta geração de redes móveis

BRUNA ARIMATHEA

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-7/3/2023

Com conectividade das redes 5G, a possibilidade de cirurgias remotas aumenta nos hospitais

Não é só na rua que a rede 5G é uma ferramenta de conexão importante: em breve, ela também vai ser um instrumento médico dentro dos hospitais. De olho na tecnologia, o Centro de Ensino e Pesquisa Albert Einstein está inaugurando dois laboratórios para testes de uso da rede em saúde. A intenção é que no futuro ela possa viabilizar serviços como cirurgia digital e suporte remoto em emergências médicas.

As unidades estão em dois locais de São Paulo – uma delas, no Eretz.bio, centro de inovação e negócios do hospital. "Começamos a olhar para o 5G há um ano e meio e decidimos criar um ambiente com estrutura segura para desenvolver experimentos. Na saúde, somos treinados para não falhar, mas a inovação precisa ter um espaço para errar e aprender", afirma Rodrigo Demarch, diretor de inovação do hospital.

Parte das pesquisas não é exatamente novidade na rotina médica – a diferença agora é o 5G. A quinta geração de redes móveis chegou ao País em julho de 2022, com velocidade de conexão até dez vezes maior do que a geração anterior.

Em um dos estudos, o laboratório analisa o uso da tecnologia em um produto de inteligência artificial (IA) aplicada a imagens médicas. O projeto é uma plataforma que compara imagens de ressonância magnética para tentar prever os riscos de um acidente vascular cerebral (AVC). Hoje, essa plataforma funciona com a rede 4G, mas a pesquisa quer identificar se é possível ser mais eficiente com o 5G.

A nova geração de rede é capaz de melhorar a comunicação de sistemas, aparelhos e informações. Por conta da velocidade, o 5G se mantém estável mesmo com um grande número de aparelhos conectados ao mesmo tempo.

Além disso, a tecnologia é visada porque possui menor latência (tempo de condução da informação na rede). Na medicina, essa característica pode ajudar em uma cirurgia remota, diminuindo o tempo de resposta no comando de um robô pelo médico.

No laboratório do Einstein, porém, não é apenas a parte robótica que deve se beneficiar. Outra área menos futurista, mas ainda importante, é forte candidata a ser uma das primeiras a adotar a rede: a transferência de dados.

Com o desenvolvimento de equipamentos mais sofisticados – seja em imagens, radiologia ou mesmo análises mais extensas –, os produtos de diagnósticos se tornam arquivos mais pesados, às vezes com centenas de gigabytes. O 5G também pode agilizar a forma como esses documentos são transferidos.

> **Pesquisa**
> **O laboratório estuda o uso do 5G com inteligência artificial aplicada a imagens médicas**

NOVO CAPÍTULO. O laboratório não está sozinho na exploração do 5G. O InovaHC, centro de inovação em saúde da Universidade de São Paulo (USP), também conduz pesquisas que integram o 5G com serviços médicos. Segundo Marco Bego, diretor de inovação do InovaHC, já existem estudos ligados à rede pública e a parcerias privadas para testar a rede em ultrassonografias remotas.

"Esse tipo de tecnologia ajuda em locais onde não existem médicos especialistas. Assim, é possível ter remotamente um diagnóstico em tempo real e sem atrasos mesmo com o grande volume de imagens", explica Bego.

COBERTURA. Mas quem lidera a corrida pelo uso do 5G na saúde também precisa encarar outro desafio além da medicina: como se trata de uma tecnologia relativamente nova, a rede ainda não tem abrangência em todo o País, o que pode dificultar a implementação das descobertas na prática. De acordo com o Ministério das Comunicações, até novembro de 2022 apenas 24% da população brasileira tinha acesso à nova geração, restrita às capitais.

Além disso, ainda é preciso avançar no campo da pesquisa para que a tecnologia se torne popular dentro dos hospitais. Para Demarch, porém, o caminho está em vias de pavimentação para que o 5G possa, de fato, mudar a forma como a medicina opera atualmente.

"O 5G tem um impacto importante, ele vem como um habilitador. Muitas coisas já eram possíveis com o 4G, mas nós entendemos que, com essa nova rede, vai existir uma maior precisão e uma estrutura mais adequada para a realização dos processos", afirma Demarch. ●

Música **Lançamento**

‘Vem Doce’, de Vanessa da Mata, é um caldeirão de ritmos

Décimo álbum da cantora, produzido por ela mesma, tem reggae, pop, trap e samba, e será divulgado em turnê prevista para maio

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O papo da reportagem do **Estadão** com a cantora e compositora Vanessa da Mata, em sua casa em um fim de tarde, foi interrompido por um casal de rolinhas que procurava uma árvore no quintal da artista, na zona oeste de São Paulo.

“É um bom sinal”, disse a cantora. Naquele momento, Vanessa falava da canção *Foice*, uma das doze músicas inéditas do álbum *Vem Doce*, recém-lançado por ela – o sétimo de estúdio e o décimo na carreira. O disco será divulgado em turnê prevista para começar no dia 26 de maio, em São Paulo.

A letra de *Foice*, assinada só por Vanessa, fala sobre sincretismo religioso. Versa também, em ritmo de afrobeat, sobre injustiças sociais, da corrupção entranhada na política, da ganância do agronegócio, além de bradar contra o racismo.

Vanessa sabe bem o que quer dizer com ela. Aprendeu desde cedo, com a avó católica e benzedeira – que via espíritos e morria de medo do julgamento da Igreja, – que a diversidade existe e tem de ser respeitada. Nessa época, o pai lhe trazia discos de Roberto e Erasmo Carlos, de rock brasileiro e sertanejo. Ele queria que Vanessa fosse uma cantora sertaneja. O “lado preto” da família, o da mãe, lhe oferecia brasilidades diversas.

CALDEIRÃO. No álbum *Vem Doce*, esse múltiplo aparece no caldeirão de ritmos que Vanessa – é ela quem assina a produção do álbum – buscava para o trabalho: reggae, pop, trap e samba.

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Vanessa traz a influência do sincretismo religioso da avó

“Eu queria estar perto da crônica e da literatura (*diz ela, sobre as letras*), mas também trazer o movimento dos ritmos. Penso que nós ainda temos – e os compositores homens também – certa dificuldade em mostrar a vastidão rítmica aliada a letras coerentes, que discutam e provoquem reações”, explica.

Artista com uma trajetória de grandes sucessos, Vanessa discorre sobre os diferentes papéis da música: dançar, ouvir em casa ou servir de fundo para a conversa em um bar. Refletir ou entreter. “Minha intenção era geral”, disse.

Vem Doce é um R&B abrasileirado, que fala de amor e sensualidade, feito em parceria com o produtor e beatmaker carioca Papatinho. Ele e Vanessa se encontraram no estúdio e, em uma hora, segundo ela, fizeram 41 músicas. Apenas *Vem Doce* – ou “vem com tudo”, como explica Vanessa sobre a intenção da expressão – entrou nesse disco. ●

MATÉRIA SOBRE O LANÇAMENTO DO DISCO ‘VEM DOCE’ SEGUE NA PÁGINA C2

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Trajetória

'Vamos ser sinceros, envelhecer é muito difícil'

Em 2023, Malu Mader celebra 40 anos de carreira e foi com este gancho que a Riachuelo convidou a atriz para estrelar sua nova campanha – que marca também o novo momento da marca, de se posicionar como uma plataforma de conteúdo. Com diversos papéis icônicos, Malu traz em sua trajetória participações nas principais novelas da dramaturgia brasileira. Ao longo dos anos, suas personagens marcaram gerações e pautaram o imaginário nacional. Em conversa com a repórter **Sofia Patsch**, a atriz contou quais foram os pontos altos e baixos da carreira e como lida com a idade. Leia a seguir.

Quais as lembranças mais positivas dos seus 40 anos de carreira?

Com certeza as relacionadas aos atores e atrizes que admirava, que me inspiraram a seguir essa profissão e com quem tive a alegria de contracenar em inúmeros trabalhos ao longo desses 40 anos, como por exemplo: Luis Gustavo, Francisco Cuoco, Dina Sfat, Gloria Pires, Fernanda Montenegro, Marília Pera, Paulo José, Claudio Correa e Castro, Yara Cortes e Natália Timberg. E claro, ter trabalhado em novelas escritas por Gilberto Braga, Janete Clair e Cassiano Gabus Mendes.

E os pontos negativos?

Em qualquer trabalho existem adversidades, mas ser atriz é tão bom que prefiro lembrar das inúmeras alegrias que essa escolha me trouxe.

Como lida com a fama?

BOB WOLFENSON

Clicada por Bob Wolfenson, Malu Mader posa para Riachuelo

Gostaria de ter aceitado a fama com mais tranquilidade e desenvoltura. Apesar de compreender que sim, a fama e suas consequências são parte indissociável dessa profissão, e até desejada, sempre me incomodou o desrespeito à privacidade e a superexposição.

"Gostaria de ter aceitado a fama com mais tranquilidade e desenvoltura. Ela é parte indissociável da profissão que escolhi"

E com a idade?

A idade também é um grande desafio. Principalmente nessa profissão. Vamos ser sinceros, envelhecer é muito difícil. Mas é possível encarar de um jeito mais leve. Tento aprender observando pessoas que envelheceram bem, com dignidade, sabedoria e inteligência. Quem ama a vida descobre as alegrias e prazeres de todas as idades. ●

Comida e arte

Restaurante japonês abre na SP-Arte

O Kitchin vai abrir uma unidade de pop-up dentro do Pavilhão da Bienal do Parque Ibirapuera, enquanto durar a 19ª edição da SP-Arte – em cartaz entre os dias 29 de março a 2 de abril. O restaurante de comida japonesa, do empresário Gabriel Abrão, terá sua 'filial artística' no segundo andar da Bienal, com 146 lugares. No menu, entram os já conhecidos pratos da casa, como o carpaccio de barriga de salmão (lâmina de salmão com azeite trufado, raspas de limão-siciliano e flor de sal).

LUCAS SILVEIRA

Cinema

Diretora carioca lança segundo longa

Sobrinha neta de Nise da Silveira, a diretora carioca Anita Rocha da Silveira lança amanhã, *Medusa*, seu segundo longa-metragem. O filme estreou na quinzena dos realizadores de Cannes, passou pelo Festival Internacional de Cinema de Toronto e teve uma boa trajetória internacional, com prêmios em festivais importantes. No Brasil, *Medusa* também foi o vencedor do Festival do Rio em 2021, como melhor filme, melhor direção e melhor atriz coadjuvante.

JOÃO ATALA

Bloco de Notas

● **NA PELE.** A atriz Rosana dará vida à compositora carioca Dolores Duran, ícone da MPB, na peça *Dolores – Minha Composição*, que estreia no Itaú Cultural no dia 23. A temporada segue até 16 de abril.

● **ENTRE AMIGOS.** O chef Thomas Troisgros vai receber os chefs e amigos, Ivan Ralston (Tuju, SP) e Elia Schramm (Babbo Osteria, RJ), na cozinha do Chez Claude, em São Paulo, para um jantar especial assinado pelos três. No dia 29, terça-feira.

Música ***Lançamento***

Para seu novo disco, Vanessa da Mata convida jovens talentosos

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O rapper L7nnon, pupilo do produtor musical Papatinho, é um dos convidados do álbum *Vem Doce*, de Vanessa da Mata. O músico está sempre entre os artistas mais ouvidos das plataformas de streaming, a cada canção que lança. Juntos, L7nnon e Vanessa escreveram a faixa *Fique Aqui*. Ela confessa que queria algo mais comercial.

Única regravação do álbum, a canção *Comentário a Respeito de John*, de Belchior e José Luiz Penna, é dividida com o cantor João Gomes, jovem pernambucano e líder do chamado piseiro, um derivado do forró com elementos do funk.

João, de 20 anos, conta Vanessa, é seu fã. E também de Belchior, assim como de Luiz Gonzaga. "Ele tem uma cultura musical invejável. A voz dele é de velho, no sentido do grave. É raro ter um menino dessa idade que sabe o que é o aboio ou cantar uma música do Gonzaga dos anos 1950", elogia a cantora. "A voz dele tem a ancestralidade nordestina", completa ela.

A canção, que repete a máxima dos Beatles de que "a felicidade é uma arma quente", encaixa-se no álbum tanto na diversidade rítmica quanto para o que Vanessa queria dizer ou "escrever pelos muros do País".

INFLUÊNCIAS. O olhar para o novo não impede Vanessa de mostrar que continua de braços dados com suas primeiras influências musicais. O samba-rock *Oi*, parceria inaugural com Marcelo Camelo, tem acento "jorgebenjoriano", sobretudo no violão tocado por Maurício Pacheco.

Vanessa retoma a parceria com Ana Carolina, após mais de 20 anos. *Eu Repetiria* tem versos românticos, tema também do samba *Me Liga*.

Entre as faixas com vocação literária, está *Menina* (*Deus Te Dê Juízo*), parceria com Ilan Adar, sobre uma garota dividida entre tentações mundanas e a proteção das orações feitas pela madrinha. A música era para Maria Bethânia gravar, mas o disco da cantora baiana já estava pronto.

Outro velho conhecido de Vanessa é o músico Jaques Morelenbaum. Ele toca violoncelo em *Face e Avesso*, que encerra o álbum. Uma faixa de forte discurso político e social, acentuado pelo toque inconfundível de Morelenbaum. ●

Visuais *Exposição*

Paulo Pasta abre a nova Galeria Millan, com telas abstratas de pequeno formato

Sua exposição Pintura de Bolso traz novas formas derivadas das peças de dimensões arquitetônicas que marcaram sua obra

ANTONIO GONÇALVES FILHO

FOTOS TIAGO QUEIROZ/ ESTADÃO

1. Paulo Pasta e sua nova série de telas de quadrados

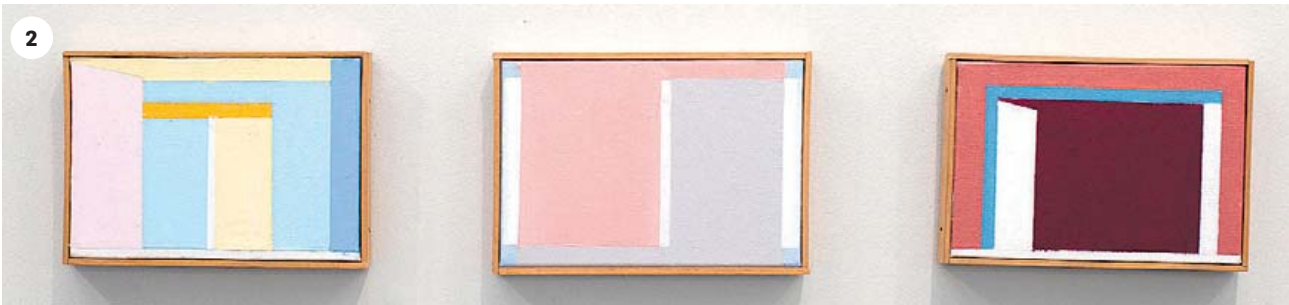
2. Formas remetem às suas pinturas de grande formato

São 50 anos de pintura desde que Paulo Pasta, aos 13 anos, decidiu que não seguiria outro caminho além da arte. Ao comemorar meio século de atividade como pintor, ele abre nesta quinta-feira, 16, às 18h, o novo espaço da Galeria Millan com a exposição Pintura de Bolso. São 90 telas medindo 10 x 15 centímetros, as mesmas dimensões que tinham os pequenos livros de salmos da Idade Média. No entanto, antes de buscar correspondência com as miniaturas medievais, Pasta, conhecido por telas de dimensões arquitetônicas, não fez da experiência de pintar telas pequenas um exercício miniaturista.

Para começar, as cores de cada uma dessas telas são contraexemplos do neoplatonismo de Marsilo Ficino, filósofo florentino da época dos Medici, célebre por reconciliar a teologia cristã com o pensamento platônico. Nas pinturas de Paulo Pasta, a luz não tem a dimensão sobrenatural do 'fiat lux' bíblico – até mesmo porque o pintor é assumidamente agnóstico.

Pasta está mais próximo da teoria difundida por Paul Klee, que, professor da Bauhaus, assegurava: a luz vem da total escuridão. Os tempos do neoplatonismo ficaram para trás, segundo Klee e Pasta: suas cores são "sofridas" – no caso de Klee, lunares; no caso de Pasta, enganosamente solares.

"A cor é um estado para mim", diz o pintor, evocando o dramaturgo Samuel Beckett para explicar que esse cromatismo (ainda que luminoso) vem da aceitação do erro como elemento constitutivo da pintura. Beckett dizia: "Tente de novo, falhe novamente, falhe melhor". Pasta, professor de pintores como Lucas Arruda, seu ex-assistente, usou o conselho de Beckett e seguiu seu espírito pedagógico para organizar a nova exposição de suas "pinturas de bolso".

CONTRAMÃO. Em tempos de espetacularização da arte, de projeções gigantescas em mostras imersivas, Pasta caminha na contramão. O pequeno formato dessas telas traduz a progressiva interiorização de sua pintura, das paisagens metafísicas dos anos 1980 à nova organização espacial das telas mais recentes.

Algumas novas formas nasceram de descobertas em pinturas mais antigas suas. Entre as 14 séries presentes na exposição, uma delas, em especial, deve significar para Pasta o que uma tela como *Diante das Portas de Kairouan* (1914) representou para Paul Klee, uma ruptura ditada pela ordem geométrica (que levou o pintor suíço à abstração). No caso de Pasta, os quadrados presentes nessa série foram sugeridos por uma das formas mais conhecidas do pintor: a cruz (sem ligação direta com o símbolo cristão).

Ao destacar a parte superior dessa cruz, surgiu automaticamente a figura do quadrado – símbolo gráfico associado à multiplicação, em que luz e escuridão, matéria e espírito, se encontram.

Essa série, que usa o quadrado em diferentes construções, pode ser associada a um movimento histórico da arte moderna brasileira, o construtivismo, do qual Paulo Pasta descende (como os concretos e neoconcretos). Mas, entre projeto e realização, lembra o pintor, citando Duchamp, "existe a arte, o imponderável".

Sua "pintura de bolso' evitou a influência semântica da noção de "pequena dimensão" das miniaturas medievais – e, nunca é demais lembrar, a arte dos povos bárbaros, convertidos ao cristianismo, já era portátil, feita de objetos pequenos, porque dimensão também era 'pathos', sofrimento – exato como as cores.

Síntese

Pintor persegue a concisão da boa poesia em sua pintura, que busca a cor resistente à evidência

Sobre a nova série de quadrados de Pasta vale ainda observar que a presença dessa figura geométrica remete a uma concepção intransitiva, imanente, que marcou tanto os antigos como os modernos – basta dizer que as composições com quadrados do holandês Mondrian reverberaram nos metaesquemas do Oiticica do período neoconcreto.

CENTRO. As pinturas de Pasta guardam a memória topográfica de uma metrópole que perdeu seu centro, tornando-se policêntrica. Aí reside a contemporaneidade dessas pequenas telas. É também "a busca tentadora de que o ilimitado caiba no mínimo", como escreve o professor Davi Arrigucci Jr., no texto do belo catálogo da mostra, que reproduz nas mesmas medidas as pinturas da mostra.

Essas telas estão ainda estreitamente ligadas à natureza sintética da poesia (Pasta é um grande leitor, orador e escritor). "Gosto da síntese, mais que do poema em prosa", resume, esclarecendo que não se identifica com a pintura retórica atual, preferindo a concisão, o silêncio, de Stanley Whitney, pintor abstrato afrodescendente americano que usa cores vibrantes para desbloquear a estrutura linear da grade. Whitney tem íntima conexão com a pintura de Mondrian.

"Não quero fazer citação nem transcriação de nenhum pintor, mas, claro, a Itália imemorial está presente na minha pintura, assim como na de Volpi. Sou filho do moderno, fui formado nessa escola, mas quero olhar para a frente. O recuo é segurança, mas não é só isso. Meu trabalho quer a desmesura, a cor opaca, turva, que demora para se evidenciar", conclui, citando como referência o cromatismo atmosférico de Bonnard e o uso da cor como linguagem – como na obra da americana de origem libanesa Etel Adnan, tardiamente reconhecida.

Um detalhe a ser notado entre muitos outros: as molduras, desenhadas pelo assistente de Paulo, o também pintor Renato Rios, funcionam como a cornija de que falava Poussin: são como uma cerca, fazendo com que o olho se concentre na pintura e não no conjunto, pois cada peça da exposição tem existência autônoma.

Paulo Pasta: Pintura de Bolso
Galeria Millan.
R. Fradique Coutinho, 1.430, tel. 3031.6007 Abre na quinta (16), 18h/22h. 2ª./6ª, 10h/19h; sábados, 11h/15h. **Até 29/4.**

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Na contramão

Data estelar: Sol e Netuno em conjunção

A inteligência artificial pode simular todo o conhecimento enciclopédico da academia das redes sociais e ser tão verossímil quanto os milhões de pessoas que são inconscientes ambulantes e assim, pelo poder da maioria, declararmos ser a tecnologia um grande avanço da civilização, olhando sem saber o que fazer enquanto os artifícios do inconsciente se tornam dominantes nos relacionamentos sociais.

Essa é a contramão da história, porque se trata exatamente do contrário, de impedir que o inconsciente seja o mandatário de nossas existências e destinos; se trata de aniquilar o que é artificial em nós, porque é por aí que adoecemos e maltratamos a todos; se trata de sermos verdadeiros, conscientes ativistas de nossas paixões e determinações viscerais, as pessoas que realmente somos. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Faça seu jogo, mas cuide para que ninguém saiba o que você pensa realmente, nem qual é sua verdadeira estratégia. Guarde as coisas mais importantes só para você, porque neste momento sua alma anda em terreno movediço.

TOURO 21-4 a 20-5

O poder da maioria nem sempre vai ao encontro do que você desejaria fazer acontecer, mas assim são as coisas, e se a voz do povo é a voz de Deus, talvez as contrariedades sejam um sinal divino que seria melhor atender.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Esperar elogios seria inútil, porque apesar de você se esforçar para fazer tudo dar certo, ainda assim as pessoas envolvidas se distraem com outras coisas e perdem de vista sua importância. Não importa, faça sua parte.

CÂNCER 21-6 a 21-7

A visão ampla dos fatos e das pessoas envolvidas é tudo que sua alma precisa para navegar por este momento, que é de águas turbulentas e perigosas. É desnecessário definir qualquer coisa que o valha, só navegar.

LEÃO 22-7 a 22-8

Tenha em mente que suas atitudes e palavras exercem potente influência nas pessoas, e que isso fica evidente nas reações delas, nem sempre agradáveis. Procure aceitar essas reações como a prova de sua influência.

VIRGEM 23-8 a 22-9

É preciso ter clareza a respeito da natureza das pessoas envolvidas nesta parte do seu caminho, considerando que algumas de largo sorriso são na verdade hipócritas que fazem de tudo para boicotar seus avanços.

LIBRA 23-9 a 22-10

São tantas pontas soltas que se apresentam ao mesmo tempo que dá a impressão de que tudo se descontrolará, porém, você verá que essa primeira impressão não vingará, e que você encontrará um jeito de fazer tudo dar certo.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Você pode seguir a voz da teimosia com que seus desejos falam, mas também você pode ouvir a voz da razão, que apresenta hipóteses alternativas que tornam o panorama um pouco mais leve e fácil de administrar.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Ao você defender seus princípios, defenderá também a natureza dos relacionamentos em que sua alma está envolvida. Cuide para não se confundir, não há salvação individual para ninguém, só há salvação coletiva.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Está em andamento a construção de um estilo de vida, e isso não depende de golpes de sorte ou de eventos ribombantes, mas de você criar uma rotina que atenda aos seus interesses e satisfaça seus desejos. É por aí.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Sempre haverá alguém por aí cobiçando o que seja seu, porque o respeito mutuo é uma moeda rara nos relacionamentos humanos de hoje em dia. Porém, isso não significa que você deva ficar de guarda armada a todo momento.

PEIXES 20-2 a 20-3

Cada ato empreendido frutifica nas inevitáveis consequências, gostando você disso ou não. Tenha isso em mente, porque não há nada parecido com almoço grátis entre o céu e a terra, tudo tem um preço, nem sempre evidente.

Cinema **Bastidores**

Keanu Reeves: "Fazer 'John Wick 4' foi quase como dançar balé"

Ator falou sobre sua experiência em viver assassino de aluguel que enfrenta adversários em Paris

O ator canadense Keanu Reeves volta às telas de cinema na próxima semana para um quarto capítulo da franquia *John Wick*, um filme de ação em ritmo acelerado que, segundo ele, é "quase como um balé".

"Sempre sonhei em atuar em Paris e voltar aqui é maravilhoso", contou à AFP enquanto passava pela capital francesa para promover o novo filme.

A última vez que o ator gravou cenas em Paris foi há mais de 35 anos, em *Ligações Perigosas* (1988), de Stephen Frears, uma história de amor que se passa na França do século 18.

Desde então, Keanu Reeves seguiu outro rumo, cada vez mais voltado para o suspense, primeiro com a franquia *Matrix*, agora com o brutal, mas elegante *John Wick*, um assassino de aluguel que neste novo filme enfrenta seus adversários em cartões-postais como Montmartre e o Arco do do Triunfo.

"Adoro um bom filme de ação", confessa. "Poder filmar em frente ao Sacré-Coeur, em Montmartre, filmar à noite nas ruas... tudo isso foi muito especial", disse. "Usamos a tecnologia digital, mas gostamos mais do movimento visceral dos corpos, da violência em carne e osso. Foi quase como dançar balé", acrescenta.

A trama inicial do primeiro filme *John Wick* (2014) parecia sem graça: um assassino que decide vingar a morte de seu cachorro. Entretanto, seu papel e as reviravoltas na história se tornaram um dos mais bem-sucedidos trabalhos do ator.

"O papel em *Matrix* foi fantástico, uma experiência que mudou a minha vida quando eu era jovem. *John Wick* é mais para a minha meia-idade, para os meus 50 anos", conta ele. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"Somos seres a quem o erro degrada, mas pode ensinar"* **J. L. N. Martins**

Roberto DaMatta
A exigência do cargo

Encontro no filósofo alemão Arthur Schopenhauer uma citação intrigante do escritor romano Públio Siro. No livro *Sentenças*, ele proclama: "O juiz é condenado quando o culpado é absolvido".

O que seria do nosso inconsistente sistema legal se esse romano examinasse a jurisprudência nacional? Um sistema em que, para muitos, o político teria contaminado o legal e, para outros, ocorreu o justo oposto. Quantos juízes deveriam ser condenados pela sentença do pensador romano?

Os últimos acontecimentos envolvendo presidências revelam a indiferença pelo elo entre cargos públicos excepcionais e os indivíduos que os ocupam. É notável a desenvoltura com a qual o ocupante os comanda, em vez de ser por eles comandado. É claro que cada ator vive o papel a seu modo. Mas – e esse é o ponto – nenhum tem o direito de sequestrá-lo, ignorando as suas demandas materializadas em "conflitos de interesse", algo escamoteado entre nós.

O nosso republicanismo está farto de sequestros. O mais delituoso é o "golpe" que, pela força, impinge em papéis públicos a serem desempenhados por competição democrática, um ator estranho dentro da balela de que é preciso alguém "de fora" da política para "moralizar" a "política"... Uma falácia fundada no salvacionismo populista que vive reencarnando santidades.

Nessa atitude some o compromisso entre o ator e o papel, algo que Jair Bolsonaro, na sua atuação como presidente, tornou ofensiva e inaceitável. O que chamamos de "autoritarismo" – esse fascismo cordial que abriga a má-fé jurando ficar do lado do povo – tem como núcleo a apropriação do papel pelo ator. Dimensão facilitada pelas prerrogativas aristocráticas que o republicanismo concedeu ao cargo de presidente como "o supremo mandatário do País".

O abominável destino de ver o mesmo filme – mocinhos viram bandidos, eleitos prometem paz e mudança, repetindo velhas estratégias – prova a importância de se discutir as exigências dos cargos e dos seus encargos: o seu peso sobre os atores!

Se os que ocupam papéis públicos enraizados na impessoalidade pensassem que os costumes (os encargos ocultos do parentesco, amizade e do companheirismo ideológico) não têm suas exigências, o nepotismo seria oficial e "legal". E a figura do "conflito de interesses" perderia o sentido.

Mas como honrar uma democracia sem a impessoalidade que pune o crime a despeito de quem o cometeu e garante a negros, pobres, velhos e mulheres o direito de disputar um cargo público?

A igualdade perante a lei é o sinal maior da impessoalidade que os jornais diários desmentem quando revelam a tentativa de Bolsonaro de se apropriar dos mimos dados ao "presidente" e, supomos, não ao ocupante da Presidência. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas http://bit.ly/3Lnmeum

Profissão de Ivete Sangalo; O fruto da jaqueira; Aroma de incensos; Animal de pele grossa com um só chifre; Encrencado (pop.); Deteriorada pelo uso (a roupa); (?) móvel, moderna ambulância; Aquele que dá garantia em título de crédito; Ocasionalmente; Encher de desgosto; Ousadia (fig.); Percorrer; A via de uso da pílula; É composta por sete dias; Brincadeira de torcidas em estádios; Retumbar; Peça que veda garrafas; Vazias por dentro; Derramar lágrimas; Pronome demonstrativo masculino; Jogo de derrubar pinos com a bola; Aposento das odaliscas; Tiago Nunes, técnico (fut.); Doce símbolo de aniversários; Anatomia (abrev.); Poente; ocidente; O último mês da gestação humana; (?) Castro, atriz carioca; Sentimento altruísta; Onde está? (bras.); Parque (?) atração turística do Rio; Da cor do leite (fem.); Sua capital é Vitória (sigla); Com ela se pintam sepulturas: C A L; Seguir em frente; Goma de mascar (p. ext.); Ponto de saque; Opõe-se a "out"; Arco para os cabelos; Consoantes de "lema"; Hot (?), iguaria de festas infantis; Exame do MEC para o Ensino Médio; A camada externa do corpo

BANCO 2/in. 3/dog. 5/frito — harém. 6/chicle — láctea.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o principal torneio intercontinental de clubes de futebol da Europa.

Alimento preferido das morsas.	1	2		3	4	5	2
Inscrever como sócio ou membro.	6	7		8	9	6	10
Sucesso de Caetano Veloso.	11	9		10	12	4	6
Espingarda; fuzil.	5	8		13	9	14	6
Cidade correspondente ao "D" do ABCD paulista.	15	9	6		12	1	6
A escola literária das antíteses.	16	6	10	10		5	2
Vértebras (?): são doze, no homem (Anat.).	15	2	10		6	9	4
Anel de cabelo.	5	6	10	6		2	8
Veste muito surrada.	7	6	10	10		17	2
Indivíduo contra quem se comete qualquer crime (jur. pl.).	13	9	11	9		6	4
Neoformações pediculadas que surgem em mucosa (Med.).	17	2	8	9		2	4
(?) de espírito: a astúcia.	6	18	3	15		19	6
Figuras de estandartes de antigas famílias.	16	10	6	4		12	4
Afirmação categórica.	5	12	10	11		19	6
Atleta que pratica argolas.	18	9	14	6		11	6

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku http://bit.ly/3ZDfxbH

Nível Fácil

2		9			4			5
	6			2			9	
		7	9		3	6		4
3		2				5		
	9						7	
		4				9		1
8		5	1		6	3		
	7			9			6	
9			8			1		7

SOLUÇÕES

Charles foi mordido nos dois braços; 5 dias depois, o surfe foi proibido na área

Foram três casos no último mês, mas já são 77 desde 1992, quando começaram os registros oficiais

PE: as razões dos ataques de tubarão

MONICA BERNARDES
KATHARINA CRUZ
ESPECIAIS PARA O ESTADÃO

Charles Heitor, de 46 anos, Thiago Augusto, de 37, e Pablo Diego, de 39, compartilham um trauma difícil de superar: os três sobreviveram a ataques de tubarões no litoral de Pernambuco. No último mês, a história se repetiu, mais uma vez de forma grave, para três pessoas, duas delas adolescentes de 14 anos. Os três ataques voltaram a acender o alerta sobre os motivos de os acidentes desse tipo serem tão comuns ali.

Em Pernambuco, foram 77 incidentes com esses animais, desde 1992, quando começaram os registros oficiais. Desse total, 26 vítimas morreram e 51 sobreviveram com sequelas ou amputações. Dos casos, 67 ataques ocorreram em cidades da região metropolitana e outros 10, no Arquipélago de Fernando de Noronha. Os especialistas em biologia marinha são unânimes em afirmar que "não há uma causa única" e sim "um conjunto de fatores" que tornam a região mais propensa a essas ocorrências.

De acordo com a pesquisadora Mariana Azevedo, coordenadora do Núcleo de Pesquisa Fábio Hazin, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), entre os fatores apontados como "principais" estão a topografia do litoral, com canal profundo perto da costa e antes dos recifes de coral, o que facilita a passagem dos tubarões quando a maré sobe, a escassez de comida – provocada, em grande parte, pela degradação ambiental que atinge os canais –, a construção e ampliação de complexos portuários na região (o porto de Suape, que começou a operar em 1983, já foi apontado por especialistas, em ocasiões anteriores, como um fator de mudança do comportamento da biodiversidade marinha na região), e o crescimento dos índices de esgoto lançados clandestinamente.

Sobreviventes
Quem venceu a luta contra os animais lembra os ataques e falta de amputações e de recomeço

Procurada, a assessoria de comunicação do Porto de Suape informou que toda a condução do tema relativo aos trabalhos que envolvem os ataques de tubarão está sendo coordenada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

RISCO ASSUMIDO. Ainda segundo o Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes

LEO CALDAS / ESTADÃO

→ com Tubarões e outros especialistas consultados pela reportagem, a falta de respeito de banhistas e surfistas à sinalização e às orientações dos bombeiros sobre a proibição de práticas esportivas, mergulho e banho em trechos considerados "críticos" também propiciam a ocorrência de ataques. "A falta de educação ambiental é um fator importante nessa questão e não pode ser deixada de lado. É evidente que é preciso reforçar as medidas de proteção, investir na ampliação e manutenção da sinalização e retomar os estudos e pesquisas sobre os tubarões, que estão parados há anos. Mas não podemos deixar de enfatizar que a maioria dos ataques acontece em áreas sabidamente críticas, onde já foram registrados ataques, nas quais em boa parte há sinalização e alerta constante feito por profissionais do Corpo de Bombeiros", afirma o professor de Biologia Andrey Freire, que tem um canal no YouTube onde compartilha dados, pesquisas e informações sobre tubarões.

Como explicar, continua ele, a insistência de pessoas em entrar no mar, minutos após os ataques mais recentes, "fazendo com que os bombeiros literalmente tenham de tirar um banhista à força de dentro da água"? "É preciso investimento do Estado na educação ambiental. A praia é um dos lazeres preferidos da população. Afinal, é de graça e refresca no calor imenso típico de nossa região. Mas é preciso aproveitar o mar com consciência."

SEQUELAS. Mas nem sempre existiram avisos. Charles Heitor Barbosa Pires surfava com amigos em 1.º de maio de 1999, um sábado nublado, na Praia de Boa Viagem, Recife, quando foi atacado. Ele estava sentado na prancha quando sentiu algo grande se aproximando – teve vontade de voltar para a areia, mas não deu tempo. "O tubarão pegou na minha perna, me levou para o fundo e começou a me jogar de um lado para o outro", lembra. Ao tentar reagir, foi mordido nos dois braços. "Eu já sabia que minha situação era grave porque ele arrancou na hora", diz ele, que foi resgatado por salva-vidas.

Cinco dias após o caso, o surfe foi proibido na capital e em Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Cabo de Santo Agostinho. Na mesma ocasião, as placas alertando sobre o risco de tubarão, hoje comuns nas orlas das praias, começaram a ser instaladas. Socorrido no Hospital da Restauração, referência em atendimento de urgência, Pires teve os dois braços amputados – foi o início da dolorosa recuperação. Com troca de curativos semanal e dores frequentes, passou por uma fase de negação.

PEDRO DE PAULA/CÓDIGO19–12/3/2023

Zona de perigo
No litoral de PE, desde Olinda até o Cabo de Santo Agostinho, há 36 quilômetros considerados de risco de ataques por tubarões.

"Eu não acreditava, para mim era um pesadelo."

Em 2012, 13 anos após o acidente, o ex-surfista ganhou uma causa inédita na Justiça e recebeu próteses biônicas importadas da Escócia, custeadas pelo Estado. Avaliadas em R$ 654 mil na época, elas permitiram a Pires voltar a executar movimentos básicos dos dedos, como segurar objetos. "Comecei a cursar Direito e, com ajuda de um professor, entrei com uma ação judicial. Não tive nenhum tipo de assistência, nenhum apoio do Estado, nem do Cemit, que é o Comitê de Monitoramento de Incidentes com os Tubarões, aqui no Recife", disse.

No ano passado, ele voltou a brigar na Justiça por uma nova prótese. Desde 2014, a garantia da sua mão biônica expirou. "As próteses que são fornecidas pelo SUS (*Sistema Único de Saúde*) já não me servem. Então, procurei a Justiça, justamente para ter uma prótese de qualidade", explica. Ele fundou a Associação das Vítimas de Ataques de Tubarão (Avituba), em que ajuda sobreviventes na busca por próteses.

OUTROS CASOS. Próteses, infelizmente, não são um problema pontual. Enquanto praticava bodyboarding com amigos na Praia de Pau Amarelo, no município de Paulista, Região Metropolitana do Recife, Thiago Augusto da Silva Machado foi mordido na perna esquerda por um tubarão tigre, conhecido pelos ataques agressivos em praias, em abril de 2003. Como estava a cerca de 800 metros da faixa de areia, precisou esperar uma "catraia", um tipo de barco pequeno, passar para pedir ajuda.

Levado ao Hospital da Restauração, Machado, que tinha apenas 17 anos na época, tinha a perna dilacerada e precisou passar por uma amputação. Nos primeiros dias, teve dificuldades para se aceitar, mas, por meio da fisioterapia, começou a se adaptar à realidade. "Cheguei a passar por psicólogos, mas não precisei de muitas sessões. Me adaptei muito rápido às próteses", diz.

Pouco tempo após a alta, ganhou prótese pela AACD, que dá apoio a crianças com deficiência. Foram dois anos para se adaptar. "Não recebi auxílio do governo", esclareceu. "O governo deveria dar assistência às vítimas e não dá." Procurado para falar da assistência a vítimas de ataques, o governo nada comentou.

No próximo dia 15, o ataque sofrido pelo potiguar Pablo Diego Inácio de Melo na praia de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, completa cinco anos. Ele teve a perna e o braço direitos amputados. Com os tendões rompidos, o braço esquerdo também foi afetado. Só em 2021, três anos após o ataque, foi expedido decreto municipal proibindo o banho de mar nas proximidades da Igrejinha de Piedade. Na ocasião, mais dois ataques ocorreram, com uma morte.

O incidente envolvendo Melo ocorreu enquanto o rapaz tomava banho depois de jogar bola com alguns amigos na praia. A maré estava cheia e o tempo, chuvoso. Ao entrar no mar, não foi tão fundo, apenas o suficiente para retirar a areia do corpo. Com a água abaixo da cintura, foi surpreendido por um tubarão tigre. Ele foi mordido na perna direita e tentou se defender com os dois braços, que acabaram sendo atingidos também. "Comecei a bater nele para soltar minha perna, não sei se foi no olho ou nariz. Quando ele sentiu, soltou meu braço", relembra.

Foi levado ao Hospital da Restauração, onde ficou cerca de um mês internado e passou por seis cirurgias. Com quadro grave, precisou da ajuda de aparelhos para respirar nos primeiros dias. "Pensei que não iria sobreviver pelo que passei, pelas dores que sentia, o sangue que perdi."

Alguns meses depois do incidente, Melo foi presenteado com uma prótese transfemural – utilizada em amputações acima do joelho – pelo médico Thiago Bessa, da Clínica Boa Viagem, no Recife, que conheceu o caso por meio de reportagem na TV. A fisioterapia é feita gratuitamente na clínica.

Fatores contribuintes
Topografia, escassez de comida, construção e ampliação de complexos e esgoto clandestino estão entre as causas

Mas, entre idas e vindas do Rio Grande do Norte para o Recife, a conta sai cara, com gastos com locomoção e hospedagem. "Quando vou para o Recife, passo um aperto tremendo porque não tenho família (*a mulher e os filhos seguiram outro caminho após incidente*)", diz.

MAPEAMENTO. Desde que os registros oficiais de ataques foram iniciados, em 1992, foram contabilizados 77 casos. No litoral de Pernambuco, desde o município de Olinda até o Cabo de Santo Agostinho, há 36 quilômetros considerados de risco por ataques de tubarões.

De acordo com a pesquisadora Mariana Azevedo, a topografia da região, especialmente no trecho entre a Praia do Pina, na zona sul do Recife, e a Praia do Paiva, no Cabo, favorece a presença dos tubarões na costa, perto da faixa de areia. "Existe um canal profundo que fica perto da costa onde os banhistas tomam banho. Ele fica antes dos recifes de coral. Quando a maré sobe, esses animais conseguem passar por cima dos recifes."

Ainda segundo a especialista, a frequência de ataques tem relação com a construção de empreendimentos de grande porte na região costeira e com a degradação ambiental local, principalmente o aterro de áreas de mangue e a poluição. "Os tubarões saem do mar aberto e se aproximam da costa por alimento. Além disso, costumam ter a atenção atraída por dejetos atirados no mar, como sacolas e garrafas plásticas. Ao avistarem esses objetos, costumam ir atrás e, muitas vezes, chegam próximo da região de banhistas." ●

Leandro Karnal
Meu tipo inesquecível

Alguém se lembra da revista *Seleções* de Reader's Digest? A seção Meu Tipo Inesquecível era ótima. Hoje, escrevo sobre alguém assim na minha vida.

Valderez Carneiro da Silva chega a mais um aniversário. Tem um privilégio que algumas pessoas não possuem na maturidade: a plena lucidez.

Valderez é tradutora. Exímia em várias línguas, destacou-se sobremaneira na de Shakespeare. Nativos do inglês já me disseram que, ao ouvi-la, não perceberam que ela é brasileira. Manteve para sempre o tempo passado em Ohio. Eu já brinquei que o único defeito dela no campo anglófono seria falar muito corretamente e isso, hoje, é exótico.

Valderez é culta e leitora voraz. Ama música clássica. Chora com a Nona de Beethoven, tendo-a ouvido centenas de vezes. A suíte Scheherazade, de Rimsky-Korsakov, também a comove. Origem do afeto? Parte da família tem ascendência eslava, ou, quiçá, seja o amor ao texto das *Mil e Uma Noites*.

Valderez sempre foi excelente professora. Possui uma rara virtude profissional: seu enorme conhecimento no campo da tradução nunca foi usado para humilhar ou oprimir alunos. Valorizava todo esforço dos jovens tradutores na cabina.

Seus cabelos longos e suas roupas coloridas conferiam uma estilema notável para as turmas. Diziam que ela parecia uma animadora de torcida na sala. Segura de si, tinha paciência infinita com jovens. Acreditava que todos poderiam melhorar. Ela ressaltava que também não sabia tudo.

Val (pronunciamos Véu) é uma amiga leal. Essa é a virtude dela que mais me toca. Defende com fúria leonina (mesmo sendo de Peixes) seus amados. Chama-me de "amigo essencial". Em um mundo de surdos aos outros, ouve com paciência exemplar. Emociona-se com problemas alheios.

Val é uma mulher de fé. Reza muito por mim e deposita esperança na ressurreição com Jesus, na intercessão da Virgem Maria e na inspiração do Padre Pio de Pietrelcina. Agradeço a todos que se dirigem a Deus por mim. Sempre é um gesto de carinho.

"Você está exagerando, Leandro. E os defeitos?" Bem... ela gosta (muito!) de coentro, evidenciando que virtudes de conhecimento não são suficientes para alcançar equilíbrio no campo dos temperos. Não se pode ter tudo. A Bíblia não interdita o paraíso aos amantes dessa erva, e a ética de Aristóteles não deixa clara uma posição contra o coentro. Assim, aceito que seja minha melhor amiga, com limites de gosto.

Val faz aniversário no dia 16 de março. A vida dela tem sido um presente para todos nós. Happy Birthday, teacher! We need hope, and friends... ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Teatro Em Cartaz

Entre uma vida imóvel e o adeus, a difícil escolha de 'Amadeo'

Peça do francês Bellescize, dirigida por Nelson Baskerville, no Tucarena, aborda um tema sensível sem tomar partido

UBIRATAN BRASIL

Em 2008, o diretor francês Côme de Bellescize montou *Os Filhos do Sol*, de Gorki, drama ambientado na virada do século. Aos 28 anos, já estreava como dramaturgo. E ali buscava, em suas próprias palavras, "falar da atualidade, do mundo no qual vivia. Era o texto de um artista que estava se encontrando". Assim nasceu *Amadeo*, peça elogiada por artistas como Ariane Mnouchkine, do Théâtre du Soleil.

Dirigido por Nelson Baskerville, o espetáculo, em cartaz no Tucarena, tem seis atores que se distribuem em oito papéis para contar a história do rapaz de 20 anos que sofre um grave acidente de carro e fica paralisado – na verdade, fica preso em um corpo sem nenhuma autonomia, impossibilitado de se comunicar. O texto, baseado em um caso real, acompanha Amadeo, sua mãe, amigos e namorada na passagem de uma vida vibrante e cheia de sonhos para a imobilidade completa em um hospital – e levanta a questão da liberdade de escolha, a mais extrema, diante da morte. O elenco tem César Mello, Chris Couto, Cláudia Missura, Janaína Suaudeau, Thomas Huszar e, no papel-título, Thalles Cabral.

"Busquei uma história que tinha me marcado, o caso de Vincent Humbert: eu tinha mais ou menos a idade dele e o caso apareceu exaustivamente na imprensa, de maneira extremamente polarizada", continua Bellescize, em entrevista ao **Estadão.** "Cada lado tratava o outro de imbecil ou demônio. E mais: já sentia na sociedade ocidental a violência com os seres mais frágeis, pautando tudo no culto ao corpo, na performance."

REFERÊNCIAS. Apesar das fortes referências em Beckett (o personagem principal tem um 'duplo' chamado Clov, como em *Fim de Jogo*) e Ionesco, Bellescize garante que não se trata de uma peça de teatro do absurdo, embora a situação em si seja, sim, absurda. "Em *Amadeo* ou em *Como Se Livrar Dele*, de Ionesco, os personagens se perguntam como vão se livrar de um corpo no quarto ao lado. Há 40 anos, não se sobreviveria a um acidente como o do meu personagem. Pessoas são salvas hoje pela medicina de forma quase milagrosa – elas sobrevivem, mas depois não se sabe como 'se livrar' delas. É irônico, quase cínico, são perguntas complexas às quais devemos reagir, mas nos sentimos pequenos demais."

A mãe, a namorada, o melhor amigo, o bombeiro que puxou o rapaz das ferragens trafegam nesse paradoxo ético, entre o amor e o luto, a dor e a esperança. Já o alter ego, o duplo imaginário, expressa a consciência, os pensamentos, as pulsões de vida e de morte de Amadeo, de forma lúdica e até violenta por vezes. "Decidi não colocar palavras em um monólogo de Amadeo, mas fazer teatro. Assim é possível acompanhar a vida interior do personagem em situações por vezes quase clownescas. Isso permite ao espectador acompanhar o personagem, sem impor nada."

A montagem no Brasil teve a intermediação de Janaína Suaudeau, que assistiu à peça em Paris há uma década e interpreta agora a namorada de Amadeo. "O que mais me tocou nessa peça foi o tratamento dado a um assunto tão sensível sem tomar partido. O texto nunca cai no pathos, ao contrário, tem cenas engraçadas e lúdicas."

Pano de fundo
A pergunta que se coloca, ao longo da história, parece ser a da razão pela qual estamos vivos

O conceito strindberguiano de "peça-sonho" guia a concepção do diretor Nelson Baskerville. "A plateia é conduzida por meio de imagens oníricas para ser confrontada com questões tão duras", diz. "O teatro é esse véu que se lança sobre uma dura realidade. E insisto na ideia de opção, a ideia brechtiana do teatro épico, de refletir e não apenas reagir." Bellescize ressalta que não há uma "postura moralizadora" na apresentação das opções do rapaz – seguir vivo no estado de imobilidade ou pedir a saída pela eutanásia. "Tento não impor uma visão, mas um questionamento. Quando *Amadeo* estreou na França, foi interessante ver militantes a favor ou contra me procurando no final do espetáculo e dizendo: 'Agora eu consegui enxergar o outro lado e é perturbador'. Gosto de fazer do teatro um lugar de descoberta de si e dos outros."

A abordagem cênica apresenta um início realista – "são dois espetáculos, antes e depois do acidente", explica Baskerville. "Primeiro, o videogame, a casa do rapaz; em seguida, o hospital. O autor trabalha em dois planos, o real e o imaginário, um pouco como em *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues."

A pergunta colocada, enfim, parece ser a da razão pela qual estamos vivos. Baskerville encerra trazendo a história de Nietzsche contada – ou imaginada – por Irvin Yalom em *Quando Nietzsche Chorou*: "No romance, Nietzsche diz que gostava de morar em frente a cemitérios para se lembrar da razão pela qual está vivo". ● COLABOROU LUCIANA MEDEIROS

GAL OPPIDO

Cena de 'Amadeo', no Tucarena: 'Violência com seres mais frágeis'

Amadeo
Tucarena. R. Bartira, 347 Perdizes. 6ª e sáb., às 21h. Dom., às 18h. Ingressos: R$ 50 (meia-entrada) e R$ 100. **Até 28/5.**

FOTOS: DIOGO DE OLIVEIRA

Lançado em 2017 na Coreia do Sul, Hyundai Kona vem acelerar eletrificação dos importados da marca no País, a cargo do grupo Caoa

Lançamento

Caoa apresenta Kona elétrico e híbrido, New Tucson e mais

Grupo Caoa anuncia pacotão de lançamentos para 2023 na linha Hyundai e retomada da produção do New Tucson e do caminhão HR em Anápolis (GO)

DIOGO DE OLIVEIRA

Depois de passar 2022 sem apresentar novidades na linha de importados da Hyundai, o grupo Caoa anuncia um pacotão com cinco lançamentos para 2023. O principal deles é o crossover compacto Kona, que estreou em 2017 na Coreia do Sul. O modelo já está no País e terá pré-venda em breve nas versões híbrida (HEV) e elétrica (EV). Assim, será o primeiro carro a baterias da marca à venda no Brasil. As entregas começam no meio do ano.

Por ora, a Caoa mantém mistério em relação aos preços. Nos Estados Unidos, o Hyundai Kona em versão a combustão (com motor 2.0 a gasolina de 149 cv) parte de US$ 22.140, o equivalente a R$ 113,6 mil na conversão direta e sem taxas. Entretanto, a opção híbrida não está disponível por lá. No Reino Unido, o Kona Hybrid parte de £ 26.315, o equivalente a R$ 161 mil. Ou seja, o crossover deverá partir acima da faixa de R$ 200 mil.

Já o Kona EV será mais caro. Nos EUA, a versão 100% elétrica parte de US$ 33.550 (cerca de R$ 161 mil) e alcança US$ 41.550 (R$ 254 mil) na configuração topo de linha Limited. Isso nos leva a crer que o SUV terá preço na casa dos R$ 300 mil quando desembarcar no Brasil. Dessa forma, vai custar próximo de outros carros elétricos à venda no País, como Chevrolet Bolt e Nissan Leaf. Porém, em tamanho, equivale ao Peugeot e-2008, que custa R$ 259.990.

QUASE 20 KM/L Um dos destaques do crossover será o baixo consumo de combustível. Segundo a Caoa, o Kona Hybrid tem Nota A no Inmetro e consumo médio de 17,4 km/l na estrada e de até 19,6 km/l na cidade com gasolina. Os números são do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBVE). Ou seja, será mais econômico que o Toyota Corolla Cross híbrido flex, com médias de 14,7 km/l e de 17,8 km/l, na mesma ordem.

Nesta versão, o Kona combina motores elétrico e a gasolina. O 1.6 GDI de injeção direta desenvolve 105 cv de potência e torque de 15 mkgf, enquanto o elétrico gera 43,5 cv e 17,3 mkgf. Assim, o conjunto entrega um total de 141 cv e 27 mkgf de torque máximo com o câmbio automatizado de dupla embreagem e seis marchas, e uma bateria de íons de lítio.

Já o Kona EV utiliza um motor elétrico dianteiro que desenvolve 136 cv de potência e fortes 40,3 mkgf de torque máximo. O conjunto inclui um pacote de baterias com capacidade de 39,2 kWh, o que, segundo o Inmetro, fornece autonomia de 252 km. Por dentro, a versão elétrica é moderna e traz itens como freio de estacionamento por botão e bancos dianteiros com ajustes elétricos, ventilação e aquecimento. O multimídia é o mesmo do Creta, com tela de 10,25".

NEW TUCSON E HR O SUV médio New Tucson está de volta ao mercado brasileiro após ter a produção interrompida em 2022. A Caoa, que é responsável pela montagem e comercialização do modelo no País, precisou fazer ajustes para cumprir os novos limites de emissões do Proconve L7, em vigor desde o ano passado. Assim, o SUV retorna à linha de produção na fábrica de Anápolis (GO), mas com a reestilização feita em 2019 em outros mercados, como os EUA. Já o caminhão urbano HR volta com uma inédita versão 4WD.

PALISADE SÓ EM 2024 A Caoa mostrou o SUV Palisade pela primeira vez no Brasil. O modelo estreou em 2020 e veio substituir o Santa Fe em alguns mercados. Com 7 lugares, tem 4,98 m de comprimento e 2,90 m de entre-eixos. O motor é um 3.8 V6 de 295 cv e 36,1 mkgf. Em 2025, terá opção híbrida. ●

1 ___ Kona híbrido tem consumo de 19,6 km/l com gasolina; 2 ___ Interior do crossover tem duas telas de 10"; 3 ___ New Tucson ganha reestilização de 2019; 4 ___ Lanternas têm novo desenho de luzes; 5 ___ Inédito no Brasil, SUV Palisade chega em 2024; 6 ___ HR retorna com versão 4WD.

Mercado

Carros mais baratos à venda no Brasil começam em R$ 66.590

Lista dos mais acessíveis tem três modelos da Fiat, dupla HB20 e Onix, além do Renault Kwid, atual campeão do custo-benefício

RODRIGO TAVARES
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

VOLKSWAGEN

Sucessor do Gol, Polo Track estreou em fevereiro para ser o novo carro de entrada da marca alemã

CITROËN

Lançado no fim de 2022, novo Citroën C3 virou carro de entrada com tabela inicial de R$ 69.990

RENAULT

Carro mais barato do Brasil em 2023, Renault Kwid Zen tem preço inicial de R$ 66.590

Com os preços atuais, comprar um carro 0-km no Brasil se tornou tarefa difícil. A procura exige paciência e um bom dinheiro em caixa. Para ajudar quem sonha com automóvel novo, o ***JC*** preparou a lista dos 10 carros mais baratos à venda no País neste início de 2023. Como o foco é a relação custo-benefício, todos estão em suas versões de entrada, com motor 1.0 flex e câmbio manual. E correspondem ao valor de tabela deste mês de março.

Opção mais cara do ranking, o VW Polo MPI é a versão básica da linha Polo 2023. Assim, dispõe de itens como ar-condicionado, direção elétrica, faróis de LEDs e multimídia.

Em seguida vem o Cronos, único sedã deste levantamento. Feito na Argentina, traz motor 1.0 flex de 75 cv e é bem equipado, com ar, direção, vidros e travas elétricos, computador de bordo e banco do motorista com ajuste de altura. É boa opção para quem precisa de porta-malas: são 525 litros.

O oitavo é o Chevrolet Onix de entrada com motor 1.0 flex de 82 cv e câmbio manual de 6 marchas. O hatch se destaca por ter 6 airbags de série, mas a versão não tem multimídia.

Substituto do Gol, o Polo Track é o novo carro de entrada da VW. Entretanto, apesar da plataforma mais moderna, traz motor 1.0 flex de 84 cv e câmbio manual do antecessor.

Com visual renovado em 2022, o HB20 Sense é o carro mais acessível da Hyundai. A versão usa motor 1.0 flex de 80 cv e câmbio de 5 marchas, e tem 6 airbags, além de controles de estabilidade e de tração.

O Argo Drive é o segundo carro mais em conta da Fiat. O hatch traz o motor 1.0 flex e tem lista honesta. Há os básicos ar-condicionado e direção, vidros e travas elétricos.

O Renault Stepway era a versão mais cara. Mas foi reposicionado e agora usa motor 1.0 flex de 82 cv e câmbio manual. De fábrica, traz luzes diurnas de LEDs e multimídia com Apple CarPlay e Android Auto, além de “ar e direção”.

O novo C3 é o terceiro da lista na versão Live. O hatch usa o motor 1.0 flex da Fiat e se destaca pelo espaço interno. Por exemplo, o porta-malas acomoda 320 litros. Porém, a versão descarta o multimídia com tela de 10”.

Carro de entrada da Fiat, o Mobi usa motor 1.0 e, para ser acessível, traz o trivial. Ou seja, ar, direção e vidros e travas elétricas apenas.

O Renault Kwid Zen tem motor 1.0 flex de 71 cv e duela com o Mobi. Por uma pequena vantagem, é o automóvel 0-km com menor preço de tabela.●

OS 10 CARROS MAIS BARATOS

	MODELOS	PREÇO R$:
1º	RENAULT KWID ZEN	66.590
2º	FIAT MOBI LIKE	66.990
3º	CITROËN C3 LIVE	69.990
4º	RENAULT STEPWAY ZEN	77.990
5º	FIAT ARGO DRIVE 1.0	78.590
6º	HYUNDAI HB20 SENSE	79.490
7º	VW POLO TRACK	80.580
8º	CHEVROLET ONIX 1.0	82.490
9º	FIAT CRONOS 1.0	83.890
10º	VW POLO MPI 1.0	84.490

DIOGO DE OLIVEIRA

Hyundai Creta N-Line tem série limitada Night Edition

A Hyundai lançou o Creta N-Line Night Edition, série limitada com motor 2.0 flex e pacote completo de assistências semiautônomas. Ao todo, serão 900 unidades numeradas com entregas a partir de abril. O preço de R$ 181.490 coloca o SUV compacto feito em Piracicaba (SP) na disputa com rivais maiores, como Jeep Compass e Toyota Corolla Cross, em versões de entrada. Para isso, tem estilo esportivo, rodas maiores de 18 polegadas e o motor 2.0 flex aspirado de 167 cv e 20,6 mkgf de torque. O câmbio é automático de seis marchas.

● **JEEP COMPASS SPORT.** Boa nova para os fãs do SUV médio Jeep Compass. A versão de entrada Sport enfim retorna ao catálogo da marca após um período longe dos showrooms. Descontinuado por “limitações de componentes”, a opção foi suprimida para a marca direcionar a produção para outras configurações do portfólio, como a Longitude. Assim, o Compass Sport (foto) volta a ser a opção mais em conta da linha, com preço de R$ 179.890. O motor da versão é o 1.3 turbo flex T270 de 185 cv e 27,5 mkgf de torque, com câmbio automático de seis marchas e tração dianteira.

● **TOYOTA HILUX 55 ANOS.** Em 2023, a Toyota comemora 55 anos da Hilux no mercado global. A picape surgiu pela primeira vez em 1968 no Japão, com a missão de suceder os modelos Stout e Briska. O nome, de acordo com a marca, surgiu como uma fusão das palavras “high” e “luxury” (“alto” e “luxo” na tradução do inglês). De início, o modelo seria fabricado pela Hino, divisão da montadora responsável por caminhões e ônibus. Seja como for, as vendas começaram em março daquele ano no país asiático. No Brasil, a picape desembarcou em 1992 importada do Japão na 5ª geração. Em 1997, passou a ser feita na Argentina.

● **FIAT STRADA BAIXA PREÇOS.** Com o lançamento da Chevrolet Montana 2023, a Stellantis faz uma ofensiva contra a nova geração da picape da GM. Assim, a Fiat Strada, líder do segmento, acaba de ficar mais barata. Ainda que a picape compacta venda mais que as concorrentes, a montadora italiana baixou os preços da Strada em até R$ 5 mil. Dessa forma, a Fiat tenta impedir que a rival da General Motors ameace a sua liderança.

● **COROLLA CROSS 2024.** A Toyota lançou a linha 2024 do Corolla Cross. Entretanto, ao contrário do que vai acontecer com o Corolla sedã, que ganhará reestilização em 2023, o SUV não traz mudanças. Os preços, aliás, permanecem iguais. Dessa forma, o utilitário parte de R$ 158.290 na versão de entrada XR com motor 2.0 flex de até 177 cv de potência e 21,4 mkgf de torque com etanol. E vai até R$ 207.790 na opção topo de linha XRX Hybrid 1.8 flex de 122 cv. Disponível em cinco versões, o Corolla Cross emplacou mais de 42 mil unidades em 2022. Destas, 12.507 foram híbridas, o que fez do SUV o líder entre modelos eletrificados no País.

JEEP

FOTOS: GWM

Com 243 cv de potência combinada, SUV Haval H6 acelera de zero a 100 km/h em apenas 7,9 segundos

Para atrair clientes, GWM dá dois anos de revisões grátis no SUV

Além disso, segundo a GWM, velocidade máxima alcança 175 km/h

Lançamento

GWM Haval H6 é SUV híbrido chinês com preço de Toyota Corolla Cross

Com tabela inicial de R$ 209 mil e consumo de hatch, Haval H6 mira SUV da Toyota, mas também desafia Compass e Taos

VAGNER AQUINO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

O carro eletrificado mais vendido do Brasil atualmente é a versão híbrida flex do Toyota Corolla Cross. Por isso, natural que o SUV feito em Sorocaba (SP) seja perseguido pelos rivais. Porém, até agora, nenhum utilitário chegou a ter preço e tamanho para brigar com o modelo da japonesa. Pois é isso que a estreante Great Wall Motors (GWM) acaba de fazer. Depois de lançar o Haval H6 GT, um híbrido plug-in, a montadora traz o H6 HEV. E o ***Jornal do Carro*** acelerou o SUV chinês que chegará às mãos da clientela em abril.

O Haval H6 é atualmente o SUV mais vendido da China. No Brasil, estreia com preço de R$ 209 mil na configuração que a GWM chama de "autorrecarregável". Isso porque o modelo não precisa de fonte externa e carregador de parede. Assim, é mais acessível que o H6 GT e vem concorrer diretamente com o Toyota Corolla Cross XRX Hybrid, que tem tabela de R$ 207.790 na linha 2024. Também nessa faixa estão SUVs flex como Jeep Compass S e Volkswagen Taos 250 TSI. Portanto, ser híbrido nessa categoria é um diferencial.

Ao contrário da versão plug-in, que tem 393 cv, o H6 HEV é mais modesto. Tem um motor elétrico junto ao 1.5 turbo a gasolina. Os dois desenvolvem 243 cv de potência e um torque máximo parrudo de 54 mkgf. Ou seja, bem mais forte que o Corolla Cross Hybrid, com seus 122 cv e 16,6 mkgf. Para avaliar o consumo, não abusamos do pedal da direita nesse primeiro contato. Mesmo assim, deu para notar que o SUV chinês é bem rápido. A aceleração de zero a 100 km/h leva 7,9 segundos e a velocidade máxima alcança 175 km/h.

> **Haval H6 tem consumos de 13,8 km/l na cidade e de 12 km/l na estrada, e o Corolla Cross faz médias de 17,8 km/l e 14,7 km/l**

A suspensão é do tipo McPherson na dianteira e independente Multilink na traseira, ambas com barras estabilizadoras. Assim, o H6 tem comportamento estável e firme em curvas, sem ser excessivamente macio como outros SUVs chineses. Além disso, tem um bons ângulos de entrada e de saída (21,4/28,1 graus). Já o vão livre do solo é de 18,1 cm.

Em relação ao conjunto híbrido, o Haval H6 é bem silencioso mesmo quando o motor 1.5 a gasolina está ligado. Em modo elétrico, não há ruído e o silêncio predomina. Tal como nas versões recarregáveis, o câmbio é diferente. São duas marchas para o motor a combustão, uma para médias e outra para altas velocidades. Já o elétrico, como é praxe, usa só uma marcha com redução.

Disponível apenas na versão Premium, o H6 HEV tem lista completa tal como a opção plug-in PHEV, de R$ 269.000. Há atualizações na nuvem, controle remoto pelo celular e recursos de condução semiautônoma, que a marca chama de "nível 2+". Além disso, tem internet 4G, assistência 24 horas, revisão grátis por dois anos e garantia de 5 anos sem limite de quilometragem.

Ademais, o SUV tem central multimídia com tela de 12,3 polegadas e espelhamento sem fio com celulares Android e iPhone. Além disso, o "Tomorrow Assistance", serviço de oficina remota da GWM, realiza o serviço no local em que o cliente indicar e oferece até carro reserva. Nada mal.●

Chinês tem multimídia com tela de 12,3" em português brasileiro

Quadro de instrumentos tem tela de 10,5" Full HD com fácil leitura

Ficha técnica

● GWM Haval H6 Premium

Preço sugerido	R$ 209.000
Motor	1.5, turbo, gas. + elétrico
Potência (cv)	243
Torque (mkgf)	54
Câmbio	Híbrido DHT
0 a 100 km/h	7,9 segundos
Comprimento	4,68 metros
Entre-eixos	2,74 metros
Porta-malas	560 litros

FONTE: GWM

Prós & contras

SUV competitivo
Haval H6 tem preço competitivo, acabamento caprichado e economia de combustível surpreendeu.

Pequenos ajustes
GPS não indicou caminho mais curto no teste e espelhamento com iPhone não funcionou.

ILUSTRAÇÃO: GETTY IMAGES

Segunda edição do estudo analisa boas práticas em Inovação e ESG de mais de 300 companhias do setor

Saiba como foi realizada a votação e conheça os critérios utilizados pelos jurados na indicação das empresas que mais se destacaram na área; para avaliação, as marcas foram divididas em nove segmentos

TEXTO: KAROLINA VON SYDOW
EDIÇÃO: DANIELA SARAGIOTTO

Buscar caminhos viáveis para a expansão de cidades inteligentes é um dos grandes desafios da atualidade. Nesse sentido, é fundamental que o poder público e a iniciativa privada planejem e desenvolvam uma agenda de ações estratégicas que seja capaz de cumprir essa missão.

Na mobilidade, as boas práticas, principalmente dos sistemas de transporte que facilitem os deslocamentos, podem transformar cenários urbanos, tornando-os mais resilientes, inclusivos e sustentáveis. No fim, o foco está em inovações e iniciativas com potencial para melhorar a vida da população.

Para analisar o papel das corporações nesse sentido, além de identificar tendências que podem ser implementadas em escala, a plataforma Connected Smart Cities e o Mobilidade **Estadão** apresentam a segunda edição do levantamento das 100 empresas mais influentes em mobilidade de 2023.

Para conhecer quais são essas marcas, confira a tabela na página 4. É importante esclarecer que não se trata de um ranking. Por isso, as empresas estão relacionadas em ordem alfabética.

COMITÊ DE JURADOS. Para chegar à relação final, foi realizado um minucioso estudo entre os meses de janeiro e fevereiro deste ano, considerando as melhores iniciativas em mobilidade urbana e as com maior potencial para avanço no ecossistema.

A votação e análise dos dados ficaram a cargo de um comitê de jurados, um time seleto composto por profissionais, representantes do setor, além de especialistas do **Estadão** (*saiba mais a seguir*).

DIVISÃO. No levantamento, as empresas avaliadas foram divididas em nove segmentos de atuação:

- Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos (FOTP)
- Fabricantes e Operadores de Veículos (FOV)
- Fabricantes e Operadores de Caminhões (FOC)
- Fabricantes e Operadores de Motos (FOM)
- Fabricantes e Operadores de Bicicletas, incluindo modelos elétricos, patinetes e outros levíssimos (FOB)
- Tecnologias e Operadores de Compartilhamento (TOC)
- Tecnologia & Inovação para Mobilidade (TIM)
- Consultorias (CON)
- Mobilidade Aérea Urbana, incluindo drones e aeronaves elétricas de decolagem e pouso na vertical – as eVTOLs (MAU).

Este último foi incorporado ao estudo na edição deste ano.

Após essa divisão, foram consideradas as seguintes categorias para avaliação crítica:

- Inovação, elegendo ações e programas de mobilidade mais modernos, tecnológicos e resilientes;
- Práticas em ESG (ambiental, social e de governança), priorizando iniciativas comprometidas com investimentos em eficiência energética; bem-estar social e ambientalmente sustentável; e, por fim, gestão e políticas empresariais embasadas na defesa dos direitos humanos e dos pilares de inclusão (diversidade e equidade), transparência e ética.

Os jurados não precisavam votar em todas as 339 empresas e categorias listadas. Dessa forma, os participantes da votação só apontaram companhias que conheciam e que, consequentemente, se sentiam aptos para justificar as razões de suas escolhas.

Votação __ Pág. 2

O que pensam os jurados

Na edição deste ano, no total, 33 profissionais que atuam no segmento de mobilidade participaram da escolha das empresas mais relevantes no setor. Confira o que pensam alguns deles.

Entrevista __ Pág. 6

Inovar para transformar

Com muitos anos de experiência no setor, Sérgio Avelleda, sócio-fundador do Grupo Urucuia, fala sobre a importância da inovação como estratégia para aprimorar a mobilidade urbana.

Eletromobilidade __ Pág. 12

Expansão de locais de recarga

É cada vez maior o interesse para investir em mobilidade elétrica. Parcerias e novas empresas se movimentam para aumentar as ofertas de novas opções de pontos para recarga dos veículos elétricos.

FOTO: DIVULGAÇÃO SPOTT

Estudo realizado pela parceria Mobilidade **Estadão** e Connected Smart Cities

Votantes

Visão crítica dos jurados estimula avanço da mobilidade urbana

Especialistas destacam tendências e avaliam a aplicação das categorias Inovação e Práticas em ESG no mercado

Nesta segunda edição do estudo 100 Empresas Mais Influentes em Mobilidade, o levantamento contou com a avaliação de 33 jurados, nomes de peso que atuam em diversas frentes desse amplo setor. Esse trabalho resultou na seleção das 100 companhias mais representativas entre as mais de 300 avaliadas.

O comitê, composto por profissionais, representantes do setor e especialistas do **Estadão,** respondeu a perguntas específicas nos formulários, em cada uma das categorias propostas, contribuindo com opiniões para o fortalecimento da mobilidade urbana.

Confira, a seguir, as avaliações de quatro profissionais que participaram do estudo. ● K.S. e D.S.

NA WEB
Saiba mais em **mobilidade.estadao.com.br/as-100-empresas-mais-influentes-em-mobilidade**

"Vemos que as práticas em ESG são cada vez mais relevantes no processo de gestão das empresas. No setor de mobilidade, é fundamental que se invista nisso, porque não há como falar em melhorar o transporte público sem que se pense em como ser ainda mais eficiente do ponto de vista ambiental. Para o passageiro, o transporte público já é mais ambientalmente amigável do que o individual. Mesmo assim, como podemos ser ainda mais eficientes e conseguir resultados melhores no aspecto ambiental? Isso vai depender do tipo de combustível utilizado até as práticas internas de manuseio e gestão do combustível, de óleos lubrificantes, como são lavados os veículos e como são tratados os resíduos dentro das unidades ou empresas."

Rodrigo Tortoriello,
vice-presidente da Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro (Semove)

Cristina Albuquerque,
gerente de mobilidade urbana do Programa Cidades da WRI Brasil

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

"Sobre a eletromobilidade, com certeza, temos diversos benefícios ambientais e sociais em qualificação do sistema de transporte coletivo. E precisamos avançar mais nessa pauta no País. Ainda temos desafios a serem superados, como a questão do alto custo do capital de tecnologia e da maior necessidade de competitividade com outros tipos de veículo. Não só em relação ao padrão convencional mas também no que se refere aos veículos menores e maiores para atender às demais cidades no processo de descarbonização. Temos, também, outros modelos de negócio com diferentes atores ajudando a destravar a barreira financeira para alcançarmos, de fato, o benefício social da eletromobilidade.

Estamos vendo atores do setor de energia começando a participar dos negócios, investidores, fundos de investimento para ajudar a aumentar a frota e fazendo contratos de locação para minimizar a barreira inicial do custo de capital elevado que os elétricos ainda têm. Também vemos essa movimentação nos diferentes fabricantes para termos maior oferta de veículos no mercado brasileiro."

"As locadoras de automóveis vêm buscando criar novas iniciativas em ESG. Entretanto, já estamos vendo, em algumas empresas, o desenvolvimento de ações no aspecto de compensação de carbono e na destinação de resíduos, com a inclusão não só no atendimento aos clientes mas também para o seu público interno."

Paulo Miguel Júnior,
presidente da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla)

"Temos desenvolvido diversas ações em mobilidade ESG, no Brasil, que se destacam pela preocupação com assuntos envolvendo a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Além disso, o desenvolvimento de um novo modelo de negócio pautado na locação das baterias de motos elétricas possibilita maior acesso desse serviço à população em geral, contribuindo para que a transição energética se dê de forma sustentável. O uso de bicicletas é outra iniciativa que contribui não apenas para a melhoria do trânsito mas também para a saúde do usuário, sendo uma alternativa simples e barata. Nesse caso, são necessários investimentos em ciclovias seguras e eficazes para o deslocamento entre bairros e cidades."

Janayna Bhering Cardoso,
presidente de conselho de inovação e VP executiva da Acminas

Eleitas

As marcas mais relevantes do setor

	EMPRESA	CATEGORIA
1	99	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
2	Addax	Consultorias
3	Aeromovel	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
4	Airbus	Mobilidade Aérea Urbana
5	Alelo	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
6	Alstom	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
7	Arcadis	Consultorias
8	Arteris	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
9	Beepbeep	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
10	Blablacar	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
11	BMW	Fabricantes e Operadores de Motos
12	Bosch	Fabricantes e Operadores de Veículos
13	Bradesco Seguros	Fabricantes e Operadores de Veículos
14	BYD	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
15	Caio Induscar	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
16	Caloi	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
17	Cannondale	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
18	Carbono Zero Courier	Fabricantes e Operadores de Veículos
19	CBTU	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
20	CCR Metrô Bahia	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
21	CCR	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
22	Cielo	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
23	Citroën	Fabricantes e Operadores de Veículos
24	Cittamobi	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
25	CPTM	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
26	Davinci Micromobilidade	Fabricantes e Operadores de Veículos
27	Deloitte	Consultorias
28	Digicon	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
29	E-Moving	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
30	Egis	Consultorias
31	Elektra	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
32	Eletra	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
33	Emove	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
34	Enel X	Fabricantes e Operadores de Veículos
35	Estapar	Fabricantes e Operadores de Veículos
36	Eve (Embraer)	Mobilidade Aérea Urbana
37	Ezvolt	Fabricantes e Operadores de Veículos
38	Fiat	Fabricantes e Operadores de Veículos
39	Go Eletric	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
40	Gomoov	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
41	Harley Davidson	Fabricantes e Operadores de Motos
42	Helisul Drones	Mobilidade Aérea Urbana
43	Honda Motos	Fabricantes e Operadores de Motos
44	Houston	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
45	Indigo	Fabricantes e Operadores de Veículos
46	Itaú	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
47	Kapsch	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
48	KPMG	Consultorias
49	Lime	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
50	Localiza	Fabricantes e Operadores de Veículos
51	Marcopolo	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
52	Mastercard	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
53	Mercedes-Benz	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
54	Metrô Rio	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
55	Metrô SP	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
56	Moovit	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
57	Movida	Fabricantes e Operadores de Veículos
58	Oggi	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
59	Osten Fleet	Fabricantes e Operadores de Veículos
60	Peugeot	Fabricantes e Operadores de Veículos
61	Porto Seguro	Fabricantes e Operadores de Veículos
62	Raízen	Fabricantes e Operadores de Veículos
63	Raposo 66 Trânsito	Consultorias
64	Renault	Fabricantes e Operadores de Veículos
65	Riba	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
66	Sacis	Consultorias
67	Scania	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
68	Scoo	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
69	Scott	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
70	Sem Parar	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
71	Semexe	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
72	Sense	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
73	Siemens	Fabricantes e Operadores de Veículos
74	Socicam	Mobilidade Aérea Urbana
75	Specialized	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
76	Speedbird	Mobilidade Aérea Urbana
77	Strata Engenharia	Consultorias
78	Sulamerica	Fabricantes e Operadores de Veículos
79	Supervia	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
80	Systra	Consultorias
81	Tembici	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
82	Toyota	Fabricantes e Operadores de Veículos
83	Trek	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
84	Turbi	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
85	Uber	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
86	Ucorp	Tecnologias e Operadores de Compartilhamento
87	Urucuia	Consultorias
88	Vela Bikes	Fabricantes e Operadores de Bicicletas
89	Veloe	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
90	Vertical Aerospace (Parceria Gol)	Mobilidade Aérea Urbana
91	ViaQuatro	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
92	Visa	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
93	VLT Carioca	Fabricantes e Operadores de Transportes Públicos
94	Volkswagen	Fabricantes e Operadores de Caminhões
95	Voltz	Fabricantes e Operadores de Motos
96	Volvo	Fabricantes e Operadores de Caminhões
97	Watts Mobilidade Elétrica	Fabricantes e Operadores de Veículos
98	Waze	Tecnologia & Inovação para Mobilidade
99	Xmobots	Mobilidade Aérea Urbana
100	Yamaha	Fabricantes e Operadores de Motos

As empresas acima estão relacionadas em ordem alfabética. Não se trata de ranking

Destaques

Conheça números importantes sobre a edição deste ano do estudo

Sérgio Avelleda

'Inovação pode atrair usuários para o sistema de transporte público'

Especialista fala sobre como novas tecnologias, modernização de alguns processos e políticas públicas criativas conseguem trazer melhorias significativas para a população, em relação à mobilidade urbana

ENTREVISTA

Sócio-fundador do Grupo Urucuia, Sérgio Avelleda foi secretário de Mobilidade e Transporte da cidade de São Paulo

Os municípios crescem em um ritmo acelerado. Tráfegos intensos, elevação de riscos à saúde e segurança dos cidadãos, maior ocorrência de impactos ambientais, como poluição, enchentes e deslizamentos, são fatores que constituem as realidades cotidianas de grandes áreas urbanas brasileiras.

Uma estratégia fundamental para uma boa gestão da mobilidade é o investimento em ações e soluções em inovação tecnológica, aliadas aos propósitos ESG, que focam no bem-estar e na qualidade de vida socioambiental.

Para refletir sobre o tema, conversamos com Sergio Avelleda, coordenador do Núcleo de Mobilidade Urbana do Laboratório de Cidades Arq.Futuro, do Insper, e sócio-fundador da Urucuia, de inteligência em mobilidade urbana.

Avelleda: "Inovação deve mudar a vida das pessoas"
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Como as ações em inovação podem trazer melhorias e avanços aos sistemas de transporte e mobilidade urbana?
Os investimentos, nesse setor, podem romper esse ciclo de perda de usuários, que o transporte público vive atualmente. Por exemplo, aplicativos que conectam os usuários com as informações diretas dos sistemas de transporte, integrando-as aos de bilhetagem inteligente, podem ser muito atrativos para o gerenciamento de viagens. Temos de alcançar esse mesmo nível de inovação – ou parecido – no transporte público.

A inovação, por exemplo, na infraestrutura dos veículos, trazendo ônibus elétricos que não poluem, silenciosos e com condução mais suave, é outro aspecto que pode atrair muitos usuários.

Não podemos pensar em inovação, simplesmente, por inovação. As mudanças nas cidades passam primeiro pela elaboração de políticas públicas dedicadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Logo, o foco central tem de ser desburocratizar, aumentar o acesso e aprimorar a qualidade dos serviços.

Por exemplo, a telemedicina para consultas básicas pode revolucionar o Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo custos e melhorando a capacidade do usuário de interagir com o médico. Serviços municipais informatizados também permitem o acesso via internet, diminuindo a necessidade de deslocamento.

A cidade precisa ir além da inovação, buscando se aproximar mais das necessidades dos cidadãos e trazendo os serviços públicos para a palma da mão.

Ônibus elétricos não poluem, são silenciosos e têm condução mais suave
FOTO: GETTY IMAGES

Como políticas em inovação podem fomentar boas práticas em inclusão e cidadania?
As ações inovadoras precisam estar diretamente conectadas aos objetivos da cidade, que também devem estar vinculados aos Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável e aos Objetivos de Sustentabilidade, de Governança e de Inclusão Social.

Qual é o papel dessa linha de frente em relação a outros pilares de ESG, como governança e meio ambiente?
A inovação tem que estar diretamente ligada à capacidade de mudar a vida das pessoas. E, muitas vezes, inovar não é utilizar plataformas tecnológicas. Redesenhar uma rua para colocar nela mais bicicletas, pessoas, transporte público e menos carros não demanda o uso de tecnologia, mas pode contribuir muito para a melhoria de vida. Isso é uma forma inovadora de fazer política pública.

Como o estímulo ao aumento de parcerias público-privadas pode garantir mais inovação tecnológica na mobilidade urbana brasileira?
A parceria público-privada é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas, especialmente na área de tecnologia. Tecnologia e burocracia nos serviços públicos são coisas incompatíveis entre si.

E essas parcerias ajudam a acelerar investimentos – infraestrutura, compra de ônibus, melhoria dos metrôs, expansão dos sistemas de transporte – e podem ser beneficiadas pela agilidade e flexibilidade que o setor privado oferece. Entretanto, isso não exime a responsabilidade do Estado de regular, fiscalizar e controlar medidas para a proteção de interesses dos usuários e de toda a coletividade.

Qual sua perspectiva em relação à nova gestão do governo para a busca de melhores políticas de mobilidade nos próximos anos? Quais são os maiores desafios?
A nova gestão traz a racionalidade, que havíamos perdido no governo anterior, em relação ao tema políticas públicas. A gestão anterior era movida por uma ideologia muito preconceituosa, e este novo parece estar mais aberto à discussão de políticas públicas, o que é muito bem-vindo.

E, também, mais aberto ao engajamento da sociedade civil. Este governo se abre para a participação de conselhos, ONGs, entidades, especialistas. Já o governo anterior era muito fechado em si mesmo. Com isso, a qualidade da política pública tende a melhorar. ● K.S.

NA WEB
Saiba mais em mobilidade.estadao.com.br/as-100-empresas-mais-influentes-em-mobilidade

Levantamento

Práticas ESG norteiam seleção das companhias que se destacaram

Uso de indicadores ambientais, sociais e de governança auxilia na busca de soluções para setor

A crise ambiental global é uma realidade e pode afetar, consideravelmente, a qualidade de vida das pessoas, com impacto maior nos grandes centros. O setor de transportes, tradicionalmente, responde por grande parte da emissão na atmosfera de gases causadores do efeito estufa, devido ao uso, ainda muito intenso, de combustíveis fósseis.

Nesse contexto, torna-se urgente a reformulação de hábitos e a adoção de práticas mais responsáveis e sustentáveis para a configuração de cidades inteligentes e equilibradas.

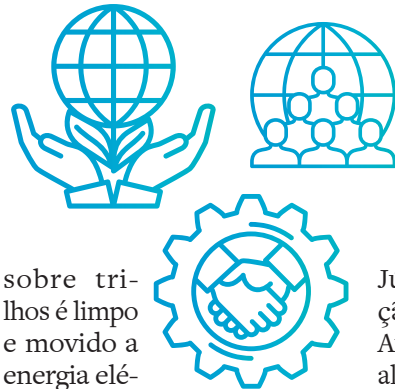
Pela importância do tema, as práticas ESG – ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês – foram adotadas nesta segunda edição do levantamento das 100 empresas mais influentes em mobilidade, atuando como categoria fundamental para avaliação crítica das companhias.

Para que o cenário seja transformado, sociedade e empresas precisam rever suas estratégias de negócios, integrando-os aos propósitos do conceito ESG e promovendo, dessa forma, melhorias em mobilidade urbana, como nos sistemas de transporte e outros, com foco na redução de impactos socioambientais.

TRANSFORMAÇÃO. Com base nesse panorama, a plataforma Connected Smart Cities e o Mobilidade **Estadão** consideraram as premissas ambientais, sociais e de governança como requisitos essenciais para estudo e votação das 100 empresas mais influentes, entre as mais de 300 companhias que participaram do levantamento.

APLICAÇÃO PRÁTICA. Com isso, durante o estudo e a votação, os jurados analisaram ações e políticas de eficiência energética, como uso de fontes renováveis em suas produções, práticas socioambientais responsáveis, projetos e resultados positivos em prol da inclusão, diversidade e equidade, planos de governança transparentes e éticos com geração de benefícios para o meio ambiente e para a população.

Roberta Marchesi, diretora executiva da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), destaca a importância de práticas em ESG em seu nicho de atuação.

“O transporte de passageiros sobre trilhos é limpo e movido a energia elétrica, na sua maioria, sem emissões de poluentes na atmosfera. Além disso, é de alta capacidade, transportando muitas pessoas com rapidez, contribuindo para a redução de acidentes e dos congestionamentos”, diz Roberta.

INCLUSÃO. O segmento também é atuante no âmbito das pautas sociais. “É um setor responsável, com práticas de governança corporativa e transparência. Da mesma forma, atua nas causas sociais com o apoio a instituições e parcerias em ações voltadas para a população, que, normalmente, são realizadas nas estações”, analisa.

De acordo com Paulo Miguel Júnior, presidente da Associação Brasileira de Locação de Automóveis (Abla), já existem alguns reflexos positivos em relação à adoção de tais conceitos na sociedade brasileira.

“Estamos vendo, em algumas empresas, o desenvolvimento de iniciativas no aspecto de compensação de carbono e na destinação de resíduos. Vemos, também, a inclusão não apenas no atendimento aos clientes como também para o seu público interno”, destaca Júnior. ● K.S. e S.D.

NA WEB
Saiba mais em **mobilidade.estadao.com.br/as-100-empresas-mais-influentes-em-mobilidade**

ESTADÃO
BLUE STUDIO

APRESENTADO POR

Veloe Go chega para facilitar cotidiano do frotista

Nova marca da Veloe no segmento de transportes oferece solução completa de mobilidade e gestão de frotas

De olho no segmento de transportes, que movimenta cerca de R$ 370 bilhões por ano no País, a Veloe apresentou sua nova marca, a Veloe Go. A empresa de mobilidade já atuava nesse segmento com a Alelo Frota, marca que deixa de existir.

Com a novidade, o portfólio, que inclui pagamento de pedágio, estacionamentos e serviços de abastecimento, e também telemetria, roteirização, parceria com estabelecimentos comerciais, entre outras ferramentas de gestão, otimização de custos e inteligência de dados, passa a ser oferecido por meio da Veloe Go.

A Veloe Go tem como objetivo atender grandes e médios operadores de transporte, microtransportadores e até caminhoneiros autônomos. “A marca surge para facilitar o cotidiano do gestor de frota ao lidar com todos os serviços agregados, como abastecimento, manutenção, documentação e recolha de nota fiscal. Com a plataforma, opera, em um só lugar, toda a documentação, transações e notas fiscais dos veículos das empresas”, explica o diretor geral da Veloe, André Turquetto.

Com a nova marca, a Veloe pretende quadruplicar os resultados da empresa no segmento de gestão de frotas nos próximos quatro anos, projeta o executivo. Em 2022, o faturamento da empresa com gestão de frotas aumentou 62% em relação ao ano anterior.

Divulgação/Veloe

“Produtos e serviços para otimização de custos e aumento de eficiência nos transportes são cada vez mais relevantes”, afirma André Turquetto, da Veloe

Muitas oportunidades

Com o crescimento do comércio online e do delivery, uma gestão eficiente da frota torna-se ainda mais importante para as empresas de transporte. Com tecnologia de ponta, as soluções da Veloe Go contribuem não só para maximizar a eficiência das empresas de transporte, como também para reduzir custos.

Contudo, segundo Turquetto, apesar do mercado gigantesco, apenas cerca de 15% das empresas utilizam soluções de gestão de frotas. “O Brasil é movido a diesel, asfalto e caminhão. Por isso, produtos e serviços para otimização de custos e aumento de eficiência nos transportes são cada vez mais relevantes. Com a Veloe Go, vamos trazer esse ecossistema de soluções”, conclui o executivo.

Infraestrutura cicloviária

Ciclovias do Rio de Janeiro vão dobrar de tamanho em dez anos

Ao fim do período, serão investidos R$ 250 milhões na iniciativa, de acordo com a prefeitura

FOTO: GETTY IMAGES

Mais espaço exclusivo para bikes no Rio de Janeiro

As ciclovias do Rio de Janeiro, que atualmente totalizam 457 quilômetros de extensão, vão ultrapassar mil quilômetros até 2033. Ou seja, em dez anos, a estrutura cicloviária da capital carioca vai mais do que dobrar.

A medida é resultado do Plano de Expansão Cicloviário do Rio de Janeiro, batizado de CicloRio e formalizado na última quinta-feira (dia 9) por Eduardo Paes, prefeito da cidade, no Palácio das Cidades. Ao todo, serão investidos R$ 250 milhões na iniciativa.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a expectativa é de que, até o próximo ano, a malha cicloviária carioca seja expandida a ponto de conectar todos os pontos de transporte da cidade, integrando VLT, metrô e barcas, e promovendo, dessa forma, a intermodalidade.

DUAS REDES. O Plano de Expansão da capital prevê duas redes: uma estrutural, de 602 quilômetros, e outra complementar, com 490 quilômetros de extensão, a serem finalizadas no período de dez anos.

Isso irá possibilitar um aumento na rede atendida, chegando a 80% dos empregos, 72% da rede de saúde e 64% das escolas.

RECUPERAÇÃO. O CicloRio está alinhado com a campanha global Cidades Pedaláveis, do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP). Com a assinatura de um decreto, Paes afirmou, no evento, que deseja transformar o Rio na "capital da mobilidade urbana saudável e sustentável".

O plano prevê, também, a recuperação dos mais de 400 quilômetros de ciclovias já existentes, assim como a melhora da sinalização e mais segurança. "Estamos fazendo um esforço muito grande para requalificar o transporte no Rio, que nunca foi bom", disse Paes, durante a apresentação do plano. De acordo com a prefeitura, entre abril e maio de 2022, a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR) e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio) realizaram oficinas para discutir o plano.

Foram feitos convites a moradores de todas as regiões da cidade por meio de uma enquete virtual. Outro aspecto importante foi ouvir trabalhadores de aplicativos de entrega, que utilizam essas vias, sobre as principais necessidades de infraestrutura cicloviária nessas regiões e os novos trechos propostos para cada área. ● **D.S.**

NA WEB
Confira mais detalhes sobre o assunto no portal Mobilidade
mobilidade.estadao.com.br

Empreendedorismo

Viver de Bike, criado pelo Instituto Aromeiazero, registra participação cada vez maior de mulheres

Projeto promove geração de renda e ensina mecânica de bicicleta nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro

O projeto Viver de Bike, curso gratuito de mecânica e geração de renda por meio da bicicleta promovido pelo Instituto Aromeiazero, tem registrado uma procura cada vez maior pelo público feminino.

O treinamento começou em 2016, em São Paulo, e, hoje, também é dado no Rio de Janeiro. Apenas como exemplo, do total de 300 inscrições do projeto em Macaé (RJ), onde a iniciativa passou a ser feita a partir de 2021, houve 162 mulheres inscritas. Destas, 39 foram selecionadas para fazer o treinamento.

O Viver de Bike consiste em uma formação para quem quer usar a bicicleta para gerar renda, seja para estruturar um negócio, seja para trabalhar com o modal. O curso tem duração de 30 horas, e é dirigido a pessoas de todos os gêneros, maiores de 18 anos.

Formação
Curso tem duração de 30 horas e atende maiores de 18 anos. Ele foca em mecânica básica de bicicleta, pedalar na cidade, gestão financeira e empreendedorismo

FOTO: DIVULGAÇÃO INSTITUTO AROMEIAZERO

Alunas do Viver de Bike durante o treinamento

Ele foca em quatro conteúdos principais: mecânica básica de bicicleta, pedalar na cidade, empreendedorismo e gestão financeira. Quem conclui a capacitação ganha uma bicicleta, a mesma usada pelos alunos nos treinamentos, e um certificado, o Caderno Viver de Bike, um guia informativo.

MODELO DE NEGÓCIO. Muitas mulheres que fazem o treinamento acabam montando negócios ou replicando o que aprenderam para outras pessoas. É o caso de Aline Os, fundadora do Señoritas Courier, que cursou o Viver de Bike e, hoje, se dedica a um coletivo de entregas voltado para pessoas LGBTQIAP+. "Fiz o curso em 2017, e meu objetivo era desenvolver melhor um projeto envolvendo bicicletas. O Viver de Bike me abriu portas, fui conhecendo as pessoas e aperfeiçoando um modelo de negócio", conta Aline.

Com base nesse conhecimento inicial, ela passou a ter outras ideias de como empreender nesse meio, e lançou, em 2014, o Selim Cultural, que consiste em roteiros turísticos para conhecer a cidade de São Paulo pedalando.

Depois, fundou o coletivo Señoritas Courier, que existe até hoje. "O Instituto Aromeiazero me possibilitou descobrir outras formas de empreender, sempre envolvendo a bicicleta e a inclusão social", diz Aline.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Aline Os, fundadora do Señoritas Courier, cursou o Viver de Bike em 2017

Outro exemplo é Viola Sellerino, que fez o curso em 2018 e, logo depois, começou a atuar como assistente (do Viver de Bike em São Paulo) e se tornou professora, função que ocupa até hoje. "A participação e o interesse das mulheres é grande, motivadas, principalmente, pela vontade de aprender e de ter autonomia financeira. O Instituto Aromeiazero fornece as ferramentas e o apoio para que se desenvolvam nesse mercado", diz Viola. ● **D.S.**

NA WEB
Confira mais detalhes sobre o assunto no portal Mobilidade
mobilidade.estadao.com.br

Procurando um carro novo para chamar de seu?

Tudo sobre o seu próximo zero
você encontra no **Zerão.**

Mais de 170 automóveis do mercado:
fichas técnicas, resenhas, fotos e preços
de modelos de todas as marcas.

ZERÃO

REALIZAÇÃO: **JornaldoCarro**

Duas rodas

Uma em cada oito brasileiras é habilitada a pilotar motos

Presença feminina ao guidão cresceu 76,5% nos últimos dez anos, de acordo com dados do Departamento Nacional de Trânsito

ARTHUR CALDEIRA

Seja como opção de mobilidade, seja fonte de renda, seja apenas por lazer, cada vez mais elas assumem o guidão das motos e scooters. Afinal, o número de mulheres motociclistas cresceu 76,5% nos últimos dez anos. Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito, analisados pela Abraciclo, associação dos fabricantes de motos, atualmente existem 8.884.345 pessoas do gênero feminino aptas a conduzir motos. Em 2013, havia 5.034.139 habilitadas na categoria A. Isso significa que, hoje, uma em cada oito mulheres brasileiras está habilitada a conduzir uma motocicleta, segundo cruzamento de dados do IBGE e do Denatran. Apesar do crescimento expressivo, elas ainda são minoria e representam 24% dos habilitados. Em 2013, esse índice era de 20,2%. Dentre os fatores atribuídos para o aumento de mulheres motociclistas está o empoderamento feminino.

Em 2012, as mulheres representavam 26% dos compradores de motocicletas, segundo levantamento das fabricantes de motocicletas. No ano passado, 38% dos consumidores que adquiriram uma moto eram do gênero feminino.

Na análise de preferência por modelos, a motoneta é a categoria mais procurada pelas mulheres. De acordo com números dos fabricantes, 69% das compradoras desse tipo de motocicleta são mulheres. Um dos fatores que explica essa preferência é o uso do câmbio rotativo, com embreagem semiautomática, como na popular Honda Biz, terceira moto mais vendida em 2022. Além da facilidade de pilotagem, as motonetas oferecem prático espaço sob o assento, para transportar objetos, e ainda pedal de câmbio que permite pilotar de salto.

MAIORIA. A faixa etária que concentra o maior número de habilitações, tanto para homens como para mulheres, é a que vai dos 31 aos 40 anos. Enquanto elas somam 7.790.504 motociclistas, eles totalizam 11.871.802 habilitados. Em segundo lugar, vêm as pessoas com idades entre 41 e 50 anos. O gênero feminino responde por 6.520.793 habilitações nessa faixa etária, enquanto o masculino por 10.774.078 das carteiras na categoria A. ●

FOTO: DIVULGAÇÃO HONDA

69% dos compradores de motonetas são do gênero feminino

Mulheres de motos

8.884.345 pessoas do gênero feminino estão aptas a conduzir motos

24% dos habilitados a dirigir motos são mulheres

38% dos consumidores que adquiriram uma moto, em 2022, eram do gênero feminino

NA WEB
Confira mais informações sobre o universo de duas rodas
mobilidade.estadao.com.br

Segurança viária

Saiba como funciona o sistema binário de trânsito

Em São Paulo, a modalidade foi implementada na entrada de Santos, no litoral paulista, e em outras cidades

MARINA OLIVEIRA

O sistema binário de trânsito é uma alternativa que visa solucionar alguns dos problemas de mobilidade urbana que existem atualmente. Na prática, transforma ruas ou avenidas paralelas e próximas, de mão dupla, em vias de sentido único.

Embora seja uma medida que receba críticas dos motoristas, moradores e comerciantes, é uma solução defendida por alguns especialistas, pois tem como principal objetivo melhorar o fluxo de veículos e tornar a via mais rápida. Com mais faixas com carros indo para o mesmo sentido, a segurança também tende a ser maior.

Portanto, os binários distribuem as mãos de direção das vias para garantir a fluidez do trânsito. O objetivo é contribuir para o melhor uso do espaço e reduzir o conflito entre automóveis. Com todos os veículos indo no mesmo sentido, as chances de acidentes são menores e a fluidez aumenta. Além disso, a medida ainda reduz os conflitos entre carros e motos, pedestres e ciclistas.

Outro ponto é que o sistema binário pode otimizar o fluxo do transporte coletivo. Assim, em uma via com a circulação compartilhada de ônibus com carros, a fluidez é maior quando as duas faixas de uma rua têm o mesmo sentido para facilitar ultrapassagens.

CASES NACIONAIS. Um dos exemplos de sistema binário no Estado de São Paulo foi a implantação na entrada de Santos, no litoral paulista. O objetivo foi modernizar a região e o acesso ao porto (Conexão Porto-Cidade). Além de envolver as mudanças de mobilidade, as obras também incluíram a drenagem.

A primeira fase foi entregue em setembro de 2020. Na ocasião, as obras permitiram que o tráfego de entrada e saída da cidade passasse a ser apenas pelas pistas centrais, enquanto o fluxo para o porto passou a ocorrer pela via marginal.

Além disso, o projeto incluiu a construção de três viadutos, a implantação de vias locais para facilitar o acesso aos bairros Jardim Piratininga, Jardim São Manoel e São Jorge, uma ciclovia do km 60 ao km 65 da rodovia (ligação do Jardim Casqueiro, em Cubatão, à malha viária de Santos) e a implantação de duas passarelas.

Outros municípios já utilizam o sistema binário para otimizar o fluxo de veículos de forma pontual. Por exemplo, em Campinas, no interior de São Paulo, a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) implementou a configuração em diversas regiões. ●

FOTO: DIVULGAÇÃO

Em Campinas, no interior de São Paulo, a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) implementou a configuração em diversas regiões

Menos trânsito
Com mais faixas de veículos indo para o mesmo sentido, a segurança também tende a aumentar. Briga por espaço entre carros, motos e ciclistas tende a diminuir

NA WEB
Confira mais detalhes sobre o assunto no portal Mobilidade
mobilidade.estadao.com.br

Divulgação/ Renault

Kwid E-Tech 100% elétrico combina todas as vantagens dos automóveis com emissão zero com a excelente autonomia

Renault Kwid E-Tech 100% elétrico garante segurança para todos no trânsito

Acessível e eficiente, veículo proporciona segurança para os ocupantes e também para quem está ao redor do automóvel no trânsito

Modelo mais acessível da linha de veículos elétricos da Renault no Brasil, o Kwid E-Tech 100% elétrico alia todas as vantagens dos automóveis com emissão zero aliadas à excelente autonomia. Só que o veículo que vem promovendo uma revolução no mercado nacional tem muito mais a oferecer – e não só para os ocupantes, mas inclusive para quem está ao redor, no trânsito.

Um dos destaques do Renault Kwid E-Tech 100% elétrico é o sistema Avas (Acoustic Vehicle Alert System), que emite um alerta sonoro enquanto o carro estiver rodando até 30 km/h. "As pessoas ainda não estão acostumadas com um automóvel que não emite nenhum ruído passando pela rua", explica Ana Carolina Neiva, Brand Manager da Renault do Brasil. "Por isso, nós tivemos essa preocupação de criar uma assinatura sonora, um item de segurança para garantir a segurança dos pedestres, principalmente", acrescenta.

A velocidade de 30 km/h, de acordo com a executiva, é mais usada em áreas urbanas, onde pode haver maior presença de pedestres. "A Renault adota essa assinatura sonora em todos os modelos E-Tech desde o lançamento do Mégane E-Tech na França, em 2021", observa Ana Carolina Neiva.

Outro equipamento tecnológico presente no Renault Kwid E-Tech 100% elétrico que chama a atenção dos consumidores é o limitador de velocidade. Com acionamento simples e amigável, por meio de teclas no volante, esse dispositivo permite selecionar a velocidade máxima desejada.

> "Tivemos a preocupação em criar uma assinatura sonora, um item para garantir a segurança dos pedestres, principalmente"
>
> **Ana Carolina Neiva, Brand Manager da Renault do Brasil**

Além de contribuir para evitar acidentes e multas por excesso de velocidade, Ana Carolina explica que o limitador ajuda a economizar energia. "Quando você dirige acelerando a todo momento, acaba gastando mais energia do que ao conduzir de maneira mais equilibrada, mantendo uma velocidade constante", esclarece.

Economia

Por falar em energia, o Renault Kwid E-Tech 100% elétrico também dispõe de frenagem regenerativa, por meio da qual a energia gerada nas desacelerações e frenagens é reaproveitada e enviada para a bateria. "Isso gera um ciclo contínuo de economia que proporciona maior autonomia para rodar na cidade, por exemplo", afirma a executiva da Renault.

Na cabine, o indicador de modo de condução mostra ao motorista se ele está dirigindo de maneira eficiente em tempo real, permitindo que ele ajuste sua forma de dirigir. "Se você estiver dirigindo de forma eficiente, aproveitando a energia da bateria da melhor maneira, verá isso no gráfico com barras de luz na cor verde", descreve Ana Carolina Neiva. "Durante as desacelerações e frenagens, quando o carro recupera energia, as barras se tornam azuis", completa.

Ainda com relação à eficiência, o Renault Kwid E-Tech 100% elétrico conta com o modo Eco de condução, acionado por meio de um botão no painel. Essa função atua no gerenciamento do motor e limita a velocidade máxima, a fim de otimizar o consumo e estender a autonomia do veículo.

Uma característica do Renault Kwid E-Tech 100% elétrico que impressiona logo ao primeiro contato é o torque instantâneo, ou seja, basta uma leve pressão no pedal do acelerador para que o carro acelere imediatamente, garantindo muita agilidade no trânsito.

O modelo vem com os principais equipamentos de segurança instalados, como seis airbags (dois frontais, dois do tipo cortina e dois laterais), freios com sistema antitravamento ABS e controle eletrônico de estabilidade (que atua para ajudar o motorista a manter o veículo sob controle em curvas).

Além disso, o Renault Kwid E-Tech 100% elétrico possui assistente de partida em rampas, que "segura" o carro em trechos de aclive, impedindo que ele volte de ré, proporcionando maior segurança nas saídas de semáforo, por exemplo. Já na hora das manobras, o sensor traseiro alerta o motorista sobre a proximidade de outros carros ou objetos, e atua em conjunto com a câmera de ré, que exibe as imagens na tela da central multimídia, facilitando a operação.

Infraestrutura de recarga

Ações de instalação e gestão de eletropostos estão em expansão

Parcerias e novas empresas se movimentam para aumentar as opções de locais para recarga dos carros elétricos

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Não será por falta de iniciativas na instalação de eletropostos e de gestão da tecnologia que o mercado brasileiro deixará de vender veículos elétricos. É cada vez maior o interesse de empresas e startups de investir no segmento.

De olho no potencial desse modelo de negócio, a startup Spott chega ao mercado prometendo "simplicidade, facilidade e economia para o ecossistema dos carros elétricos". A Spott foi concebida pelo empresário Rica Legname, que acompanhou, durante quatro anos, o desenvolvimento da Fórmula E, categoria de automobilismo disputada só por carros elétricos.

Ele detectou problemas no cenário atual: "Os custos para a implantação de pontos de recarga são altos e o retorno do investimento é nulo ou demorado. Os motoristas encontram pouca disponibilidade e falta de informações claras na hora de usá-los".

Para criar a Spott, Legname se juntou a três empreendedores com expertises complementares: Thiago Moreno, Rodrigo Tobias e Renato Vicentini. A startup logo atraiu o interesse do piloto Nelson Piquet Júnior, campeão da Fórmula E, na temporada 2014/15, que se tornou investidor do projeto.

"Vivemos uma revolução no setor automotivo, e o futuro pertence aos automóveis elétricos. Os fatores que colaboram para a transição são benefício ao meio ambiente, eficiência energética e economia", revela Piquet Júnior.

INTERFACE INTELIGENTE. Segundo Legname, a infraestrutura de carregamento é engessada, com fornecedores que trabalham de acordo com interesses individuais, o que atrapalha a expansão. O motorista, por sua vez, precisa de várias interfaces para carregar o veículo, além das dificuldades de pagamento e de entender o tempo de recarga.

A prioridade da Spott é acabar com o problema gerencial do carregamento, com interface inteligente e intuitiva para quem oferece o carregador e a energia. Por isso, desenvolveu o Charge Management System (CMS), plataforma de gerenciamento da infraestrutura dos carregadores, com a possibilidade de cobrança pela energia e pelo uso do equipamento.

FOTO: DIVULGAÇÃO SPOTT

Startup Spott quer oferecer soluções inteligentes para eletropostos

"O gerenciador traz informações úteis, como relatórios, dados, em tempo real, da operação dos carregadores, recebimento da receita das recargas direto na conta e otimização da atividade", afirma Renato Vicentini. "Queremos dar suporte a modelos de negócio inovadores e melhorar a experiência do cliente."

A Spott integrou, na plataforma, a tecnologia SmartSpott, que garante estabilidade e disponibilidade dos carregadores.

"O recurso permite que os operadores instalem até três vezes mais carregadores, pois consegue administrar a carga conforme o uso. Ou seja, ele mede, ininterruptamente, a energia consumida e a distribui, igualmente, entre os pontos de recarga", garante Rodrigo Tobias.

Por um aplicativo gratuito, o motorista visualiza a localização, o acesso e a disponibilidade dos carregadores conectados à rede Spott, monitorando a recarga, em tempo real. O aplicativo funciona com diversas terminais de eletropostos e guarda informações como histórico de valores e consumo de kW/h.

BRASOL EM CENA. Outras ações estão em andamento. A Brasol, empresa do Grupo Siemens, especializada em soluções de energia, desenvolveu um serviço customizado de carregamento para veículos elétricos e geração de energia solar limpa na modalidade, chamado de "*charging as a service*" (CaaS). O CaaS contempla infraestrutura, instalação dos carregadores, fornecimento de energia limpa, operação e manutenção dos equipamentos.

Com ele, o cliente do setor industrial ou comercial não precisa comprar e gerenciar os equipamentos da Siemens, que ficam sob a responsabilidade da Brasol durante o período de contratação.

Os carregadores podem alimentar veículos leves, caminhões e frotas de ônibus de 30 kW a 300 kW. Também conseguem recarregar carros em sequência, com o fornecimento de equipamentos que se adaptam à estrutura.

A Brasol fornece a infraestrutura que receberá os carregadores da Siemens, em contratos de cinco, sete ou dez anos. "O cliente paga um aluguel e provê a energia limpa de placas fotovoltaicas que alimentará os carregadores", diz Ty Eldrige, CEO da Brasol.

PARCERIA ENTRE BYD E E-WOLF. As montadoras também sabem que não adianta vender carros elétricos sem contribuir com a infraestrutura. A BYD Brasil e a E-Wolf, empresa que atua no segmento de carregadores, anunciaram parceria que ampliará a oferta de aparelhos portáteis, Wallbox, carga rápida e serviços especializados na instalação de pontos de recarga.

"O acordo oferecerá aos clientes suporte profissional na instalação dos pontos de recarga", salienta Henrique Antunes, diretor de vendas e marketing da BYD.

Segundo Thiago Castilha, diretor de marketing da E-Wolf, ter a BYD como aliada é essencial para avançar nas soluções da eletromobilidade. "Vamos evoluir nos negócios, crescer no faturamento e incorporar valor agregado à nossa marca", comemora. ●

FOTO: DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE JUNDIAÍ (SP)

Cidade do interior de São Paulo adquiriu cinco Renault Kwid E-Tech

Prefeitura de Jundiaí (SP) investe em carros elétricos

Não são apenas os consumidores que engrossam as vendas de veículos elétricos. Órgãos públicos também buscam esse tipo de solução. No começo do ano, a Prefeitura de Jundiaí (SP) acrescentou cinco Renault Kwid E-Tech à sua frota.

Segundo a prefeitura, eles deixarão de emitir 16 toneladas de dióxido de carbono (CO_2) por ano. "A compra reforça a preocupação da cidade com o meio ambiente", afirma Luiz Fernando Machado, prefeito de Jundiaí.

O investimento foi de R$ 592 mil, mas o projeto para a aquisição dos carros começou, há um ano e meio, com a instalação de dois pontos gratuitos de recarga, no paço municipal. Para utilizar o sistema, o interessado deve apenas fazer o cadastro, na prefeitura.

NA WEB
Para saber mais sobre eletromobilidade, acesse o canal Planeta Elétrico
mobilidade.estadao.com.br